Relatório de Gestão

Comando do EXÉRCITO

EXERCÍCIO 2021

Relatório de Gestão

Comando do EXÉRCITO

EXERCÍCIO

2021

Fotomontagem: 2º Ten Martins/CCOMSEx

EXÉRCITO BRASILEIRO
Braço Forte - Mão Amiga

Relatório de Gestão do Comando do Exército
Exercício de 2021
Produzido pelo Estado-Maior do Exército e pelo
Centro de Comunicação Social do Exército

Imagens pertencentes ao acervo do CCOMSEx.

Este documento pode conter fotos retiradas antes do início da pandemia, bem como anteriores a 2021, que foram utilizadas por serem representativas das atividades institucionais.

Disponível em: http://www.eb.mil.br/relatorio-de-gestao

Brasília, DF
Março de 2022

APRESENTAÇÃO

MENSAGEM DO COMANDANTE DO EXÉRCITO.... 8

CAPÍTULO 1

GOVERNANÇA DO EXÉRCITO 17

CAPÍTULO 2

RESULTADOS ESTRATÉGICOS ALCANÇADOS.....41

CAPÍTULO 3

CONFORMIDADE E RESULTADOS DA GESTÃO INTERNA 95

CAPÍTULO 4

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS 141

ELEMENTOS FINAIS

MENSAGEM DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO 147

MENSAGEM DO COMANDANTE DO EXÉRCITO

Não há Estado verdadeiramente soberano sem Forças Armadas próprias capazes de defender seu povo e seu território e que respaldem sua livre atuação no concerto das nações. Sob essa ótica, o Exército Brasileiro (EB), como uma Instituição nacional e permanente de uma sociedade democrática e globalmente integrada, mantém preparada a Força Terrestre, em adequado estado de prontidão, a fim de cumprir sua missão constitucional. Assim, além da sua função precípua de garantir a soberania nacional, é responsável, internamente, pela garantia da lei e da ordem e dos poderes constitucionais, bem como salvaguardar os interesses nacionais e coopera para o desenvolvimento nacional e o bem-estar social.

Fundamentado em sólidos valores éticos e morais, virtudes e tradições e em conformidade com os princípios da administração pública, o Exército aprimora, dia a dia, sua governança institucional, na busca de eficácia, eficiência, efetividade e sustentabilidade econômica e ambiental, sempre em prol da sociedade brasileira. Nesse sentido, o presente Relatório de Gestão do Comando do Exército (RGCE) tem como propósito informar aos brasileiros o que o Exército fez e como foi empregado o dinheiro público no cumprimento da sua missão institucional no ano de 2021.

Esta obra reúne informações de toda a Instituição, representando uma reflexão sobre o trabalho de todos nós, os soldados do invicto Exército de Caxias. O livro está estruturado em quatro capítulos, de modo a melhor demonstrar os principais resultados alcançados, tendo como farol os objetivos estratégicos estabelecidos no Planejamento Estratégico do Exército.

Exercício Conjunto Meridiano Ibagé
Foto: Cel André/MD

O primeiro capítulo refere-se ao ambiente estratégico, tratando da governança institucional do Exército. Contempla ampla variedade de informações institucionais, quais sejam: missão, visão de futuro, valores, normas que a regulam – como a Concepção de Transformação do Exército e a Diretriz do Comandante do Exército 2021/2022 – e o modelo de governança institucional, entre outros. Desse modo, a governança sinaliza as estratégias adotadas, bem como os mecanismos de acompanhamento do processo de transformação do Exército. Esse processo é um esforço de reorganização sistêmica que visa orientar a construção de um projeto de Força baseado nos vetores ciência e tecnologia; doutrina; educação e cultura; recursos humanos; logística; orçamento e finanças; e preparo e emprego, cuja consecução permitirá à Força Terrestre alcançar novas capacidades militares que são imprescindíveis no cenário do combate moderno. As ações do Exército no seu processo de transformação são norteadas pelos Programas Estratégicos e pela gestão racional e efetiva dos recursos públicos sob sua responsabilidade.

Ainda no capítulo inicial, são destacadas as ações de governança e de gestão, que visam fazer com que o EB mantenha o adequado poder de combate para atuar num ambiente estratégico de alta complexidade, em um País de dimensões continentais. Nesse capítulo, também são contempladas as políticas e os programas de governo; o Planejamento Estratégico do Exército; a Cadeia de Valor Agregado (CVA-EB), em que estão estruturados os macroprocessos do EB; o Mapa Estratégico do

Apoio à defesa civil no enfrentamento da enchente do Rio Tocantins em Marabá-PA
Foto: 23ª Bda Inf Sl

Exército, no qual se encontram os Objetivos Estratégicos; a gestão de riscos e controles internos e a atuação correcional.

O segundo capítulo apresenta os resultados alcançados dos principais Objetivos Estratégicos do Exército (OEE), estabelecidos no Plano Estratégico do Exército (PEEx) (2020-2023) e descritos na Política Militar Terrestre (PMT). São apresentados cinco OEE, materializados na dissuasão extrarregional (OEE 01), na projeção do exército (OEE 02), no desenvolvimento sustentável e paz social (OEE 03), na defesa cibernética (OEE 04) e no preparo da força terrestre (OEE 05), coerentemente com os macroprocessos da Cadeia de Valor Agregado.

Sob o lema "Braço Forte, Mão Amiga", o Exército, ao longo de 2021, implementou atividades e ações estratégicas, voltadas ao constante preparo da tropa, de forma a capacitá-la permanentemente, gerando a operacionalidade da Força Terrestre para o pronto emprego. Assim, dentre as entregas de atividades e ações estratégicas desenvolvidas ao longo do ano de 2021, destacam-se:

- a dissuasão, como principal função de defesa para garantir a soberania, a integridade e a proteção da população e dos recursos naturais. Foram realizadas mais de 100 operações por dia, empregando mais de 51 mil militares;
- as ações de relações internacionais, operações de paz e de caráter humanitário, indispensáveis para ampliar a projeção do Exército no cenário internacional. Tais ações evidenciam a capacidade do Exército Brasileiro de atuar em missões de garantia da soberania nacional, bem como de contribuir para atividades e operações que promovam a estabilidade regional, a paz e a segurança mundial;
- as operações: Acolhida, Pipa, Verde Brasil 2, Samaúma, Ágata, Covid-19, dentre outras, bem como os principais números do Exército, representando parte das muitas entregas feitas à sociedade, que podem ser encontradas no tópico "Exército em números";
- os resultados das Operações de Monitoramento e Controle e de Cooperação e Coordenação com Agências, assim como outras obras de cooperação (desenvolvimento sustentável e paz social);
- o Programa Estratégico Defesa Cibernética, haja vista que a Estratégia Nacional de Defesa (END) estabelece três setores fundamentais, quais sejam: o espacial, o nuclear e o cibernético, como prioritários no processo de modernização da estrutura nacional de defesa, cabendo ao Exército a responsabilidade de operacionalizar o setor cibernético; e
- o preparo da Força Terrestre, atividade permanente, baseada em constante instrução, adestramento, desenvolvimento de doutrina, pesquisas específicas, trabalho de inteligência e estruturação de sua logística e mobilização. O Exército entende que o preparo da Força Terrestre é fator condicionante para seu emprego.

O terceiro capítulo, que aborda a conformidade e os resultados da gestão interna, visa apresentar a gestão em todas as suas dimensões: econômica, orçamentária e financeira; aquisições e contratações; pessoal; logística militar terrestre; informação; pesquisa, desenvolvimento e inovação; patrimônio e infraestrutura; educação, cultura e desporto; sustentabilidade ambiental e relacionamento com a sociedade.

Por fim, o quarto capítulo apresenta as informações orçamentárias, financeiras e contábeis que deram suporte às ações do Exército em 2021, ressaltando que a expansão e o aprimoramento do poder de combate da Força Terrestre são as finalidades de todas as ações envolvendo a administração militar.

Para concluir, assinalo que o Relatório de Gestão do Comando do Exército/2021 cumpre o dever de prestar contas da gestão do bem público, previsto no Art 70 da Constituição Federal (CF), de 1988, e em conformidade com a Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e a Decisão Normativa TCU nº 187/2020, do Tribunal de Contas da União (TCU). Assim, é com imensa satisfação que assumo o compromisso de fé com a sociedade brasileira sobre a integridade das informações contidas neste relatório. Espero que possam contribuir para uma reflexão da sociedade brasileira acerca do EB e do seu papel na defesa nacional como uma das forças indutoras do fortalecimento moral, político, econômico e social da Nação e como indutor dos ideais de liberdade, democracia, justiça e paz da Pátria brasileira.

General de Exército PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
Comandante do Exército

MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Quanto à materialidade das informações da prestação de contas integrada, a estrutura básica deste relatório, bem como a organização do conteúdo foram definidas conforme orientações do TCU.

Os temas incluídos no relatório estão coerentes com o disposto na Portaria do Comandante do Exército n° 987, de 18 de setembro de 2020 (EB10P-01.007), que instituiu a Política de Governança do Exército Brasileiro; com a Cadeia de Valor Agregado e com o Mapa Estratégico do Exército. Além disso, os temas contemplam as principais entregas realizadas pelo Exército no exercício de 2021, no cumprimento da sua missão institucional.

A entrega de valor pelo Exército abrange de modo geral as seguintes partes interessadas: o Estado, os Poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) e a sociedade brasileira.

O diagrama a seguir contém as etapas para elaboração do RGCE em 2021:

ETAPAS PARA ELABORAÇÃO DO RGCE

EXÉRCITO EM NÚMEROS

A Constituição Federal confere às Forças Armadas (FA) o status de instituições regulares, nacionais e permanentes, bem como estabelece a hierarquia e a disciplina como bases de sua organização, alicerces da cadeia de comando e fiadoras de sua exclusiva subordinação ao Estado. Há, portanto, uma responsabilidade moral, ética e funcional do EB, perante o País, de só usar os recursos que lhe são disponibilizados para o estrito cumprimento de sua missão estabelecida pela Constituição Federal. Nesta seção, serão apresentados resumidamente alguns números que demonstram a complexidade, a abrangência territorial e a atuação nacional do Exército Brasileiro no ano de 2021.

Foto: Sd Lucas Almeida/CCOMSEx

Braço Forte

Da Batalha dos Guararapes, quando da expulsão do dominador estrangeiro, lançava-se a semente do Braço Forte, representada por uma Força Terrestre constituída por diferentes tipos de raças e unida por aspirações, desejos e interesses comuns, que forjaram o berço da nacionalidade e o Exército Brasileiro.

Desde então, o legado de Guararapes manteve-se em todos as participações do Exército ao longo da história do País, garantindo a independência, a paz, a liberdade, a soberania das fronteiras, a coesão nacional e a preservação dos ideais democráticos, além de participar do esforço de preservação da paz mundial, sob a égide de organismos internacionais.

O Braço Forte traduz essa essência finalística da Força Terrestre em perfeita sintonia com os anseios de seu povo, cuja missão se manteve inalterada nas inúmeras constituições nacionais, caracterizando-a como Instituição nacional, permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, abrangendo a atuação do Exército na defesa da Pátria, na garantia dos poderes constitucionais e na garantia da lei e da ordem.

As operações militares apresentadas neste Relatório, coroadas de êxito, atestam a efetividade da Força Terrestre no cumprimento de suas missões constitucionais, com o emprego judicioso dos seus meios, mediante regras de engajamento exaustivamente praticadas pela tropa em ação.

Mão Amiga

A Mão Amiga se faz presente em todos os rincões do País, principalmente por sua capilaridade e sua influência marcante na vida de inúmeras localidades, gerando oportunidades de cooperação, ajuda e desenvolvimento social.

Além disso, o Exército contribui com obras de infraestrutura, formação de mão de obra qualificada, estímulo à cultura e ao desporto, atendimento às comunidades carentes ou em situações de calamidade pública, promoção do respeito à natureza e aos povos indígenas, esforço para a redução das carências sociais, atendimento médico e odontológico às localidades ribeirinhas da Amazônia e do Pantanal, entre outras.

Assim, a Mão Amiga simboliza uma marca do Exército Brasileiro representada pela sinergia dos valores inalienáveis de solidariedade, cooperação e comprometimento com a sociedade brasileira, somados com os atributos anímicos da Instituição, que angariam a confiança de seu povo construída ao longo de sua história.

OPERAÇÃO ÁGATA

Operação Conjunta das Forças Armadas Brasileiras, em coordenação com outros órgãos, para combater ilícitos transfronteiriços.

16 mil
militares/total

RESULTADO

Ações realizadas:
130 mil

VALOR
R$ 14 Milhões

OPERAÇÃO ACOLHIDA

Operação de caráter humanitário que tem por finalidade realizar ações necessárias ao acolhimento de imigrantes que evadem da crise humanitária na Venezuela, por meio de apoio logístico e sanitário.

640
militares/dia

RESULTADO

Venezuelanos regularizados:
280 mil

Venezuelanos interiorizados:
65 mil

Desde 2018

VALOR
R$ 243 Milhões

OPERAÇÃO VERDE BRASIL 2/ SAMAÚMA

Realiza ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais, focadas na redução do desmatamento ilegal e no combate a focos de incêndio nas áreas de fronteira, nas águas interiores, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas dos Estados da Amazônia Legal.

1,2 mil
militares/dia

RESULTADO

Ações contra crimes ambientais:
26 mil

Combates a focos de incêndio:
16 mil

Apreensões:
8,6 milhões

VALOR
R$ 18 Milhões

OPERAÇÃO COVID-19

Operação que visa apoiar as ações dos órgãos de saúde e de segurança pública, com a finalidade de mitigar os impactos causados pela pandemia do Covid-19 na população brasileira.

4 mil
militares/dia

RESULTADO

Ações de controle sanitário realizadas:
61 mil

VALOR
R$ 2,5 Milhões

OPERAÇÃO JUCURUÇU

Operação em apoio à população dos municípios do Sul da Bahia afetada pelas intensas chuvas ocorridas em Dezembro de 2021.

400
militares

RESULTADO

Municípios atendidos:
29

VALOR
Custo direto:
R$ 508 mil
Custo das horas de vôo:
R$ 2,1 milhões

ENEM

Operação que visa apoiar o MEC disponibilizando locais de armazenamento seguro para aplicação de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e posterior distribuição.

27
Organizações Militares participantes

RESULTADO

Candidatos atendidos:
340 mil

VALOR
R$ 2,3 Milhões

OPERAÇÃO PIPA

Realiza ações complementares de apoio às atividades de distribuição emergencial de água potável, prioritariamente às populações rurais atingidas por estiagem e seca na região do semiárido.

480
militares/dia

RESULTADO

População atendida:
1,8 milhões

Municípios atendidos:
495

Água distribuída:
760 mil m^3/mês

VALOR
R$ 536 Milhões

PROJETO SOLDADO CIDADÃO

Oferece aos jovens incorporados às fileiras das Forças Armadas cursos profissionalizantes em diversas áreas, proporcionando melhores condições de reingresso no mercado de trabalho, ao término do Serviço Militar.

270
Organizações Militares participantes

RESULTADO

Militares formados:
6,5 mil

VALOR
R$ 2,7 Milhões

PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE/PROJETO JOÃO DO PULO

Atende crianças e jovens de ambos os sexos, com ou sem deficiência, entre 6 e 18 anos de idade, em situação de vulnerabilidade social. Tem por finalidade promover a inclusão social por intermédio do esporte.

124
Organizações Militares participantes

RESULTADO

Crianças e jovens atendidos:
13 mil

VALOR
R$ 2 Milhões

OBRAS DE COOPERAÇÃO

Obras de engenharia voltadas para o desenvolvimento nacional.

12
Obras finalizadas

RESULTADO

Municípios diretamente beneficiados: **58**
1000 km de rodovias
Barragens e poços artesianos

VALOR
R$ 298 Milhões

Tiro do Morteiro 60mm - Operação Culminating
Foto: Cb Estevam / CCOMSEx

Governança do Exército

Fotomontagem: 2º Ten Martins/CCOMSEx

CAPÍTULO 1

1 GOVERNANÇA DO EXÉRCITO

1.1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

1.1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC)

Como Força Armada vinculada ao Ministério da Defesa (MD), o Exército Brasileiro é formado pelos órgãos do Comando do Exército e pelo Fundo do Exército (FEx). Sob os pilares da hierarquia e da disciplina, o Exército, sob a autoridade suprema do Presidente da República (PR), é uma Instituição nacional permanente e regular, que se destina à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de um desses, da lei e da ordem (Art 142 da Constituição Federal).

Dia da Bandeira
Foto: Acervo CCOMSEx

Com grande capilaridade, o Exército Brasileiro está presente em todo território nacional, por meio de suas Organizações Militares (OM), tendo sua administração central sediada no Quartel General do Exército (QGEx), situado na Avenida do Exército, Bloco A, 2º piso, CEP: 70.630-901, Brasília-DF.

Quartel-General do Exército/Brasília-DF
Foto: ST Edmilson/CCOMSEx

MISSÃO E VISÃO

Missão: contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso, deve-se preparar a Força Terrestre (F Ter), mantendo-a em permanente estado de prontidão.

Visão de Futuro: ser um Exército capaz de se fazer presente, moderno, dotado de meios adequados e profissionais altamente preparados, composto por capacidades militares que superem os desafios do século XXI e possam respaldar as decisões soberanas do Brasil.

Fonte: Política Militar Terrestre (Portaria Nº 1.986, de 10 de dezembro de 2019).

Operação CORE
Foto: Sd LUCAS ALMEIDA/CCOMSEx

PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS DA ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O marco legal, em que se fundamenta o emprego do Exército, é constituído pela Constituição Federal, pelas Leis Complementares nº 97, de 9 de junho de 1999, nº 117, de 2 de setembro de 2004, e nº 136, de 25 de agosto de 2010, e ainda, pelas seguintes normas: Decreto nº 5.751 (Estrutura Regimental do EB); Política Nacional de Defesa; Estratégia Nacional de Defesa; Política Militar de Defesa; Estratégia Militar de Defesa; Plano Estratégico Setorial de Defesa; Concepção de Transformação do EB; e Diretrizes do Comandante do Exército.

A atuação do Exército, por sua missão institucional, estabelecida na Constituição Federal e nas leis supracitadas, pode ser dividida em duas vertentes, conforme a seguir:

Braço FORTE

Mão AMIGA

ATUAÇÃO na Operação Covid

COOPERAÇÃO com Órgãos Públicos

Participação em Operações de **AJUDA HUMANITÁRIA**

1.2 AMBIENTE EXTERNO

O ambiente externo ao Exército abrange as influências provenientes dos contextos nacional e internacional, como tendências ou fenômenos não controláveis pela Instituição, que constituam ou venham a se constituir em fator favorável (oportunidade) ou desfavorável (ameaça) ao desempenho do EB no cumprimento de sua missão. Ressalta-se que o ambiente externo exerce relevante influência sobre as atividades administrativas e de suporte executadas pelo EB, na medida que impactam o preparo e o emprego da Força Terrestre para o cumprimento de suas obrigações legais.

Os eventos oriundos do ambiente externo podem ser divididos em ameaças e oportunidades.

As ameaças correspondem à possibilidade de ocorrência de eventos com potencial de colocar em risco o desempenho do Exército, devendo ser constantemente monitoradas para minimizar seus efeitos. Não devem necessariamente ser consideradas perdas líquidas e certas.

Ao contrário das ameaças, as oportunidades correspondem ao conjunto de situações que podem contribuir para o bom desempenho do EB. Elas podem ou não ser aproveitadas, dependendo das condições internas da Instituição. Trata-se, por conseguinte, de perceber as oportunidades como chances e não como conquistas líquidas e certas.

Nesse sentido, em 2021, o EB conduziu um processo de atualização da metodologia de planejamento estratégico, aperfeiçoando a elaboração do diagnóstico estratégico. Isso permitiu ao EB uma ação mais proativa no aproveitamento das oportunidades e na contenção das ameaças.

INTERNACIONAL

AMEAÇAS
- Disputas geopolíticas
- Presença de potências extrarregionais no entorno estratégico
- Instabilidade política e social na América do Sul
- Crises regionais
- Pandemia Covid-19
- Ataques cibernéticos a órgãos públicos
- Guerra de narrativas e desinformação
- Desemprego e insegurança social
- Questões ambientais
- Persistência do crime organizado

Planejamento
EB
Execução

OPORTUNIDADES
- Inclusão do Brasil como aliado global extra OTAN
- Reafirmação da soberania nacional em áreas de interesse estratégico
- Parceria com países detentores de tecnologias inovadoras
- Relação de cooperação de países vizinhos
- Conselho da Amazônia
- Aproximação do EB com a Academia
- Reestruturação das Forças Armadas
- Benefícios orçamentários advindos de reformas estruturantes do Estado

NACIONAL

ANÁLISE DO AMBIENTE EXTERNO

1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional do Exército completa pode ser acessada no endereço eletrônico http://www.eb.mil.br/estrutura-organizacional

COMANDANTE DO EXÉRCITO

Órgãos de Assessoramento Superior

- Alto-Comando do Exército (ACE)
- Conselho Superior de Economia e Finanças (CONSEF)
- [illegible]
- [illegible]

Entidades Vinculadas

- Fundação Habitacional do Exército (FHE)
- Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL)
- Fundação Osório

Órgão de Direção-Geral

- Estado-Maior do Exército

Órgãos de Assistência Direta e Imediata

- [illegible]
- Consultoria Jurídica Adjunta do Comando do Exército (CJACEx)
- Centro de Inteligência do Exército (CIE)
- Secretaria-Geral do Exército (SGEx)
- Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx)
- Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx)

Órgãos de Direção Setorial e Órgão de Direção Operacional

- Departamento-Geral do Pessoal (DGP)
- Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEx)
- Comando Logístico (COLOG)
- Comando de Operações Terrestres (COTER)
- Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT)
- Departamento de Engenharia e Construção (DEC)
- Secretaria de Economia e Finanças (SEF)

Força Terrestre

- Comando Militar da Amazônia (CMA)
- Comando Militar do Leste (CML)
- Comando Militar do Norte (CMN)
- Comando Militar do Nordeste (CMNE)
- Comando Militar do Oeste (CMO)
- Comando Militar do Planalto (CMP)
- Comando Militar do Sul (CMS)
- Comando Militar do Sudeste (CMSE)

LEGENDA:

Subordinação

Vinculação para Preparo e Emprego

Assessoramento Especializado

1.4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO EXÉRCITO

1.4.1 ESTRUTURA DO SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO EXÉRCITO (SG²EX)

Como Instituição de Estado, baseado na Constituição Federal, o Exército atende às necessidades da sociedade, por meio das demandas do Estado brasileiro e dos Poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário), os quais se configuram também como as principais partes interessadas, junto ao MD e com as instâncias externas de governança, conforme figura a seguir:

GOVERNANÇA

Estado Brasileiro
Presidente da República

Ministério da Defesa

Apoio à Governança
Conselho Superior de Governança

Comandante do Exército

Órgãos de Asse Superior
Alto-Comando do Exército
CONSEF - CONTIEx - CONSURT

OADI
Gab Cmt Ex
SGEx
CIE
CCIEx
CCOMSEx

Instâncias externas de Governança
Congresso Nacional
Poder Executivo - Min Pub Mil - TCU - CGU - CIG (Comitê Interministerial de Governança)

Órgãos de Direção Geral
Estado-Maior do Exército

Apoio à Governança
CGRIGEx - AGG

Órgãos de Direção
ODOp/ODS

Apoio à Governança Setorial
AGGOp - AGGSet

Comandos Operacionais e Administrativos

GESTÃO

Legenda:

AGG - Assessoria de Governança e Gestão
AGGOp - Assessoria de Governança e Gestão Operacional (COTER)
AGGSet - Assessoria de Governança e Gestão Setorial (ODS)
CGRIGEx - Comitê de Governança, Riscos e Integridade do Exército
C Mil A - Comando Militar de Área
CONSEF - Conselho Superior de Economia e Finanças
CONSURT - Conselho Superior de Racionalização e Transformação do Exército
CONTIEx - Conselho Superior de Tecnologia de Informação do Exército
GU - Grande Unidade
OADI - Órgão de Assessoramento Direto e Imediato
ODOp - Órgão de Direção Operacional
ODS - Órgão de Direção Setorial

Estrutura do Sistema de Governança e Gestão do Exército
Fonte: Elaborado pela AGG, 2021.

Em sua concepção, o Sistema de Governança e Gestão do Exército está alinhado ao Objetivo Estratégico 10 (OEE 10), que visa aumentar a efetividade na gestão do bem público, constante do Planejamento Estratégico do Exército.

1.4.1.1 INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA

ALTA ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO: colegiado composto pelo Comandante do Exército e pelos oficiais-generais integrantes do Alto-Comando do Exército.

ÓRGÃO DE DIREÇÃO GERAL: o Estado-Maior do Exército (EME) é o responsável pela elaboração da Política Militar Terrestre, pelo planejamento estratégico e pela emissão de diretrizes estratégicas que orientem o preparo e o emprego da Força Terrestre, visando ao cumprimento da destinação constitucional do Exército Brasileiro.

ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR

Alto-Comando do Exército (ACE): conselho permanente de assessoramento do Comandante do Exército, que se destina a analisar e a equacionar a Política Militar Terrestre e as estratégias para a sua execução, além de tratar de temas específicos que demandem decisão do Comandante da Força. É constituído pelos Generais de Exército, da ativa, quando do exercício dos seus respectivos cargos privativos, sendo convocado e presidido pelo Comandante do Exército.

340ª Reunião do Alto-Comando do Exército - Brasília-DF, Dez 21.
Foto: Sd Lucas Almeida/CCOMSEx

Conselho Superior de Racionalização e Transformação do Exército (CONSURT): assessora o Comandante do Exército na condução do processo de transformação; no planejamento, na direção e no controle das grandes aquisições de Produtos de Defesa (PRODE) e dos Materiais de Emprego Militar (MEM) complexos; na condução dos projetos estratégicos do Exército; e na condução dos processos de racionalização, no âmbito da Força Terrestre.

Conselho Superior de Economia e Finanças (CONSEF): assessora o Comandante do Exército na formulação da política econômico-financeira do Comando do Exército, em conformidade com as diretrizes governamentais; nos assuntos administrativo-financeiros da Força; e na administração do Fundo do Exército.

Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército (CONTIEx): assessora o Comandante do Exército na formulação da Política de Tecnologia da Informação do Comando do Exército, em conformidade com as diretrizes governamentais; e no planejamento, na direção e no controle das ações de Tecnologia da Informação (TI) do Comando do Exército.

1.4.1.2 INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA

Comitê de Governança, Riscos e Controles do Exército (CGRiCEx): responsável por emitir recomendações para o aprimoramento e a atualização da governança, da gestão de riscos e dos controles internos da gestão.

Assessoria de Governança e Gestão (AGG): criada em 2020, sua missão é assessorar o ODG na implementação, manutenção, coordenação, monitoramento e avaliação de práticas, ferramentas e de atividades de governança e gestão em nível estratégico.

Órgão de Direção Operacional (ODOp) e Órgãos de Direção Setorial (ODS): sob orientação e coordenação do Órgão de Direção Geral (ODG), são responsáveis por promover a governança e a gestão em áreas setoriais específicas, otimizando a transformação e a racionalização.

Assessorias de Governança e Gestão Operacional e Setorial: assessoram o ODOp e os ODS na implementação, manutenção, coordenação, monitoramento e na avaliação de práticas, ferramentas e de atividades de governança e gestão em nível setorial.

Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx): responsável por planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, no âmbito do Comando do Exército.

Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX): órgão responsável por planejar, supervisionar, orientar, coordenar, controlar e promover as atividades de comunicação social, no âmbito do Exército.

1.4.1.3 INSTÂNCIAS EXTERNAS DE GOVERNANÇA

As principais instâncias externas de governança, responsáveis pela regulação, fiscalização e controle, às quais está sujeita a governança do EB, são:

- Poder Executivo;
- Ministério Público Militar (MPM);
- Tribunal de Contas da União (TCU);
- Controladoria-Geral da União (CGU); e
- Conselho Superior de Governança do MD (CSG-MD).

1.4.2 A GOVERNANÇA DO PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

Para a efetiva gerência e tomada de decisões relativas ao Portfólio Estratégico do Exército, esta estrutura denominada Governança do Portfólio Estratégico do Exército é responsável por definir processos, normas, atribuições, responsabilidades e obrigações das principais partes interessadas.

O Escritório de Projetos do Exército (EPEx) é o órgão de coordenação executiva do EME, para fins de gerenciamento do Portfólio Estratégico do Exército, constituindo-se no escritório de projetos de mais alto nível da Força. O Portfólio Estratégico do Exército abrange as iniciativas estratégicas prioritárias para o desenvolvimento de capacidades operativas e o aperfeiçoamento dos macrossistemas do EB.

Autoridade Patrocinadora (AP) do Portfólio Estratégicodo Exército

A AP do Portfólio Estratégico do Exército é o Comandante do Exército que coordena a alocação dos principais recursos humanos, materiais, orçamentários e financeiros, incluindo os recursos oriundos de outras organizações ou escalões para o portfólio, programa ou projeto.

Conselho Superior de Racionalização e de Transformação

O CONSURT é o órgão integrante da estrutura organizacional do Exército de mais alta instância no assessoramento ao Comandante do Exército, entre outros temas, para os assuntos da gerência do Planejamento Estratégico do EB, especialmente do Portfólio Estratégico do Exército e para a gestão dos componentes do portfólio, dos programas e projetos estratégicos da Força.

Gerente do Portfólio Estratégico do Exército

O Chefe do EME exerce a função de Gerente do Portfólio Estratégico do Exército, cabendo-lhe coordenar os trabalhos decorrentes das ações previstas no PEEx, a fim de que sejam atingidos os objetivos estratégicos da Força.

Comitê Gestor do Processo de Transformação

O CGPT prestará assessoramento ao CONSURT a respeito de decisões sobre a gestão do portfólio, dos programas e dos projetos estratégicos da Força.

Coordenador Executivo do Portfólio Estratégico do Exército

O Coordenador Executivo do Portfólio Estratégico do Exército é o Chefe do EPEx, constituindo-se em assessor imediato do Chefe do EME, para fins da coordenação do portfólio, especialmente nos subportfólios Defesa da Sociedade e Geração de Força, tendo a incumbência principal de lhe prestar, com oportunidade, as informações necessárias a respeito do portfólio e de seus componentes.

1.4.3 MODELO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO EXÉRCITO (MG²EX)

Ancorado no arcabouço técnico-normativo, externo e interno à Instituição e nas diretrizes da Alta Administração do Exército, o Sistema de Planejamento do Exército Brasileiro (SIPLEx) traduz a Cadeia de Valor Agregado (CVA), a Política Militar Terrestre (PMT), a Estratégia Militar Terrestre (EMT) e o Plano Estratégico do Exército (PEEx), os quais direcionam os Planos de Governança e Gestão em todos os níveis.

A CVA, a PMT, a EMT e o PEEx são acompanhados por meio dos mecanismos de monitoramento e controle, que avaliam os resultados obtidos, retroalimentando o SIPLEx e subsidiando a avaliação da estratégia pela Alta Administração do EB.

Em 2021, o EME estabeleceu a Diretriz de Governança e Gestão, com a finalidade de regular a implementação da Política de Governança no âmbito do EB. A referida diretriz orientou o funcionamento do Sistema de Governança e Gestão da Força. No mesmo instrumento, definiram-se as coordenações sistêmicas, os mecanismos, as práticas e as ferramentas para seu efetivo funcionamento, coerentes com os princípios de governança.

A figura abaixo apresenta o Sistema de Governança e Gestão do Exército, com seus mecanismos de liderança, estratégia e controle, que atuam para avaliar, monitorar e direcionar a gestão:

Valores, Tradições e Ética Militar

Arcabouço Técnico-Normativo
Metodologias
Planos Estratégicos Nacionais e de Defesa
Normas e Diretrizes
Entradas

Alta Administração do Exército
Diretrizes da Alta Adm
Avaliação da Estratégia
Estratégia
Sistemática de Planejamento do Exército - SIPLEX
Órgãos de Assessoramento Superior
Planejamento Estratégico
Orientações Gov e Gestão
Análise Crítica
Desdobramento da Estratégia
Processos Organizacionais
Sistemas Organizacionais
Programas e Projetos
Gestão Organizacional
Planejar
Executar
Monitorar e Controlar
Avaliar
Monitoramento e Controle
Medição do Desempenho
Gestão de Riscos, Controles Internos e Integridade
Avaliação da Governança e Gestão
Auditoria Interna da Gestão

Transparência e Prestação de Contas
Comunicação Social
RGCE
Portal de Gov e Gestão
Saídas

Modelo de Governança e Gestão do Exército
Fonte: Elaborado pela AGG, 2021.

Em 2021, dentre as ações associadas aos mecanismos e às práticas de Governança e Gestão do EB, destaca-se a revisão da Metodologia de Planejamento Estratégico para o próximo ciclo e o início dos trabalhos de revisão da Cadeia de Valor Agregado, Objetivos Estratégicos e Indicadores, nessa ordem, na nova metodologia.

1.4.4 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO EXÉRCITO

Existe um grande esforço institucional para atender às melhores práticas de Governança e Gestão com o objetivo de atender aos interesses da sociedade e do País, entregando o máximo de benefício com os recursos financeiros destinados à Força Terrestre.

Nesse diapasão, o EB instituiu um Objetivo Estratégico (OEE 10 - Aumentar a efetividade da gestão do bem público) visando entregar o máximo de benefícios de maneira otimizada e de acordo com os documentos regulatórios afins, cuja avaliação é efetuada por meio do Perfil de Governança, traçado no processo de Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública conduzido pelo Tribunal de Contas da União. Esse levantamento utiliza instrumento de autoavaliação aplicado aos órgãos da Administração Pública Federal, grupo no qual o Exército Brasileiro está incluso.

Abaixo estão apresentados os indicadores que compõem o atual Perfil de Governança do Exército, obtidos no levantamento de 2021. É importante destacar que os índices variam entre 0.00 e 1.00 e são distribuídos em uma escala que indica a maturidade institucional: Inicial (até 0.4), Intermediário (entre 0.4 e 0.7) e Aprimorado (acima de 0.7).

O índice integrado de governança e gestão públicas, o iGG, é considerado o Indicador de Resultado (IR) do OEE 10 e é composto por outros índices, conforme a figura abaixo:

Fonte: TCU. Relatório Individual do Comando do Exército do Levantamento de Governança e Gestão de 2021.
https://www.tcu.gov.br/igg2021/iGG2021%20-%20511%20-%20CEX.pdf

Foto: Banco de imagens Adobe Stock

1.5 POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas. O plano atualmente em vigor, cujo período de 2020 a 2023, sofreu profundas alterações em relação ao plano anterior, tornando-o peça de gestão passível de acompanhamento e cumprimento. A simplificação metodológica resultou em um documento muito mais enxuto, com significativa redução de atributos sobre responsabilidade direta do EB.

Nessa perspectiva, no PPA anterior, o EB possuía, sob sua responsabilidade direta, 12 metas e 8 iniciativas individualizadas. No plano atual, são apenas 2 metas e nenhuma iniciativa.

A redução de atributos não significou a diminuição da participação da Força Terrestre no atual PPA. Ao contrário, está previsto o emprego expressivo e efetivo de esforços e participação nas ações de governo constantes no Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo, nas Operações Especiais (outros encargos especiais), na participação no Programa Cooperação com o Desenvolvimento Nacional e, preponderantemente, no Programa 6012 - Defesa Nacional.

O Programa 6012 – Defesa Nacional foi criado para enfrentar a possibilidade de ameaças externas e internas, potenciais ou manifestas, que atentem contra a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constituídos e da lei e da ordem, sendo ambos de responsabilidade do Ministério da Defesa.

ORÇAMENTO DO PROGRAMA 6012 – DEFESA NACIONAL

ANO	RECEBIDO (R$)
2020	2.926.780.602
2021	3.030.432.343

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (dados de 31 de dezembro de 2021).
ORGÃOS: 52121 – CMDO EX; 52904 – FUNDO DO EXERCITO; 52222 – FUNDAÇÃO OSÓRIO; E 52221 – IMBEL

http://siop.planejamento.gov.br/

O PPA 2020-2023 concedeu especial importância aos Programas ASTROS 2020 e GUARANI, que foram os únicos do EB a receber a designação dos novos atributos do Plano Plurianual vigente (PPA 2020-2023) denominada Investimento Plurianual Prioritário (IPP), com a imposição de atingir Resultados Intermediários (RI).

O Resultado Intermediário consiste em um produto (bem ou serviço) ou um resultado da ação governamental que contribui de forma relevante para o alcance do objetivo e meta do programa.

Para o Programa ASTROS 2020 ficou estabelecida a meta de Resultado Intermediário, ao final de 2021, de 3 viaturas do Sistema ASTROS, nas versões MK3M e MK6, entregues ao Exército Brasileiro.

Para o Programa GUARANI ficou estipulada a meta de RI, ao final de 2021, de 60 viaturas blindadas sobre rodas a serem entregues ao Exército Brasileiro, entretanto foram entregues 49 viaturas. A meta não foi atingida em função da falta de recursos.

Tiro do Astros 2020 - Campo de Intrução de Formosa
Foto: Alexandre Manfrim - MD

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DO PROGRAMA 6012 - DEFESA NACIONAL

AÇÃO DE GOVERNO	
13DB	AQUISIÇÃO DE SISTEMAS DE ARTILHARIA ANTIAÉREA
147F	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DEFESA CIBERNÉTICA PARA A DEFESA NACIONAL
14LW	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA ESTRATÉGICO ASTROS 2020
14T4	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO GUARANI (Forças Blindadas)
14T5	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRA
14T6	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE PROTEÇÃO DA SOCIEDADE
156M	MODERNIZAÇÃO ESTRATÉGICA E OPERACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO
156N	OBTENÇÃO DE MEIOS DO EXÉRCITO
15W5	REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ENGENHARIA DO EXÉRCITO
15W6	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO LUCERNA
20XE	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE COMANDO E CONTROLE DO EXÉRCITO
20XH	REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE COOPERAÇÃO DO EXÉRCITO
20XJ	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO EXÉRCITO
20XL	SAÚDE EM OPERAÇÕES MILITARES
212O	MOVIMENTAÇÃO DE MILITARES
219D	ADEQUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES
21A0	APRESTAMENTO DAS FORÇAS
2866	AÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO
2900	SELEÇÃO PARA O SERVIÇO MILITAR E APRESENTAÇÃO DA RESERVA
2911	MODERNIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES DE ENGENHARIA DO EXÉRCITO
2919	REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS
2A82	PRESTAÇÃO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
3138	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO
4528	PRODUÇÃO DE MATERIAL DE EMPREGO MILITAR
7XN4	IMPLANTAÇÃO DO COLÉGIO MILITAR DE SÃO PAULO (CMSP)
8965	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (dados de 31 de dezembro de 2021).

1.6 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

1.6.1 INTRODUÇÃO

O Planejamento Estratégico do Exército se alinha ao Plano Plurianual e se orienta pelo Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa, que tem como ponto de partida a Política Nacional de Defesa (PND).

Com base na PND, a Estratégia Nacional de Defesa traça estratégias e ações estratégicas para assegurar que os Objetivos Nacionais de Defesa (OND) possam ser atingidos. As orientações estabelecidas na END estão voltadas para a preparação das Forças Armadas e do Brasil como um todo, com a indicação de capacidades adequadas para garantir a defesa e contribuir para a segurança do País, tanto em tempo de paz quanto em situações de crise ou mesmo de conflito armado.

O MD, a fim de orientar o preparo e o emprego da capacidade militar brasileira requerida para a Defesa Nacional, publicou a Política Militar de Defesa (PMD), a Estratégia Militar de Defesa (E Mi D) e a Doutrina Militar de Defesa (DMD). A E Mi D é o documento que define as Hipóteses de Emprego (HE) das Forças Armadas e as estratégias militares a serem empregadas em cada uma delas.

O Planejamento Estratégico Setorial de Defesa (PESD), elaborado pelo MD e traduz a Política Setorial de Defesa (PSD) e Estratégia Setorial de Defesa (ESD), alinha-se ao PPA do governo federal.

O PEEx, em suma, deve estar alinhado ao PESD, por meio do qual orientará a organização e o preparo da Força Terrestre, visando ao seu emprego nas situações previstas na E Mi D.

1.6.2 SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

No âmbito do Exército, o planejamento possui uma metodologia própria utilizada pelo Sistema de Planejamento do Exército, que busca o alinhamento com os planos nacionais e setorial de Defesa e com o PPA.

A metodologia do SIPLEx percorre sete fases, nominadas e esquematizadas na figura abaixo:

MARCO LEGAL
CP / LC
PND / END
PSD/ESD
Concepção da Transformação do Exército
Diretriz Geral do Comandante do Exército

FASE 1
Missão
Valores
Visão de Futuro

FASE 2
Análise Estratégica
Diagnóstico Estratégico
Cenários EB-2030
Indicações

FASE 3
Objetivos
Objetivos Estratégicos do Exército Mapa Estratégico

FASE 4
Estratégias
Concepção Estratégica do Exército
Estratégias
Ações Estratégicas
Indicadores e MetaS

FASE 5
Planos

FASE 6
Orçamentação e Contratação
Proposta Orçamentária
PDR

EXECUÇÃO

GESTÃO DE RISCO (REALIMENTAÇÃO)

FASE 7 Medição do Desempenho Organizacional (Resultados)

O planejamento parte da análise da missão institucional e da visão de futuro pretendida. Inicialmente, considera-se uma análise estratégica atualizada e, em seguida, determinam-se quais os objetivos estratégicos e os caminhos para atingi-los por meio das estratégias, visando à melhoria do patamar de cumprimento da missão.

O PEEx é o documento que materializa o planejamento da Instituição. Os OEE são desdobrados em estratégias, ações estratégicas e iniciativas estratégicas. Tal plano visa o aperfeiçoamento institucional e o desenvolvimento de capacidades.

Juntamente com a confecção do PEEx, é elaborada a proposta orçamentária, conforme a programação temática, os objetivos, as metas e as iniciativas previstas no PPA.

O planejamento de recursos necessários para o alcance dos OEE é realizado no ano A-1 (2020), com base nas Necessidades Gerais do Exército (NGE), e distribuídos pelo Estado-Maior do Exército.

De posse das NGE, o EME elabora o Planejamento Orçamentário do Exército e, após a remessa do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) ao Congresso Nacional pelo Executivo, celebra com os Órgãos de Direção Operacional e Setoriais os Planos de Descentralização de Recursos, os quais têm por finalidade a pactuação de metas físico-financeiras a serem alcançadas no ano orçamentário (2021).

Para o ciclo 2020-2023, a PMT elencou 15 objetivos estratégicos, os quais estão desmembrados em estratégias, ações estratégicas e atividades, conforme Mapa Estratégico a seguir:

Operação CORE
Foto: Sd Lucas Almeida/CCOMSEx

Mapa Estratégico do EXÉRCITO BRASILEIRO

MISSÃO

Contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso, preparar a Força Terrestre, mantendo-a em permanente estado de prontidão.

VISÃO DE FUTURO

Ser um Exército capaz de se fazer presente, moderno, dotado de meios adequados e profissionais altamente preparados, composto por capacidades militares que superem os desafios do Século XXI e possam respaldar as decisões soberanas do Brasil.

BRAÇO FORTE — MÃO AMIGA

SOCIEDADE (RESULTADOS)

- 01. CONTRIBUIR COM A DISSUASÃO EXTRARREGIONAL
- 02. AMPLIAR A PROJEÇÃO DO EXÉRCITO NO CENÁRIO INTERNACIONAL
- 03. CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PAZ SOCIAL
- 04. ATUAR NO ESPAÇO CIBERNÉTICO COM LIBERDADE DE AÇÃO

PROCESSOS CRÍTICOS

- 05. MODERNIZAR O SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE – PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE
- 06. MANTER ATUALIZADO O SISTEMA DE DOUTRINA MILITAR TERRESTRE
- 07. APRIMORAR A GESTÃO ESTRATÉGICA DA INFORMAÇÃO
- 08. APERFEIÇOAR O SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR TERRESTRE
- 09. APERFEIÇOAR O SISTEMA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
- 10. AUMENTAR A EFETIVIDADE NA GESTÃO DO BEM PÚBLICO

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

- 11. FORTALECER OS VALORES, OS DEVERES E A ÉTICA MILITAR
- 12. APERFEIÇOAR O SISTEMA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

INSTITUCIONAL

- 13. FORTALECER A DIMENSÃO HUMANA
- 14. AMPLIAR A INTEGRAÇÃO DO EXÉRCITO À SOCIEDADE
- 15. MAXIMIZAR A OBTENÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO E DE OUTRAS FONTES

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2021.

Mais informações no link: http://www.eb.mil.br/documents/10138/12613714/Politica_Militar_Terrestre_v_20_12_19.pdf/18615dc0-753f-a1e2-2275-e8c2fa060edd

1.6.3 DEMONSTRAÇÃO DA VINCULAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO COM O PPA E COM A MISSÃO INSTITUCIONAL

Quanto à vinculação do Plano Estratégico com o PPA, o PEEx está alinhado aos conteúdos dos Programas 6011 – Cooperação com o Desenvolvimento Nacional e 6012 – Defesa Nacional.

Em relação à vinculação do PEEx com o PESD, o relacionamento entre os Objetivos Estratégicos do Exército e Objetivos Setoriais de Defesa (OSD) é apresentado na tabela abaixo, evidenciando um alinhamento de esforços para cumprimento da missão institucional e alcance da visão de futuro:

VINCULAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO COM O PPA E PESD

OEE (PEEx)	OSD (PESD)	PPA
OEE 01: Contribuir com a dissuasão extrarregional.	OSD 01: Contribuir com a dissuasão.	6012 e 0032
OEE 02: Ampliar a projeção do Exército no cenário internacional.	OSD 04: Incrementar o apoio à política externa.	6012
OEE 03: Contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social.	OSD 03: Contribuir para o desenvolvimento nacional,o bem-estar e as responsabilidades sociais.	6011, 6012, 2218 e 0032
OEE 04: Atuar no espaço cibernético com liberdade de ação.	OSD 07: Desenvolver os setores estratégicos de Defesa.	6012
OEE 05: Modernizar o Sistema Operacional Militar Terrestre – preparo e emprego da Força Terrestre.	OSD 02: Aprimorar o preparo das Forças Armadas para o cumprimento de sua destinação constitucional.	6012
OEE 06: Manter atualizado o Sistema de Doutrina Militar Terrestre.	OSD 02: Aprimorar o preparo das Forças Armadas para o cumprimento de sua destinação constitucional .	6012
OEE 07: Aprimorar a gestão estratégica da informação.	OSD 02: Aprimorar o preparo das Forças Armadas para o cumprimento dasua destinação constitucional .	6012
OEE 08: Aperfeiçoar o Sistema Logístico Militar Terrestre.	OSD 02: Aprimorar o preparo das Forças Armadas para o cumprimento de sua destinação constitucional .	6012
OEE 09: Aperfeiçoar o Sistema de Ciência,Tecnologia e Inovação.	OSD 06: Estimular o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação de interesse da Defesa.	6012
OEE 10: Aumentar a efetividade na gestão do bem público.	OSD 05: Aperfeiçoar a governança e a gestão estratégica.	6012 e 0032
OEE 11: Fortalecer os valores, os deveres e a ética militar.	OSD 10: Incrementar a preservação do Patrimônio Histórico-Cultural e o culto aos valores, às tradições e à ética.	0032
OEE 12: Aperfeiçoar o Sistema de Educação e Cultura.	OSD 08: Preservar a efetividade dos sistemas de ensino das Forças Armadas. OSD 09: Estimular os estudos de defesa	6012 e 0032
OEE 13: Fortalecer a dimensão humana.	OSD 11: Fortalecer a dimensão humana.	6012 e 0032
OEE 14: Ampliar a integração do Exército à sociedade.	OSD 13: Ampliar a interação com a sociedade brasileira.	0032
OEE 15: Maximizar a obtenção de recursos do orçamento e de outras fontes.	OSD 12: Compatibilizar o orçamento com as demandas do setor de defesa.	-

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2021.

O quadro a seguir apresenta a contribuição dos OEE para a missão institucional do EB:

COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO
Defender a Pátria	OEE 01, 03, 05, 06 e 11
Garantir os poderes constitucionais	OEE 03 e 11
Garantir a lei e a ordem	OEE 03 e 11
Apoiar o desenvolvimento nacional	OEE 09, 10, 12 e 14
Dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres	OEE 01
Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o território nacional	OEE 07
Fortalecer o setor cibernético	OEE 04
Desenvolver, para fortalecer a mobilidade, a capacidade logística, sobretudo na região amazônica	OEE 01, 08 e 13
Desempenhar responsabilidades crescentes em operações de manutenção da paz	OEE 02
Ampliar a capacidade de atender aos compromissos internacionais de busca e salvamento	OEE 02

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2021.

1.6.4 SISTEMA DE MEDIÇÃO ESTRATÉGICA DO EXÉRCITO

A metodologia adotada para a construção dos Indicadores Estratégicos é o Balanced Scorecard (BSC), traduzido para o português como Indicadores Balanceados de Desempenho.

Para cada OEE, foi estabelecido um Indicador de Resultado (IR), definido na PMT, que visa medir os resultados dos macroprocessos da Cadeia de Valor Agregado do EB, ligados aos processos finalísticos (Operações Terrestres-Preparo e Emprego), aos processos gerenciais (Política e Estratégia) e aos processos de gestão interna.

Os IR podem ser construídos a partir de composição de outros indicadores, chamados de Indicador de Composição (IC), que também são estabelecidos na PMT, formando, assim, a árvore de indicadores do IR.

A atual PMT estabelece os indicadores para o período 2020-2023, tendo sido realizada uma revisão da composição dos IR para melhor mensuração da estratégia. Portanto, não foram apresentados dados comparativos, uma vez que, em 2020, ocorreu a primeira medição dos atuais indicadores. Contudo, está em andamento a atualização da composição dos IR, em virtude da necessidade de melhoria do acompanhamento da consecução dos OEE. Portanto, neste relatório, haverá indicadores cujas fórmulas se mantiveram as mesmas, permitindo a comparação do IR ao longo do tempo. Nos IR que serão atualizados, não será possível realizar a devida comparação, uma vez que terão fórmulas distintas e, consequentemente, resultados diferentes.

Os IR são apresentados ao longo dos capítulos 2 e 3, deste relatório, e a relação completa pode ser encontrada no link: http://www.eb.mil.br/transparencia-e-prestacao-de-contas.

Fotomontagem: 2º Ten Martins/CCOMSEx

1.7 CADEIA DE VALOR AGREGADO DO EXÉRCITO (CVA-EB)

A CVA-EB proporciona uma visão sistêmica do Exército, com ênfase nos grandes resultados e valores gerados para a sociedade. Os mecanismos de governança pública estão pautados na melhoria dos serviços públicos prestados à sociedade e na arquitetura organizacional orientada a processos, representados na Cadeia de Valor Agregado.

O modelo da CVA-EB está estruturado em 17 macroprocessos desenvolvidos pela Força, segmentados em processos finalísticos, gerenciais e de gestão interna. Conforme as áreas de atuação e sob a responsabilidade do EME, os processos do Exército representam os trabalhos de transformação de recursos de toda a Força Terrestre, conforme publicado na Portaria nº 154-EME, de 15 de junho de 2015.

Alinhada ao Sistema de Planejamento do Exército, a CVA foi concebida a partir de estudo e discussão entre representantes de todas as Subchefias do EME e dos órgãos da Alta Administração do Exército. Para isso, tomou como base a missão e a visão institucional, consolidando, nesta ferramenta, os grandes processos do Exército, a fim de entregar produtos e/ou serviços ao Estado, refletindo sua história e seu compromisso com a sociedade brasileira.

Cadeia de Valor Agregado do Exército Brasileiro

Finalístico
OPERAÇÕES TERRESTRES

Gerencial
POLÍTICA E ESTRATÉGIA MILITAR TERRESTRE

Gestão Interna
Tecnologia da Informação
Logística
Gestão do Conhecimento
Aquisições e Contratações
Gestão de Pessoal
Engenharia e Construção
Gestão da Informação
Aquartelamento
Ciência, Tecnologia e Inovação
Contabilidade
Gestão do Patrimônio
Doutrina Militar Terrestre
Gestão Institucional
Gestão Organizacional
Gestão Econômica, Financeira e Orçamentária

Defesa da Pátria
Garantia dos Poderes Constitucionais
Garantia da Lei e da Ordem
Participação em operações internacionais de paz e ajuda humanitária
Cooperação com outros órgãos públicos
Atuação na faixa de fronteira contra delitos transfronteiriços e ambientais

Mapa da Cadeia de Valor Agregado do Exército Brasileiro
Fonte: Estado-Maior do Exército, 2021.

1.8 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A preocupação com o gerenciamento de riscos no âmbito do Exército Brasileiro, particularmente a relacionada às atividades de instrução, permeia a própria história da Instituição e antecede, em muito, a base normativa recentemente estabelecida.

A gestão de riscos e controles internos institucional, atualmente, possui como pilar a Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (PGR-EB) (EB10-P-01.004), 2ª Edição, 2018.

A PGR-EB possui como objetivos melhorar a governança, aumentando a probabilidade de alcance dos objetivos estratégicos e organizacionais, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis; aperfeiçoar a eficiência, eficácia e efetividade dos programas, projetos e processos organizacionais; salvaguardar recursos públicos para prevenir perdas de toda ordem, mau uso de bens públicos e danos ao erário; aperfeiçoar os controles internos da gestão; estabelecer uma base confiável de conhecimentos para tomada de decisão e planejamento em todos os níveis; melhorar a identificação de oportunidades e riscos; e contribuir para o Programa de Integridade.

Para mais informações acesse a Política de Gestão de Riscos:

http //www eb mil br/documents/10138/12613/10/Pol%C3%ADtica+de+Gest%C3%A3o+de+Riscos+do+EB pdf/22d10bc3 789b 6b17 46b5 006302ff5c84

Em 2019, dando continuidade ao processo de implantação da gestão de riscos no EB, foi publicada a Diretriz Reguladora da Política de Gestão de Riscos do EB (EB20-D-02.010), 1ª Edição, 2019, cuja finalidade é possibilitar o detalhamento das ações previstas na PGR-EB; definir princípios, objetivos, competências, responsabilidades e diretrizes gerais preconizadas na PGR-EB; buscar o alinhamento entre a gestão de riscos e o planejamento estratégico do Exército; regular as competências e as medidas gerais necessárias à implantação do Comitê de Governança, Riscos e Controles do Exército (CGRiCEx), do Escritório de Gestão de Riscos e Controles do Exército (EGRiCEx), das assessorias de gestão de riscos e controles (AGRiC), dos proprietários de riscos e controles (PRisC) e das equipes de gestão de riscos e controles (EGRiC); orientar os diversos escalões do EB, incluidas as entidades vinculadas, quanto às ações necessárias à implantação da gestão de riscos no âmbito do EB e detalhar as competências e atividades necessárias para uma coerente integração da gestão de riscos ao Programa de Integridade vigente no Exército.

Para mais informações acesse a Diretriz de Gestão de Riscos:

http //www eb mil br/documents/10138/12613/10/Diretriz+da+Pol%C3%ADtica+de+Gest%C3%A3o+de+Riscos+do+EB pdf/e69be593 4e15 2031 a069 494f81e7ebdf

A fim de coordenar esforços e aproveitar a estrutura de comando, marca importante da Instituição, adotou-se o modelo de linhas de defesa constante da figura abaixo. A forma apresentada possibilita que o escalão superior verifique se o escalão diretamente subordinado está cumprindo as determinações de acordo com as orientações emanadas pelos órgãos competentes.

A gestão de riscos estratégicos do EB está incorporada ao Sistema de Planejamento Estratégico do Exército, presente nas etapas de identificação, análise, tratamento e monitoramento dos riscos.

Em relação ao apetite aos riscos da Instituição, em situação de normalidade, salvo exceções justificadas e devidamente autorizadas por autoridade competente, a Força Terrestre não se exporá a riscos classificados como extremos. A identificação de riscos classificados nessa categoria implicará na obrigatoriedade do imediato estabelecimento de controles internos preventivos e para a mitigação dos danos visualizados.

Em outubro de 2019, com o objetivo de normatizar procedimentos, foi aprovado o Manual Técnico da Metodologia de Gestão de Riscos do EB, MTBGR-EB, (EB20-MT02.001), 1ª Edição, 2019.

Para mais informações acesse o Manual Técnico de Gestão de Riscos:

http //www eb mil br/documents/10138/12613/10/Manual+T%C3%A9cnico+da+Metodologia+de+Gest%C3%A3o+de+Riscos+do+EB pdf/756c0913 7dac 6ea4 392a cb3458c5ed5f

ACE
Assuntos de Gestão de Riscos e Integridade para decisão do Cmt Ex
CGRiCEx
Vice-Chefe do EME
Vice-Chefe/SCmt/SSect
ODS/ODOp/Ch
OADI, SCh EME
EGRiCEx
Órgão Técnico-Normativo
CCIEX e ICFEX
3ª Linha de Defesa
Governança
Gestão
1ª Linha de Defesa de seus próprios processos
AGRiC
EME (OM), ODOp, ODS, OADI, O Ap, C Mil A, RM, DE, Gpt Log, Gpt E, Bda e demais OM
2ª Linha de Defesa
1ª Linha de Defesa
EGRiC e PRisC
Equipes temáticas organizadas pelas OM, militares e servidores civis responsáveis pelos processos

ESTRUTURA DAS 3 LINHAS DE DEFESA
Fonte: Diretriz Reguladora da Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro

As fontes de risco identificadas pelo EB são as seguintes:

I – Fonte interna: pessoal; material e administrativa;

II – Fonte externa: econômicas, ambientais, políticas, sociais e tecnológicas.

Ao levantar os riscos da Instituição, buscou-se elencar os de níve mais elevados, de forma a estabelecer prioridade para mitigá-los.

Assim, os riscos do EB são classificados em:

I ESTRATÉGICO
II OPERATIVOS
Segurança orgânica, preparo e emprego
III GESTÃO INTERNA
IV INTEGRIDADE

De maneira geral, os principais riscos estratégicos aos quais o EB está exposto estão relacionados à falta ou ao contingenciamento de recursos, ao não cumprimento dos prazos para execução de programas, projetos e atividades, principalmente as que envolvem parcerias com empresas privadas, e à falta de capacitação de pessoal. Em resposta aos riscos identificados, foram elaborados planos de ação e contingência com base na metodologia adotada.

Uma das principais fontes de riscos encontrada no exercício financeiro está relacionada à redução dos recursos orçamentários previstos na PLOA em relação aos autorizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2021, aspecto decorrente da utilização, usualmente considerada pelo então Ministério do Planejamento, da série histórica anual. Atividades previstas, com destaque para as atinentes ao preparo e ao emprego da Força, foram afetadas, haja vista que o montante disponibilizado na LOA 2021 obrigou a ajustes no planejamento inicial.

OS PRINCIPAIS RISCOS ESTRATÉGICOS SÃO:

PRINCIPAIS RISCOS	MITIGAÇÃO
Variação cambial, desequilíbrio orçamentário, corte ou descontinuidade do fluxo regular de recursos orçamentários poderá levar a possíveis atrasos na obtenção dos benefícios, bem como necessidades de ajustes de escopo dos programas estratégicos. Os benefícios dos programas, uma vez atrasados em suas obtenções, podem impactar negativamente com perda da janela de oportunidade para o atingimento do objetivo estratégico previsto, impondo restrições ao processo de transformação do Exército.	Sensibilizar o Governo Federal para a crescente priorização de recursos orçamentários destinados aos investimentos em defesa, reavaliar os estudos de viabilidade econômica, adequar os escopos e/ou cronogramas dos programas e renegociar contratos com a Base Industrial de Defesa.
A não obtenção de valores orçamentários adequados para atender à implantação da estrutura de defesa e guerra cibernética poderão causar descontinuidade nas entregas previstas pelos projetos integrantes dos Programas de Defesa Cibernética ou o retardamento da obtenção das capacidades a serem geradas.	Agir, com as autoridades competentes, para obter recursos orçamentários adequados para a implantação da estrutura de defesa e guerra cibernética, com oportunidade e efetividade.
Hiato tecnológico existente na indústria de defesa nacional ou falta de acesso às tecnologias de defesa de países fornecedores poderá implicar na falta de disponibilidade de materiais de defesa dotados com tecnologias compatíveis com as necessidades de transformação.	Sensibilizar as esferas de Governo Federal para a implementação de incentivos de ordem fiscal à industrial nacional para as atividades de pesquisa e desenvolvimento de material de emprego em defesa. Articular com universidades e centros de pesquisa do País para o desenvolvimento de materiais de aplicação em defesa. Pactuar com países fornecedores para internalização de tecnologias disponíveis.
Surgimento de novos materiais de defesa pode acarretar a obsolescência tecnológica antecipada de materiais de defesa em produção ou em desenvolvimento, o que poderá levar a falta de continuidade da viabilidade técnica dos processos de aquisição ou de desenvolvimento para entregas de projetos de defesa específicos.	Atualizar os requisitos de novas entregas conforme as informações disponíveis de novos materiais ou tecnologias. Ajustar o escopo de projetos e/ou programas. Reavaliar os estudos de viabilidade econômica dos benefícios dos programas.
O desalinhamento entre as capacidades militares de defesa do MD e as capacidades operativas da Força Terrestre poderá comprometer o preparo da Força Terrestre para o emprego nas operações de guerra.	Buscar o equilíbrio entre o cumprimento das missões de defesa da Pátria, razão primeira da existência de uma Força Armada, e as crescentes demandas em termos de missões subsidiárias. Ajustar as capacidades militares de defesa por meio do alinhamento do SIPLEx com o Planejamento Baseado em Capacidades (PBC) do MD.
O contingenciamento de recursos orçamentários poderá prejudicar a operacionalidade da Força, bem como o apoio para a execução de projetos de assistência às populações em risco social.	Sensibilizar o Governo Federal para a crescente priorização de recursos orçamentários destinados aos investimentos em defesa.

No que diz respeito às oportunidades, a Instituição preparou-se para receber recursos adicionais, os quais foram aproveitados. Ao final do exercício, a Unidade Prestadora de Contas (UPC) executou 99,93% dos recursos atribuídos.

O EB está atuando no sentido de capacitar um número maior de militares, aprovar novos documentos relativos ao tema e aperfeiçoar o processo de gestão de riscos no âmbito da Instituição. Dentre as principais oportunidades surgidas, destacam-se:

- captação de recursos em órgãos de fomento, tais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e fundações de apoio à pesquisa, ao desenvolvimento e à produção dos Produtos de Defesa, ratificada pela existência de projetos de sucesso desenvolvidos pelo EB;

- atuação na coordenação da implantação e do desenvolvimento do Sistema Defesa, Indústria e Academia de Inovação;

- aproveitamento de novas tecnologias de defesa, o que poderá levar à ampliação do volume de uso dual de Produtos de Defesa produzidos pela indústria nacional em outras áreas das cadeias produtivas, como redes de comunicações, segurança e equipamentos agrícolas pesados; com reflexos em aumento da escala de produção da indústria nacional interna. Isso poderá levar à redução de custos de obtenção de materiais de defesa da indústria nacional;

- a capacitação científico-tecnológica dos recursos humanos do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército (SCTIEx), por intermédio de cursos de extensão e pós-graduação, particularmente, mestrado e doutorado, no Brasil e no exterior;

- entrada em operação do Sistema Integrado de Gestão Logística (SIGELOG). Esse sistema, quando finalizado, proporcionará informações mais confiáveis e, por possuir um relatório de crítica, servirá de base para os planejamentos de aquisições, resultando em economia, melhor controle dos estoques, de distribuição e na qualidade dos bens adquiridos; e

- a ampliação do volume de exportação de Produtos de Defesa pela indústria nacional com reflexos em aumento da escala de produção interna e a ampliação do volume de uso dual de Produtos de Defesa produzidos pela indústria nacional em outras áreas das cadeias produtivas, como redes de comunicações, segurança e equipamentos agrícolas pesados; com reflexos em aumento da escala de produção da indústria nacional interna.

Torna-se premente que o EB prossiga nos esforços da racionalização administrativa e no controle e aprimoramento de seus gastos, a fim de aumentar, em todos os níveis, a efetividade do gasto público de custeio.

É fundamental para a transformação do Exército e consequente desenvolvimento nacional que os planejamentos dos diversos níveis indiquem máxima prioridade na gestão de recursos disponíveis, do corrente ano, para os Programas Estratégicos (Prg EE).

1.9 ATUAÇÃO DE SUPERVISÃO, CONTROLE E DE CORREIÇÃO

1.9.1 INTRODUÇÃO

As principais ações de correição adotadas para a garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos são representadas pelas atividades de apuração que consistem na execução de procedimentos, que tem por finalidade é averiguar atos ou fatos ilegais ou irregulares praticados por agentes públicos ou privados na utilização de recursos públicos federais sob a administração do Comando do Exército.

As atribuições do Centro de Controle Interno do Exército e dos Centros de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército (CGCFEx) correspondem ao acompanhamento e à avaliação dos processos administrativos instaurados pelas Organizações Militares do Comando do Exército para apuração de indícios de irregularidades administrativas e reposição de danos causados ao erário, em conformidade com as Normas para a Apuração de Irregularidades Administrativas (EB10-N-13.007), aprovadas pela Portaria nº 1.324-Cmt Ex, de 4 de outubro de 2017. (http://www.eb.mil br/correicao)

O quadro de pessoal do Comando do Exército é composto por militares e servidores civis, regidos por legislação específica para cada segmento e listada ao longo desta seção, sendo o órgão setorial responsável pela gestão de ambos os ramos o Departamento-Geral do Pessoal (DGP). Atualmente, as atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos funcionam conforme descrito a seguir.

No Plano Estratégico do Exército 2020-2023 consta como uma das atividades da estratégia 11.2 (Desenvolvimento de programas de preservação dos valores da Instituição) a implantação do Sistema de Correição do Exército.

1.9.2 ATIVIDADE DE CORREIÇÃO RELATIVA A MILITARES

Os militares do Exército na ativa, na reserva remunerada e os reformados estão sujeitos ao Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), disponível no link (http://www planalto.gov.br/ccivil 03/decreto/2002/d4346.htm).

No Comando do Exército, não há um órgão único (corregedoria) responsável pelo processo de correição, que é diluído na estrutura organizacional. Dessa forma, cada Organização Militar, conforme prevê a base normativa, desenvolve as atividades relacionadas à apuração de possível irregularidade e à aplicação das devidas penalidades.

Nesse contexto, cabe ao Departamento-Geral do Pessoal, Órgão de Direção Setorial do Exército, somente o registro das informações para fins de compor o processo de avaliação, seleção e promoção dos militares.

As atividades de correição para militares subdividem-se em duas partes, a saber: os casos relacionados à disciplina militar e aqueles oriundos de crimes dolosos já transitados em julgado.

No tocante aos casos disciplinares, o Comando do Exército, em razão de suas especificidades, apresenta processos de correição próprios, cujas atividades estão intrinsecamente relacionadas aos princípios da hierarquia e da disciplina e têm como objetivo a apuração de transgressão

disciplinar, entendida como toda ação ou omissão praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio e ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares ou que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe.

A aplicação da punição disciplinar objetiva a preservação da disciplina e tem caráter educativo.

Processo de aplicação de punição disciplinar para militares.

No segundo caso, relacionados aos crimes dolosos praticados por militares já transitados em julgado e que estejam no rol das condutas previstas na Lei nº 5.836/72 e no Decreto nº 71.500/72, o acompanhamento das atividades no âmbito do Exército fica a cargo da Assessoria dos Tribunais de Honra (ATH), vinculada ao DGP, cuja sistemática utilizada para a apuração de ilícitos cometidos por integrantes do Exército se baseia em dois tipos de processos administrativos:

ATUAÇÕES CORRECIONAIS EM 2021

Tipo	Posto/Graduação	Quantidade
Conselho de Disciplina	Aspirante a Oficial e Praças	18
Conselho de Justificação	Oficiais	1

Fonte: Assessoria de Tribunais de Honra – 2021

BASE LEGAL DA ATIVIDADE DE CORREIÇÃO

- Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Dispõe sobre o Estatuto dos Militares;

- Lei n° 5.836, de 5 de dezembro de 1972 – Dispõe sobre o Conselho de Justificação e dá outras providências;

- Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar;

- Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972 – Dispõe sobre o Conselho de Disciplina e dá outras providências;

- Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002 – Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R–4);

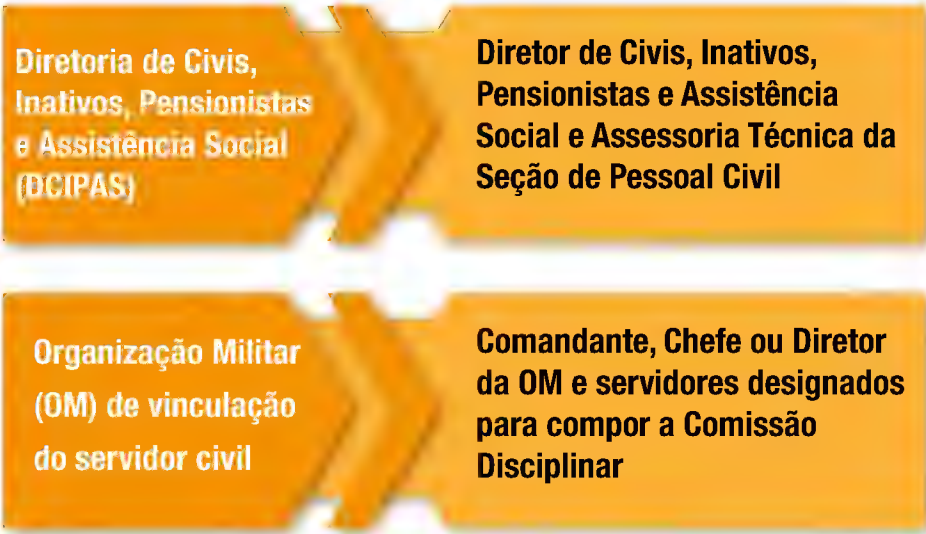
- Portaria nº 107, de 13 de fevereiro 2012 – Aprova as Instruções Gerais para Elaboração de Sindicância no Âmbito do Exército (EB 10-IG-09.001); e

- Portaria no 1440, de 6 de setembro de 2018 – Aprova as Instruções Gerais para o Funcionamento de Conselho de Disciplina no âmbito do Exército Brasileiro (EB10-IG-02.021).

1.9.3 ATIVIDADE DE CORREIÇÃO RELATIVA AOS SERVIDORES CIVIS

As atividades de correição relacionadas aos servidores civis são coordenadas pelo Departamento-Geral do Pessoal (DGP).

Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (DCIPAS) → **Diretor de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social e Assessoria Técnica da Seção de Pessoal Civil**

Organização Militar (OM) de vinculação do servidor civil → **Comandante, Chefe ou Diretor da OM e servidores designados para compor a Comissão Disciplinar**

O gerenciamento e a implantação dos dados referentes a todos os procedimentos apuratórios no âmbito do Comando do Exército (Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – PAD), no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGUPAD), são realizados, de forma centralizada, pelo DGP, à exceção das demissões, cujos registros de julgamento são efetuados pela Divisão de Pessoal Civil do Ministério da Defesa (DIPEC/MD).

Fotomontagem: 2º Ten Martins/CCOMSEx

PUNIÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICADAS AOS SERVIDORES CIVIS EM 2021 (ÂMBITO EB)

PUNIÇÕES	QUANTIDADE
Demissão	2
TOTAL EXPULSIVAS	2
Suspensão	1
Advertência	2
TOTAL NÃO EXPULSIVAS	3
TOTAL GERAL	5

Fonte: Sistema de Gestão de Processos Administrativos Disciplinares (CGU-PAD) e informações das OM, atualizado em 2021.

Obs nº 1: Processo Administrativo Disciplinar em andamento com possibilidade de aplicação de penalidade expulsiva – 9.

Obs nº 2: PAD em andamento com possibilidade de aplicação de penalidade NÃO expulsiva – 9.

Obs nº 3: Os procedimentos apuratórios de menor gravidade e a aplicação das penas estatutárias brandas (sindicância, para aplicação de advertência e suspensão até 30 dias), por serem instaurados e julgados nas OM dos servidores, têm seus respectivos dados registrados no CGU-PAD após o recebimento dos respectivos autos, de forma centralizada, pela Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (DCIPAS). Isso pode acarretar em acúmulo e atraso no registro no Sistema, portanto, há imprecisão no quantitativo de suspensões e advertências constantes no quadro acima.

PRINCIPAIS CAUSAS DAS PUNIÇÕES APLICADAS (ART 117, DA LEI Nº 8.112/90)

CAUSA	QUANTIDADE
Improbidade administrativa	1
Abandono de cargo	1
Descumprimento de normas legais e regulamentares	3
TOTAL	5

Fonte: Sistema de Gestão de Processos Administrativos Disciplinares (CGU-PAD), atualizado em 2021

BASE NORMATIVA

- Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;

- Portaria nº 071 – Cmt Ex, de 18 de fevereiro de 2013 - Aprova o Regulamento da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (EB10-R-02.020);

- Portaria nº 192 – DGP, de 1º de outubro de 2015 - Delega competência para a prática de atos administrativos no âmbito do DGP; e

- Portaria nº 278 – DGP, de 03 de dezembro de 2013 - Aprova as Normas Técnicas nº 3 - Servidor Civil - Assessoria Técnica, da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (EB30–N–50.003).

1.9.4 ATUAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

As atividades de Auditoria Interna Governamental são realizadas pelo Sistema de Controle Interno do Comando do Exército (SisCIEx), que está assim estruturado:

I - como órgão central, pelo Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx), Órgão de Assistência Direta e Imediata (OADI) ao Comandante do Exército (CmtEx) e Unidade Setorial da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, integrando o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. O CCIEx orienta todo o SisCIEx para que suas atividades ocorram em conformidade com a legislação em vigor; e

II - como unidades regionais do SisCIEx, pelos Centros de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército (CGCFEx). Sob a coordenação do CCIEx, desenvolvem atividades de Auditoria Interna Governamental, realizando também o acompanhamento da apuração de dano ao erário e a análise de atos de pessoal (admissões e concessões de aposentadorias, reformas e pensões).

A atividade de Auditoria Interna Governamental no âmbito do Comando do Exército é realizada em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) do Comando do Exército que contemplará, prioritariamente a relação dos trabalhos selecionados com base na avaliação de riscos e os trabalhos a serem realizados em função de obrigação normativa. O PAINT está disponível no link http://www.cciex.eb.mil.br/index.php/en/auditorias.

As informações sobre a execução do PAINT e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria realizados pelo Centro de Controle Interno do Exército e pelos Centros de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército, no decorrer de 2021, são divulgadas no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), disponibilizado no link http://www.cciex.eb.mil.br/index.php/en/auditorias.

Como resultado das avaliações e apurações realizadas em 2021, o Exército Brasileiro busca obter benefício não financeiro (melhoria da gestão) e financeiro que se divide em:

- valores recuperados ocorrem quando houver valores pagos indevidamente e a efetiva devolução do recurso aos cofres públicos ou o desconto na parcela posterior de pagamento pela Administração. Os processos ainda não julgados pelo Tribunal de Contas da União são contabilizados 10% do débito como benefício financeiro.

- gastos evitados são os valores identificados que não estão aderentes aos princípios da legalidade ou economicidade. Devem ser registrados como benefícios financeiros quando houver a suspensão do pagamento ou a adequação do valor.

Foto: Banco de imagens Adobe Stock

Operação Culminating
Foto: Acervo CCOMSEx

RESULTADOS ESTRATÉGICOS ALCANÇADOS

Fotomontagem: 2º Ten Martins/CCOMSEx

2 RESULTADOS ESTRATÉGICOS ALCANÇADOS

2.1 DISSUASÃO EXTRARREGIONAL

2.1.1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Política Militar Terrestre, contribuir com a dissuasão extrarregional é ter forças militares com eficiência operacional e poder de combate, expressos pelo grau de ordenação, qualificação e preparação dos recursos materiais e humanos, suficientes e capazes de desencorajar qualquer agressão militar e, também, dispor de tropas com maior capacidade de mobilidade (estratégica e tática) e elasticidade.

O Objetivo Estratégico do Exército 01 – Contribuir com a dissuasão extrarregional – tem em suas prioridades principais as competências institucionais de defender a pátria, dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres e fortalecer a mobilidade e a capacidade logística, sobretudo na região amazônica.

Assim, as atividades estabelecidas no Plano Estratégico do Exército no OEE 01 afetam sensivelmente o preparo da Força Terrestre para emprego em Operações Terrestres, processo finalístico do Exército Brasileiro.

2.1.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

O Índice de Operacionalidade da Força Terrestre (IOpFT) é um indicador a cargo do EB que compõe o Índice de Operacionalidade das Forças Armadas, criado para mensurar o desempenho do Programa 6012 - Defesa Nacional do Plano Plurianual.

O conceito de "nível de operacionalidade" envolve a avaliação interna à Força nas seguintes vertentes: efetivo, adestramento e preparo logístico.

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 01

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-01	= [(Índice de eficácia na prontidão x 50) + (Índice de Prontidão Logística x 40) + (Índice de Efetivo Existente nas Brigadas x 30)] / 120	82,47%	80% de operacionalidade anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Para 2021, o EB comprometeu-se a buscar o atingimento da meta de 80% do IOpFT. Ao final do exercício, o resultado alcançado foi de 82,47%, ficando acima do esperado.

2.1.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

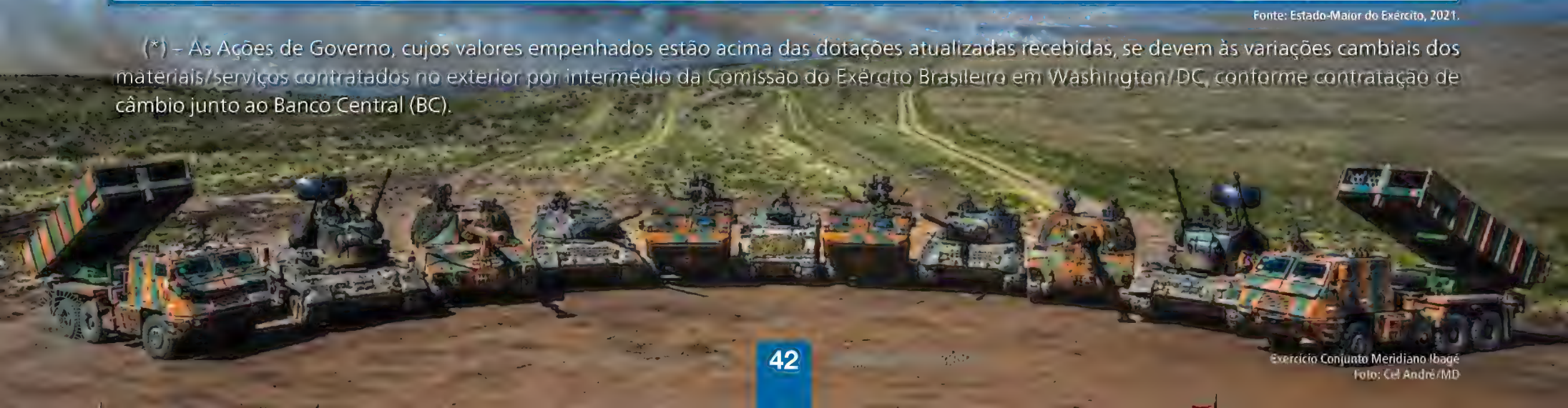
As prioridades e objetivos do Programa de Defesa Nacional abrangem, dentre outras vertentes, projetos destinados ao aparelhamento das Forças Armadas com meios e equipamentos militares mais modernos, eficientes e adequados ao trinômio controle, mobilidade e presença, previstos na Estratégia Nacional de Defesa.

Nesse sentido, cita-se, dentre outras prioridades estabelecidas para o objetivo estratégico no ano de 2021, aquelas associadas às entregas físicas dos seguintes Programas Estratégicos do EB:

PRG EE	AO	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO* (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
GUARANI	14T4	409.232.339,00	412.498.444,08	100%
ASTROS	14LW	134.000.000,00	134.000.000,00	100%
AVIAÇÃO	3138	214.075.534,00	215.000.272,70	100%
DAAE	13BD	5.653.768,00	5.653.534,55	100%
OCOP	156N	171.375.744,00	174.147.847,15	100%

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2021.

(*) – As Ações de Governo, cujos valores empenhados estão acima das dotações atualizadas recebidas, se devem às variações cambiais dos materiais/serviços contratados no exterior por intermédio da Comissão do Exército Brasileiro em Washington/DC, conforme contratação de câmbio junto ao Banco Central (BC).

Exercício Conjunto Meridiano Ibagé
Foto: Cel André/MD

2.1.3.1 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO GUARANI (Prg EE GUARANI)

O Programa Estratégico do Exército Guarani tem por objetivo geral dotar o Exército Brasileiro de uma Nova Família de Blindados sobre Rodas (NFBR), de forma a aumentar a capacidade operativa da Força Terrestre, contribuindo com a dissuasão extrarregional.

Para alcançar o objetivo planejado, o escopo do programa contempla a transformação das organizações militares de infantaria motorizada em mecanizada e a modernização das organizações militares de cavalaria mecanizada, sendo planejada uma diversidade de meios mecanizados e seus sistemas, os quais devem possuir um índice de nacionalização superior a 60%.

O programa é composto pelos projetos de pesquisa e desenvolvimento de material de emprego militar, bem como por ações complementares, infraestrutura e preparo, adequando as organizações militares para o recebimento dos novos materiais de emprego militar, bem como contribuindo com a formação de operadores e mecânicos.

A partir de 2022, o Prg EE Guarani será transformado no Programa Estratégico do Exército Forças Blindadas, abarcando as iniciativas estratégicas para obtenção de viaturas blindadas sobre rodas e sobre lagartas.

ENTREGAS 2021

- 49 VBTP-MSR 6x6 GUARANI
- 15 VBMT-LSR 4X4
- 54 Sistemas de Armas Automatizadas REMAX
- 53 Sistemas de Comando e Controle
- 13 militares capacitados em sistemas de armas
- 20 militares capacitados no curso de manutenção de Chassi
- 20 militares capacitados no curso de manutenção de Operador
- SLI para as plataformas das VBTP-MR Guarani 6x6 e para o sistema de armas REMAX
- Adequação da infraestrutura das Unidades que receberam viaturas blindadas (estruturas de manutenção e garagem)
- Finalização dos protótipos das viaturas blindadas de engenharia

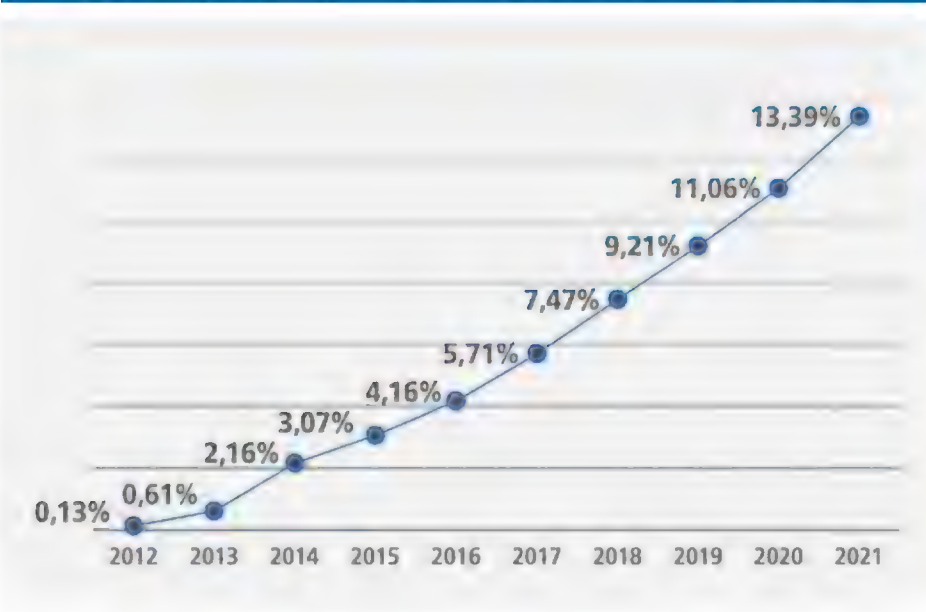
Fonte: Estado-Maior do Exército.

Blindados Guarani na 3ª Divisão de Exército (CMS)
Foto: 19º RC Mec

Em 2021, a execução orçamentária do programa foi de 2,3% perfazendo um total acumulado de 13,39% do total previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP) em relação ao valor total planejado.

Valor planejado total do programa: R$ 20.800.000.000,00.

% EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ACUMULADA POR ANO

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Para mais informações acesse o link: http://www.epex.eb.mil.br/index.php/guarani

Manobra Escolar da AMAN
Foto: 1º Sgt SIONIR/CCOMSEx

Entrega da Viatura Guarani Nº 500
Foto: 1º Sgt Sionir/CCOMSEx.

2.1.3.2 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO ASTROS (Prg EE ASTROS):

O Programa Estratégico do Exército Astros tem por objetivo geral incrementar a artilharia de mísseis e foguetes dotando a Força de novas capacidades de apoio de fogo, planejamento e coordenação de fogos, bem como busca de alvos. É composto pelos projetos de pesquisa e desenvolvimento, de aquisição e modernização de viaturas do Sistema Astros e de construções e instalações em Organizações Militares, que contribuem para o aparelhamento da Força Terrestre para gerar capacidades dissuasórias e de apoio de fogo terrestre.

Os projetos de Pesquisa e Desenvolvimento contam com o desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro com alcance de até 300 km e do Foguete Guiado SS- 40G. Ambos contratados com a empresa brasileira AVIBRAS Indústria Aeroespacial, executados em parceria com o Exército Brasileiro, e ainda com o Sistema Integrado de Simulação Astros, desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria.

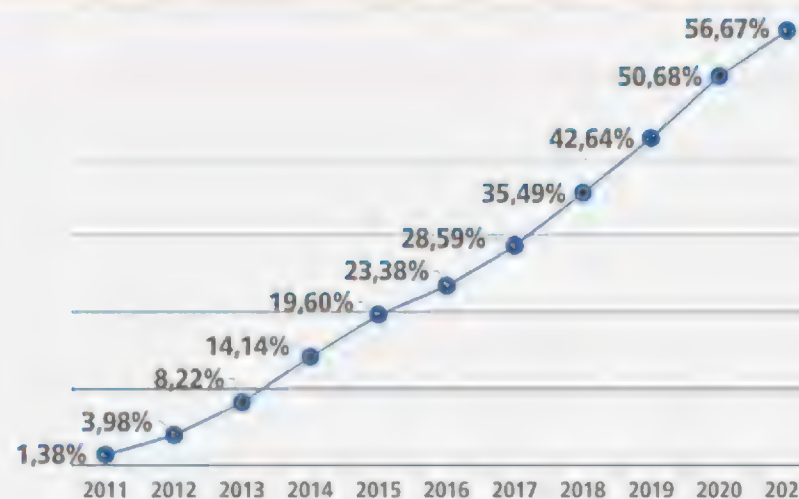
ENTREGAS 2021

- 1 Sistema Transportável para Rastreio de Engenhos em Voo (STREV)
- 3 Viaturas Remuniciadoras Astros (RMD)
- Adequação do anfiteatro do Forte Santa Bárbara
- Implantação do Programa de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos Ambientais do Forte Santa Bárbara
- Aquisição de munição para o Sistema A2 ASTROS
- Adequação da infraestrutura de paióis
- Conclusão das instalações do Comando de Artilharia do Exército e Bateria de Comando do Comando de Artilharia do Exército
- Conclusão da Integração do Simulador Virtual Tático Bateria de Mísseis e Foguetes com o Sistema COMBATER

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Em 2021, a execução orçamentária do programa foi de 5,98% perfazendo um total acumulado de 56,67% do total previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP) em relação ao valor total planejado.

Valor planejado total do programa: R$ 2.435.000.000,00

% EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ACUMULADA POR ANO

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Para mais informações acesse o link: http://www.epex.eb.mil.br/index.php/astros

Tiro do Astros
Foto: EPEx

Sistema Transportável para Rastreio de Engenhos em Voo (STREV)
Foto: EPEx

Simulador do Sistema Astros 2020
Fonte: EPEx

Tiro do Astros - Exercício Santa Bárbara
Foto: Cb Santos/22º B Log L (Amv)

Fotomontagem: 2º Ten MARTINS/CCOMSEx

2.1.3.3 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO AVIAÇÃO DO EXÉRCITO (Prg EE Av Ex)

O Programa Estratégico do Exército Aviação do Exército tem como objetivo geral manter a aviação do Exército como um vetor de modernidade e eficiência operacional.

Para alcançar o objetivo planejado, o escopo do programa contempla o aperfeiçoamento do Sistema Aviação do Exército por meio da modernização da frota existente e da aquisição de aeronaves de ataque, a fim de contribuir com o cumprimento de missões de combate ofensivas, de reconhecimento e de segurança.

O programa é composto por projetos que visam ampliar as capacidades do Sistema de Aviação do Exército, como também por ações complementares de infraestrutura e modernização, adequando as Organizações Militares e buscando estender a vida útil da frota de Esquilo/Fennec e Pantera.

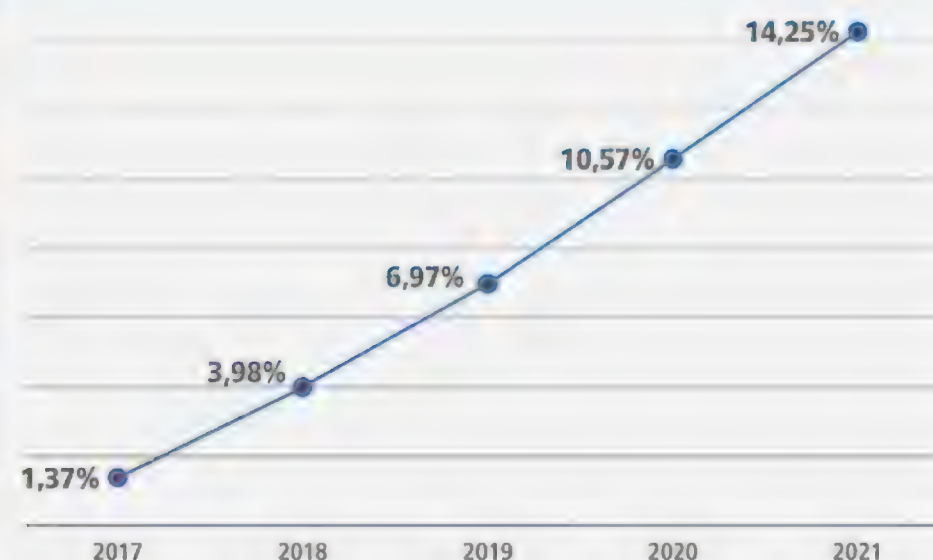
ENTREGAS 2021
• 2 aeronaves FENNEC (modernização) • 4 aeronaves Pantera K2 (modernização) • Aquisição de 8 motores para as aeronaves Pantera K2 modernizadas em 2021

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Transporte de aeronave Pantera K2 para modernização
Foto: 2º BECmb

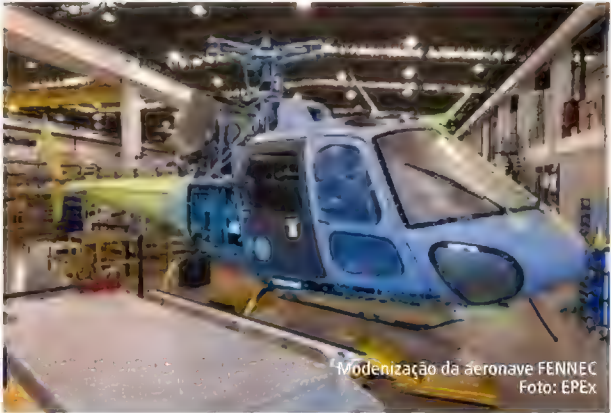
Em 2021, a execução orçamentária do programa foi de 3,68% perfazendo um total acumulado de 14,25% do total previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP) em relação ao valor total planejado.

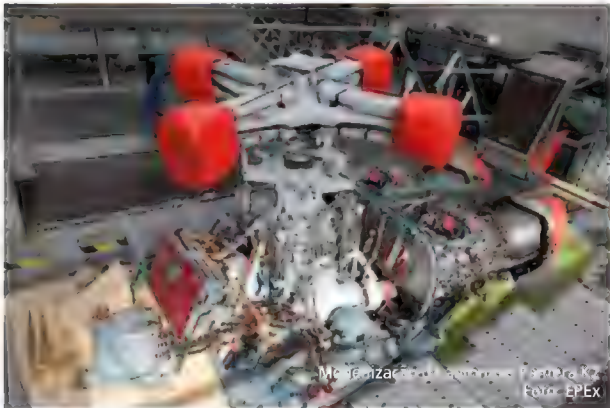
Valor planejado total do programa: R$ 4.905.862.000,00

% EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ACUMULADA POR ANO

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Para mais informações acesse o link: http://www.epex.eb.mil.br/index php/aviacao

Exercício de adestramento conjunto de helicópteros da Marinha, Exército e Aeronáutica realizado em Taubaté-SP
Foto: Alexandre Manfrim/MD

Modenização da aeronave Pantera K2
Foto: EPEx

Modenização da aeronave FENNEC
Foto: EPEx

Modenização da aeronave Pantera K2
Foto: EPEx

Modenização da aeronave Pantera K2
Foto: EPEx

Modenização da aeronave Pantera K2
Foto: EPEx

Aeronave Pantera K2 mordenizada
Foto: EPEx

Entrega da aeronave FENNEC mordenizada
Foto: 1º Sgt Sionir/CCOMSEx

Fotomontagem: 2º Ten MARTINS/CCOMSEx

2.1.3.4 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO DEFESA ANTIAÉREA (Prg EE DAAE)

O Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea está organizado com a finalidade de entregar módulos de artilharia antiaérea ao Exército Brasileiro, tendo por objetivo recuperar e obter a capacidade de defesa antiaérea de baixa e média alturas, modernizando as organizações militares que compõem a defesa antiaérea da Força Terrestre.

O programa foi estruturado para viabilizar a participação da indústria nacional de defesa, atribuindo grande importância para a transferência de tecnologia de Produtos de Defesa ainda não acessíveis no País, coma assimilação de novas capacidades e contribuindo para o incremento no número dos postos de trabalho de alta qualificação no Brasil.

ENTREGAS 2021

- Realização de obras militares na Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea
- Adequações das seções de instrução e centros de simulação das organizações militares de defesa antiaérea da Força Terrestre
- 2 radares SABER M60 versão 2.0 (fabricação nacional)

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Tiro do míssel portátil IGLA-S Foto: Acervo CCOMSEx

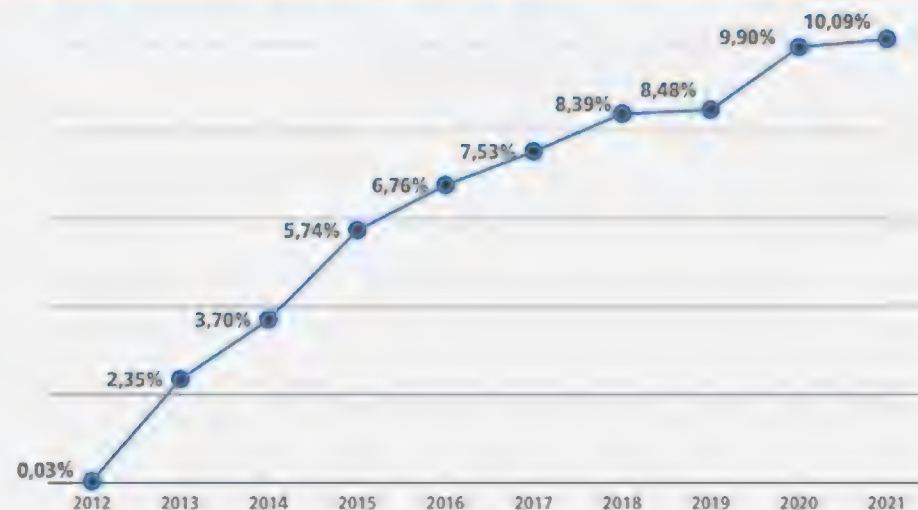
Em 2021, a execução orçamentária do programa foi de 0,19% perfazendo um total acumulado de 10,09% do total previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP) em relação ao valor total planejado.

Valor planejado total do programa: R$ 4.130.148.934,00

% EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ACUMULADA POR ANO

2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
0,03%	2,35%	3,70%	5,74%	6,76%	7,53%	8,39%	8,48%	9,90%	10,09%

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Para mais informações acesse o link: http://www.epex.eb.mil.br/index.php/defesa-antiaerea/escopodaae

Radar Saber 60
Foto: EPEx

Míssil portátil RBS 70 Foto: Acervo CCOMSEx

[illegible] Antiaérea Gepard - Exercício Meridiano Ibagé
Foto: 3ª DE

Tiro do míssil portátil RBS 70
Foto: Cb Estevam/CCOMSEx

2.1.3.5 PROGRAMA OBTENÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL PLENA (Prg EE OCOP)

O Programa de Obtenção da Capacidade Operacional Plena tem por objetivo dotar as organizações militares do Exército Brasileiro de sistemas e materiais de emprego militar para manter a permanente capacidade operacional, por meio da substituição de materiais e sistemas defasados tecnologicamente ou no final de seu ciclo de vida, da melhoria dos equipamentos individuais e coletivos do combatente e da efetividade da sustentação logística dos meios militares terrestres.

Para alcançar o objetivo planejado, o escopo do programa contempla a pesquisa, o desenvolvimento e a modernização dos sistemas e materiais de emprego Militar e do produto de defesa, buscando, no que couber, a interoperabilidade logística com as demais Forças.

ENTREGAS 2021

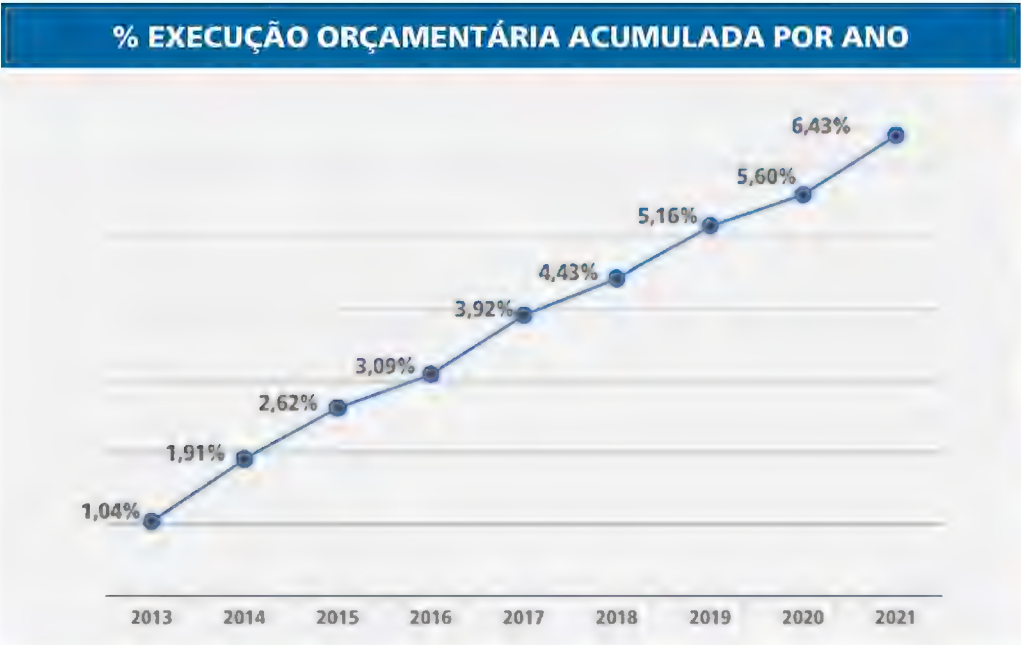
- 2100 fuzis de assalto IA2 5,56 mm fabricados
- 148 placas reforçadoras de solo
- Desenvolvimento do sistema computadorizado de direção e coordenação de tiro (GENESIS)
- Desenvolvimento do Radar SABER M200 multimissão
- Aquisição de equipamento para SISDQBRN
- 65 mísseis SPIKE adquiridos
- 290 equipamentos óticos adquiridos
- 172 miras laser adquiridos
- 25 rádios de comunicação VHF e HF
- 1 sistema de ponte tipo fita Improved Ribbon Bridge (IRB)
- 1000 mochilas de grande capacidade

Fonte: Estado-Maior do Exército.

O total acumulado corresponde a 6,43% dos R$ 20,9 bilhões previsto para até 2035. Em 2021, a execução orçamentária do programa foi de 100% (considerando a variação cambial), verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP) em relação ao valor total planejado.

Valor planejado total do programa: R$ 20.900.000.000,00

% EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ACUMULADA POR ANO

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Lançamento do Radar Saber M200 Vigilante
Foto: ST Ageu Souza/CCOMSEx

Operação CORE
Foto: Sd LUCAS ALMEIDA/CCOMSEx

Míssel SPIKE
Foto: 1º Ten Lucas Soares/CI Bld

Sistema de ponte tipo fita Improved Ribbon Bridge (IRB)
Foto: 5ª DE

2.1.4 IMPACTOS SÓCIOECONÔMICO DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO

Modernizar a defesa terrestre para a promoção da paz social, favorecendo a manutenção da presença do Estado brasileiro nos mais diversos rincões do nosso território, de forma a contribuir nas ações de segurança do patrimônio, proteção aos serviços essenciais e infraestruturas críticas, proporcionando a redução da ocorrência de crises.

Desenvolver uma estrutura de apoio às ações de segurança pública para o incremento da interoperabilidade dos órgãos e agências governamentais, ampliando a presença do Estado nas fronteiras e o apoio ao combate a ilícitos transfronteiriços, promovendo, assim, o aumento da segurança nos centros urbanos.

Estimular o desenvolvimento nacional pela geração de empregos e aumento da renda, pelo fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) e pela capacitação da mão de obra brasileira.

Incrementar a pesquisa, desenvolvimento e inovação pelo fomento dos institutos tecnológicos e entidades acadêmicas, pelo fortalecimento do modelo sustentável pelo uso dual de tecnologia, pela promoção da independência tecnológica e pelo domínio de tecnologias sensíveis.

Aumentar a capacidade de dissuasão contra ameaças por intermédio do incremento da capacidade operacional da Força Terrestre, da rearticulação de tropas no território nacional e da criação de novas capacidades militares terrestres.

2.1.5 OPERAÇÃO ÁGATA

Missão: atuar por meio de ações preventivas e repressivas, no combate aos delitos transfronteiriços e ambientais, na faixa de fronteira, em situação de normalidade, legalmente amparado no Art 16-A da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, empregando militares e civis de diversos órgãos e os meios necessários, para reprimir crimes ambientais, tráficos e tráfico de pessoas.

Ponto de Bloqueio e Controle de Estradas
Foto: Cb Vinicius/2º R C Mec

Período: ao longo do ano de 2021.

Efetivos e meios: Comando Militar da Amazônia, Comando Militar do Norte, Comando Militar do Oeste e Comando Militar do Sul. Na operação foi empregado um total de 15.571 militares/ano, além de viaturas, embarcações Guardian 25, blindados Guarani e aeronaves militares.

Local/área de abrangência: toda a faixa de fronteira terrestre brasileira, que possui aproximadamente 17 mil km de extensão, com 150 km de profundidade, em que 11 estados e 585 municípios separam 10 países vizinhos.

Resultados para a Força: desenvolvimento das capacidades operativas em missões dessa natureza e o desenvolvimento de capacidade relativa ao emprego de recursos, bem como a integração com agências de todos os níveis (federais, estaduais e municipais).

Benefícios para a sociedade: o emprego do Exército na Operação Ágata, sob a ótica da vertente "Braço Forte", combate delitos transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira, contribuindo para o aumento da segurança naquela área. Dessa forma, possibilita a recuperação de bens nacionais, a estabilidade social dos brasileiros e a manutenção dos interesses nacionais e continentais da América do Sul.

Patrulhamento nas estradas
Foto: 34º BI Mec

Fonte: SDE/Div Op

Resultados tangíveis da Operação Ágata:

Quantidade de operações	229
Efetivo empregado	15.571
Vistorias, inspeções, interceptações	130.973
Patrulhas	4.897
Apreensão de drogas (kg)	9.105
Apreensão de armas	49
Apreensão de munições	1.454
Prisões	102

Fonte: SDE/Div Op

Patrulhamento fluvial no Rio Paraná
Foto: COTer

Vigilância no Rio Paraná
Foto: 1º Ten Josiany/34º BI Mec

Apreensão de produtos ilícitos
Foto: 34º BI Mec

2.2 PROJEÇÃO DO EXÉRCITO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

2.2.1 INTRODUÇÃO

A projeção do Exército no cenário internacional se expressa nos instrumentos da diplomacia militar, entendida como o rol de atividades desenvolvidas pelos militares em prol da política externa do País. Visa promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com a finalidade de colaborar com a capacitação do pessoal, a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial.

Atualmente, o Exército está presente em todos os continentes do mundo, com militares cumprindo missões de natureza diplomática e permanentes, missões transitórias diversas, discentes e missões operacionais.

2.2.2 RESULTADOS DA PROJEÇÃO DO EXÉRCITO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

O Objetivo Estratégico 02 - "Ampliar a Projeção do Exército no Cenário Internacional" – visa aumentar, no contexto internacional, o reconhecimento da capacidade do Exército Brasileiro de atuar em sua missão primária de garantia da soberania nacional, bem como de contribuir para atividades e operações que promovam a estabilidade regional e a paz e segurança mundiais.

Conforme a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI), alinhada ao Planejamento Estratégico do Exército, a Instituição tem participado de diversas atividades que a projetam no cenário internacional e que fortalecem os processos de integração e de diplomacia militar junto as Nações Amigas, tais como: conferências bilaterais de Estado-Maior, reuniões regionais de intercâmbio militar, conferências multilaterais, exercícios combinados, participação em organismos internacionais e em operações de paz e de ajuda humanitária.

Neste contexto ainda, o Exército Brasileiro candidatou-se para liderar o ciclo 2022-2023 da Conferência dos Exércitos Americanos (CEA) e obteve a aprovação dos membros participantes. Com isso, foi introduzido no Plano Estratégico do Exército o Projeto SEPCEA e foi ativada, em 2021, a Secretaria Executiva Permanente da Conferência dos Exércitos Americanos (SEPCEA) com a missão de planejar e conduzir as atividades da conferência no próximo ciclo.

Os resultados do OEE 02 são materializados pelo IR 02 – Índice de projeção do Exército no cenário internacional, apresentado abaixo:

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 02

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-02	[(Índice de Cooperação e Integração com Exércitos de Nações Amigas) + (Índice de Representatividade do Exército no Cenário Internacional) + (Índice de Participação em Missões de Paz ou de Caráter Humanitário)] /3	93,40%	Desempenho de 80% anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Para 2021, o EB comprometeu-se a buscar o atingimento da meta de 80% do IR 02. Ao final do exercício, o resultado alcançado foi de 93,4%, resultado satisfatório, considerando-se as restrições ocasionadas pela pandemia.

Com cerca de 45 repartições do Exército no exterior, atendendo ao interesse do País e do Exército junto aos países acreditados, o uso dos recursos chegam a 100%, conforme apresentado a seguir:

Fonte: Estado-Maior do Exército.

CBEM - BRASIL/EUA
Foto: Cb Estevam/CCOMSEx

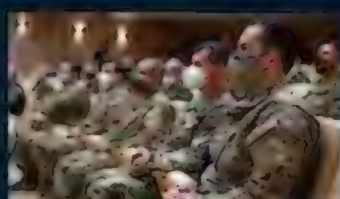
Fotomontagem: 2º Ten Martins/CCOMSEx

2.2.2.1 ATIVIDADE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CONFERÊNCIAS BILATERAIS DE ESTADO-MAIOR (CBEM)

Conferências
7

REUNIÕES REGIONAIS DE INTERCÂMBIO MILITAR (RRIM)

Reuniões
7

CONFERÊNCIA DOS COMANDANTES DOS EXÉRCITOS DO CONE SUL

Países Representados
ARGENTINA
CHILE
PARAGUAI
URUGUAI

II CONFERÊNCIA MULTILATERAL DE FRONTEIRAS

Países Representados
COLÔMBIA
EQUADOR
ESTADOS UNIDOS
PANAMÁ
PERU

CONFERÊNCIA DOS COMANDANTES DOS EXÉRCITOS AMERICANOS

O EB assumiu a liderança do XXXV Ciclo da Conferência dos Exércitos Americanos, referente ao biênio 2022-2023.

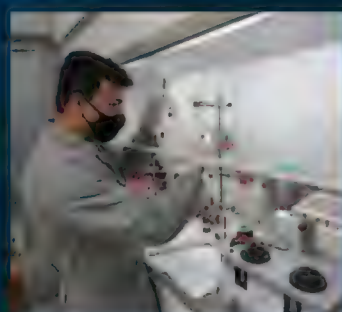
ADITÂNCIAS MOBILIADAS PELO EXÉRCITO BRASILERIO EM 2021

Número de paises
34
Cargos previstos
69

MISSÕES DE CARÁTER INDIVIDUAL EM OPERAÇÕES DE PAZ

Número de paises
7
Cargos
68

CERTIFICAÇÃO DE TROPAS PELO SISTEMA DE PRONTO EMPREGO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNPCRS).

CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL

CERTIFICAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES QUÍMICAS (LAQ) DO INSTITUTO DE DEFESA QUÍMICA, BIOLÓGICA, RADIOLÓGICA E NUCLEAR (IDQBRN) DO CENTRO TECNOLÓGICO DO EXÉRCITO (CTEX) PELA ORGANIZAÇÃO PARA PROIBIÇÃO DE ARMAS QUÍMICAS (OPAQ).

CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL

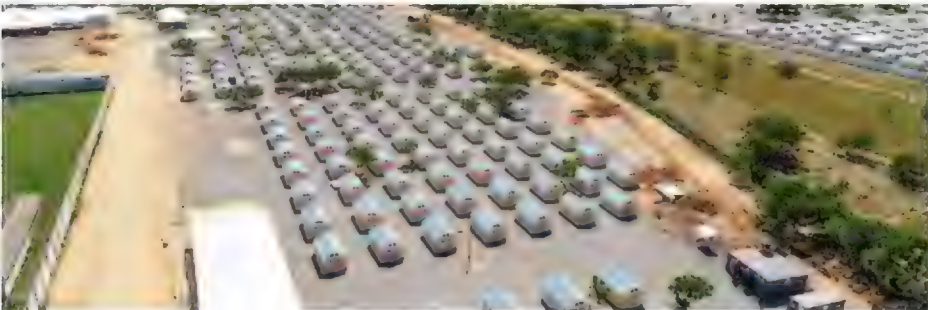
2.2.2.2 OPERAÇÃO ACOLHIDA

Essa operação, de caráter humanitário, tem por finalidade realizar, em coordenação com órgãos do Governo, organismos internacionais e Organizações Não Governamentais (ONGs), ações necessárias ao acolhimento de imigrantes que evadem da crise humanitária na Venezuela, por meio de apoio logístico e sanitário.

A Operação Acolhida ocorre, prioritariamente, na região de fronteira com a Venezuela (Pacaraima e Boa Vista – RR, e em Manaus – AM). Porém, a interiorização abrange todas as regiões do Brasil (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste).

A Operação Acolhida, que ocorre durante todo o ano e já ultrapassou a marca de 65 mil migrantes e refugiados venezuelanos interiorizados para mais de 700 cidades brasileiras, está baseada em três eixos:

Operação Acolhida
desde 2018
7,2 mil
Militares empregados
• Ordenamento de Fronteira
+ de 280 mil
Venezuelanos foram regularizados no Brasil
• Abrigamento
14 abrigos
5 alojamentos temporários
• Interiorização
+ de 65 mil interiorizados
Em + de 700 municípios
MINISTÉRIO DA DEFESA

Em termos de interiorização, deslocamento voluntário dos migrantes e refugiados de Roraima para outros municípios localizados em outros estados, com a necessária proteção social, a operação tem investido cada vez mais esforços para estimular a adesão dos venezuelanos por meios de oferta de emprego formal, reunificação familiar ou social, facilitando a integração dos migrantes e refugiados na sociedade brasileira.

Acampamento - Fonte: Acervo/CCOMSEx

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Crianças Venezuelanas
Foto: Acervo CCOMSEx

...enamento
Foto: Acervo CCOMSEx

Crianças Venezuelanas
Foto: Acervo CCOMSEx

Interiorização
Foto: Acervo CCOMSEx

Interiorização
Foto: Acervo CCOMSEx

2.2.2.3 EXERCÍCIOS COMBINADOS COM NAÇÕES AMIGAS

Na vertente "Braço Forte", a Força Terrestre participa de exercícios combinados, tanto em território brasileiro como no exterior, demonstrando os excelentes níveis de qualidade e prontidão de seu pessoal e material.

2.2.2.3.1 EXERCÍCIO CULMINATING

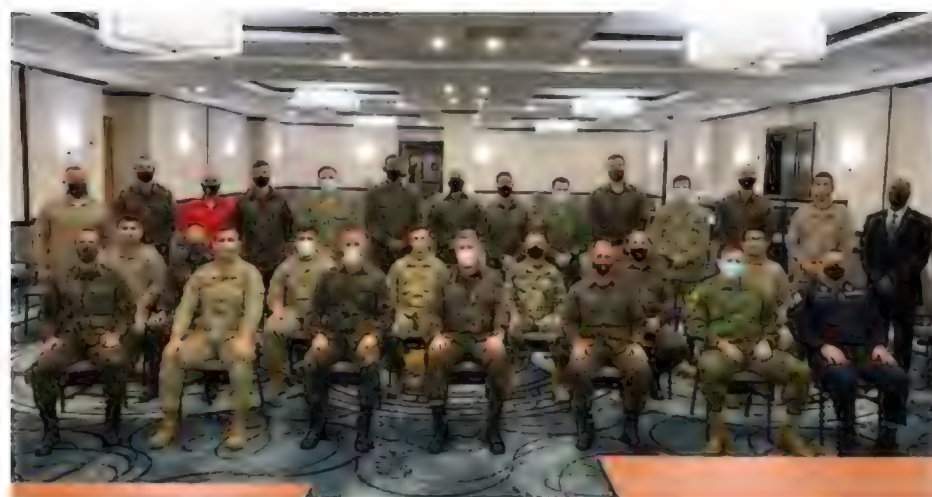
Em fevereiro de 2021, uma companhia da Brigada de Infantaria Paraquedista (Bl Pqdt) do Exército participou de um rodízio da 82ª Airborne Division, no Joint Readiness Training Center (JRTC) do Exército dos Estados Unidos da América, sediado no Fort Polk, Louisiana. Foi a primeira vez que uma fração de tropa de exército latino-americano participou de uma atividade desta natureza.

Operação Culminating
Foto: Acervo CCOMSEx

Operação Culminating
Foto: Acervo CCOMSEx

Operação Culminating
Foto: Acervo CCOMSEx

2.2.2.3.2 EXERCÍCIO PANAMAX

Em junho de 2021, oficiais superiores do Exército Brasileiro participaram do exercício conjunto-combinado multinacional PANAMAX 21, organizado pelo Comando Sul dos Estados Unidos, em Miami, FL. Representantes de 18 países da América do Norte, Central e do Sul participaram da atividade, que teve por objetivo o adestramento de Estado-Maior em operações de amplo espectro.

PANAMAX/21
Foto: Acervo CCOMSEx

PANAMAX/21
Foto: Acervo CCOMSEx

Fotomontagem: 2º Ten Martins/CCOMSEx

2.2.2.3.3 EXERCÍCIO CORE 21

A Operação CORE 21 (Combined Operations and Rotation Exercises) reuniu, durante 10 dias, tropas do Exército Brasileiro e do Exército dos Estados Unidos em cidades do interior de São Paulo (Taubaté, Lorena e Cachoeira Paulista) e do Rio de Janeiro (Resende). A maior parte do adestramento combinado foi concentrada no campo de instrução da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende. A atividade, além de manter os laços históricos entre os países, serviu para incrementar a interoperabilidade, a integração e a cooperação entre os dois exércitos.

Apronto Operacional Operação CORE
Foto: Sd Lucas Almeida/CCOMSEx

Com blindados, helicópteros, tiro real e cerca de 2 mil militares empregados, as tropas dos dois países compartilharam experiências e trocaram conhecimentos sobre doutrina e técnicas, táticas e procedimentos (TTP).

O Comando de Operações Terrestres (COTER), Órgão de Direção Operacional da Força, por meio da Chefia do Preparo da Força Terrestre (Ch Prep F Ter), foi responsável pela coordenação e supervisão da fase de planejamento da atividade, cuja execução coube ao Comando Militar do Sudeste (CMSE).

Apronto Operacional Operação CORE
Foto: Sd Lucas Almeida/CCOMSEx

Foi a primeira vez que o Exército dos EUA executou um exercício dessa envergadura com tropa na América Latina. A Operação CORE 21 é resultado de um programa de cooperação que estipulou exercícios bilaterais anuais até o ano de 2028. O apronto operacional das tropas e a cerimônia de abertura da CORE, com autoridades militares dos dois países, ocorreram no dia 6 de dezembro, na sede do 5º Batalhão de Infantaria Leve (BIL), em Lorena (SP).

No dia seguinte, na sede do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em Cachoeira Paulista, ocorreu o assalto aeromóvel, um dos

Desembarque aeromóvel - Operação CORE
Foto: Sd Lucas Almeida/CCOMSEx

maiores já realizados no Brasil, empregando 22 aeronaves do Comando de Aviação do Exército (CAvEx). Na ocasião, os militares da Força-Tarefa (FT) realizaram a conquista e manutenção de um local estratégico (cabeça de ponte), a fim de conter o avanço de forças oponentes.

Embarque aeromóvel - Operação CORE
Foto: Sd Lucas Almeida/CCOMSEx

No dia 8 de dezembro, as tropas realizaram várias ações táticas, dentre elas, a realização do tiro defensivo com cerca de 130 militares empregados no adestramento, incluindo tiro real de artilharia, morteiros e blindados (veículos Cascavel e Guarani). Na Pista de Combate à Localidade (PCL) da AMAN, no dia 12 dezembro, a tropa investiu em uma localidade com edificações, tendo o objetivo de neutralizar a força oponente.

Pista de Combate em Localidade
Foto: CMSE

Nos dias 13 e 14 de dezembro, ocorreram o tiro de fração e o tiro de integração. O primeiro, em situação real de conflito, serviu para a manutenção da área conquistada. No dia 14, no tiro de integração, os militares brasileiros e americanos trocaram de armamento – a tropa do Exército Brasileiro atirou com fuzil M4 e os americanos com o IA2, da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL). Ambos têm o mesmo calibre: 5,56 milímetros. Isso permitiu identificar melhores práticas voltadas para incrementar a interoperabilidade entre as Forças.

Tiro de Fuzil IA2 - Operação CORE
Foto: Sd Lucas Almeida/CCOMSEx

As atividades terminaram no dia 16 de dezembro, com uma formatura no pátio da AMAN. Na ocasião, militares brasileiros e americanos celebraram o fim do adestramento, certos de que outros mais virão.

Encerramento da Operação CORE
Foto: CMSE

2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PAZ SOCIAL

2.3.1 INTRODUÇÃO

O Exército possui o desafio de contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social do País. Para isso, possui o Objetivo Estratégico – 03 (OEE 03), que busca cumprir com efetividade, as operações de cooperação e coordenação com agências, nas quais se incluem a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, atribuições subsidiárias, prevenção e combate ao terrorismo, atuação sob a égide de organismos internacionais e na proteção das estruturas estratégicas terrestres.

No campo da segurança pública, o Exército Brasileiro realiza operações interagências, o que requer uma coordenação sistêmica; dessa forma, as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) estão previstas na Constituição Federal e fazem parte, portanto, da defesa nacional. Na execução de ações subsidiárias, o EB reforça sua integração com a sociedade, contribuindo para desenvolvimento, paz interna, segurança, harmonia e bem-estar da Nação.

Estão previstos no PEEX projetos estratégicos que mostram a capacidade do Exército para atuar na proteção da sociedade, tais como o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) e o Amazônia Protegida. Além disso, em 2021, o Exército realizou atividades importantes de apoio à defesa civil, Operação COVID-19 e proteção ambiental, dentre outras ações em prol da sociedade.

2.3.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

Para 2021, o EB comprometeu-se a buscar o atingimento da meta de 100% do IR 03. Ao final do exercício, o resultado alcançado foi de 89,38%.

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 03

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-03	(Percentual de municípios atendidos pelas parcerias/convênios + índice de gestão ambiental e apoio às ações subsidiárias) /2	89,38%	Desempenho de 100% anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército.

2.3.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

2.3.3.1 SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON)

O Programa SISFRON proporcionará ao Exército Brasileiro os meios necessários para exercer o monitoramento e controle, particularmente, da faixa de fronteira terrestre brasileira.

O SISFRON destina-se ao sensoriamento, ao apoio à decisão e ao apoio às operações, a fim de permitir o monitoramento e o controle de forma efetiva das áreas de fronteira da Amazônia, do Centro-Oeste e do Sul, bem como à atuação oportuna do poder público. Coopera, dessa maneira, para a segurança, a redução de ilícitos transfronteiriços, a preservação ambiental, a proteção de comunidades indígenas e a obtenção do efeito dissuasório, por meio da utilização da capacidade operacional do Exército Brasileiro, na selva e em outros ambientes do País, isoladamente ou em conjunto com outros órgãos governamentais.

Apronto operacional - 17º RC Mec
Foto: Cb Estevam/CCOMSEx

Em 2021, a execução orçamentária do programa foi de 1,34% perfazendo um total acumulado de 17,10% do total previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP) em relação ao valor total planejado.

Foto: Cb Estevam/CCOMSEx

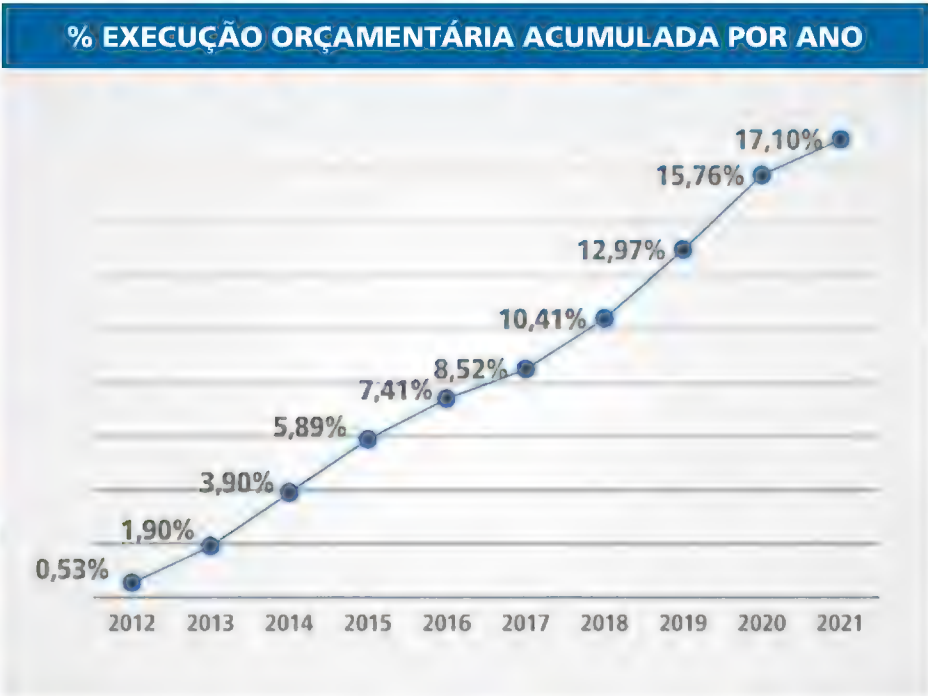
Valor planejado total do programa de R$ 11.992.000.000,00.

Fontes: SIOP (Acesso em 05 de janeiro de 2021)

Foto: Cb Estevam/CCOMSEx

ENTREGAS 2021

- Interligação à Rede de Transporte de Dados da 4ª Cia E Cmb Mec (Jardim-MS), Destacamento de Caracol/10° RCMec (Bela Vista-MS), 2ª Cia Fron (Porto Murtinho-MS), 9° BE Cmb (Aquidauana-MS), PEF de Barranco Branco/2ª Cia Fron (Porto Murtinho-MS) e do Destacamento de Iguatemi/17°RC Mec (Amambai-MS) proporcionando a essas organizações acesso de maior qualidade à EBNet
- Novas infraestruturas do Sistema de Radiocomunicação Digital Troncalizado (SRDT) e de sensores eletromagnéticos nos estados de MT e MS
- Equipamentos de Comunicações Táticas e do SRDT para mobiliar a 13ª Bda Inf Mtz, 18ª Bda Inf Fron e a 1ª Bda Inf Sl
- 486 óculos de visão noturna, 17 binóculos termais e 4 binóculos termais compactos, entregues em Manaus.
- Meios da Rede Integrada de Comunicações em HF (RICH) a ser instalada nas cidades de Manaus, Porto Velho, Rio Branco, Tefé e Boa Vista
- 4 lanchas tipo catamarã (20 passageiros) entregues, sendo contemplados o Cmdo Fron Solimões / 8º BIS (Tabatinga - AM), a 16ª Ba Log Sl (Tefé - AM), o 17º B Fron (Corumbá - MS) e a 2ª Cia Fron (Porto Murtinho - MS)
- 1 Ferryboat 140 Ton para o 8º D Sup (Belém - PA)
- 1 empurrador fluvial para balsas para a 16ª Ba Log Sl (Tefé - AM)
- Centro de Operações da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, Porto Velho – RO
- 25 obras nos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF); e um Pavilhão Garagem e Depósito no 9º B Com GE, Campo Grande – MS

Fotomontagem: 2º Ten Martins/CCOMSEx

2.3.3.2 AMAZÔNIA PROTEGIDA

O Programa Amazônia Protegida foi instituído pelo decreto presidencial nº 6.513, de 22 de junho de 2008. É um braço executivo que coordena um portfólio de projetos e de ações estratégicas orientadas para a preservação da soberania brasileira sobre a sua região amazônica, reestruturando o Exército Brasileiro na amazônia, tendo a defesa, o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental como eixos estruturantes.

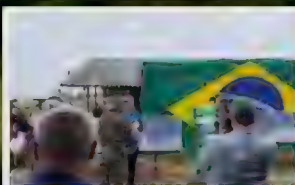
Os objetivos do programa são ampliar a Capacidade Militar Terrestre dos Comandos Militares de Área da Amazônia (Comando Militar da Amazônia e Comando Militar do Norte), ampliar a capacidade operativa na faixa de fronteira da amazônia, implantar Organizações Militares (OM), adequar a infraestrutura e promover a revitalização das OM já existentes e, também, das Grandes Unidades e Grandes Comandos enquadrantes.

Fontes: SIOP (Acesso em 05 de janeiro de 2021)

Patrulha ribeirinha
Foto: Acervo CCOMSEx

Patrulha na selva
Foto: Cb Estevam/CCOMSEx

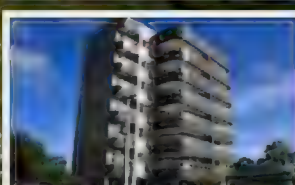
ENTREGAS 2021

CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DE COMANDO DA 17ª BDA INF SL.

INSTALAÇÃO DE KIT RESIDENCIAL DE ENERGIA SOLAR NO PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA DE MATURACÁ.

ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE INSTRUÇÃO E PREPARO DA TROPA EM BARCELOS, 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA.

RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE OPERACIONAL E LOGÍSTICO, EM SANTA ROSA DO PURUS E ESTIRÃO DO EQUADOR.

IMPLANTAÇÃO DE VIA DE TRAFEGABILIDADE NO PELOTÃO DE FRONTEIRA DE ESTIRÃO DO EQUADOR/AM.

RECUPERAÇÃO DA PISTA DE POUSO DO PEF DE AUARIS E SURUCUCU, EM RORAIMA.

CONSTRUÇÃO DE PRÓPRIOS NACIONAIS EM BELÉM, MANAUS, BARCELOS E RIO BRANCO.

MANUTENÇÃO, AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS MEIOS LOGÍSTICOS DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA E COMANDO MILITARDO NORTE.

ADEQUAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DOS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA, EM MATURACÁ-AM.

2.3.3.3 IMPACTOS DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS:

DEFESA:

- fortalecimento da defesa nacional, mediante a ocupação dos vazios estratégicos, com ênfase para a faixa de fronteira na Amazônia;
- promoção da paz social pela presença do Estado junto às populações indígenas e ribeirinhas;
- contribuição para o aprimoramento e desenvolvimento das capacidades operacionais e logísticas da Força na Amazônia;
- aumento da segurança para a população.

ECONÔMICOS:

- geração de empregos e atividades econômicas, contribuindo para o desenvolvimento nacional na região amazônica;
- melhoria da infraestrutura terrestre, aérea e fluvial da Região Amazônica, com impactos positivos na logística da região;
- desenvolvimento de soluções tecnológicas apropriadas para o ambiente amazônico.

Impactos Socioeconômicos dos Programas

SISFRON e AMAZÔNIA PROTEGIDA

SOCIOAMBIENTAIS:

- preservação ambiental e da biodiversidade da Amazônia;
- contribuir para a prontidão da tropa para o combate aos ilícitos ambientais;
- bem-estar da família militar destacada nas regiões remotas;
- valorização da diversidade sociocultural e ecológica.

2.3.4 RESULTADOS DAS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PAZ SOCIAL

2.3.4.1 ATUAÇÃO EM OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO)

As missões de Garantia da Lei e da Ordem, realizadas exclusivamente por ordem expressa da Presidência da República, por motivação ou não dos governadores ou dos presidentes dos demais poderes constitucionais, ocorrem nos casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em graves situações de perturbação da ordem.

Nessas ações, as Forças Armadas agem de forma episódica, em área restrita e por tempo limitado, com o objetivo de preservar a ordem pública, a integridade da população e garantir o funcionamento regular das instituições.

As Operações de GLO são reguladas pela Constituição Federal, em seu Art 142, pela Lei Complementar nº 97, de 1999, e pelo Decreto nº 3.897, de 2001, e concedem provisoriamente aos militares a faculdade de atuar com poder de polícia até o restabelecimento da normalidade.

2.3.4.1.1 OPERAÇÃO VERDE BRASIL 2 / SAMAÚMA

Missão: realizar ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais, focadas na redução do desmatamento ilegal e no combate a focos de incêndio nas áreas de fronteira, nas águas interiores, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas dos estados da Amazônia Legal que requererem, a fim de contribuir com a proteção e a preservação daquela região e com a percepção positiva do País nos cenários nacional e internacional.

Período: a Operação (Op) Verde Brasil 2 teve início em junho de 2020 e foi prorrogada até abril de 2021. Após o encerramento da Op Verde Brasil 2, a Op Samaúma deu continuidade às operações locais até agosto de 2021. No cômputo final, o Ministério da Defesa somou mais de 354 dias de atuação ininterrupta de combate a ilícitos ambientais e a focos de incêndio na Amazônia Legal. Ao longo de quase um ano, a presença permanente da Marinha, do Exército e da Aeronáutica possibilitou a redução no desmatamento, de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

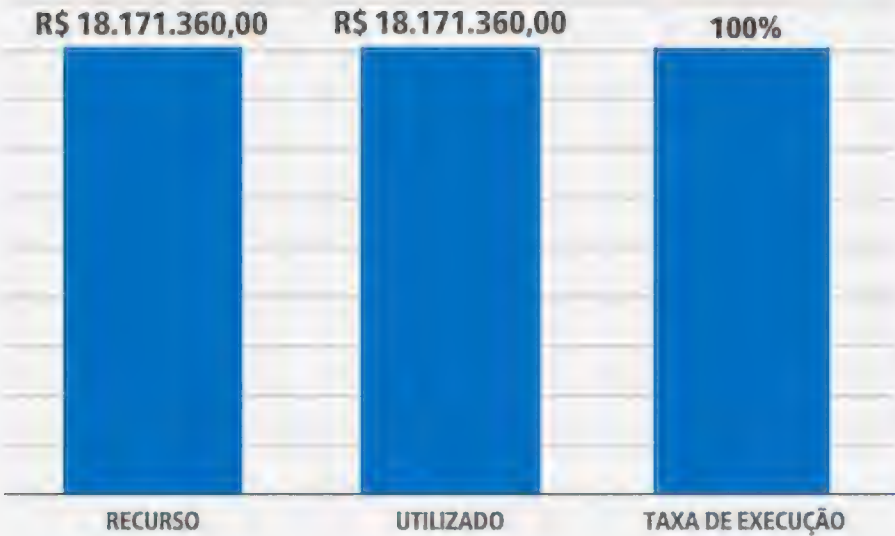
Combate à focos de incêndio no Estado do Pará
Foto: ASCOM/CBM-PA

Efetivo empregado:

COMANDO CONJUNTO (C CJ)	EFETIVO DIÁRIO
Comando Conjunto Amazônia (CCjA), Comando Conjunto Norte (CCjN), Comando Conjunto Oeste (CCjO).	1.197

Meios empregados:

VIATURAS	EMBARCAÇÕES	HELICÓPTEROS
698	120	16
		HORAS DE VOO (HDV) 3.005

Resultados para a Força: o emprego na Operação Verde Brasil 2/Samaúma demonstrou a capacidade da Força Terrestre de atuar proativamente no controle de crimes ambientais e focos de incêndio. A atuação da tropa envolvida proporciona constante adestramento e qualificação das organizações militares envolvidas, contribuindo para o estado de prontidão do Exército Brasileiro naquela região.

Fontes: SIOP (Acesso em 05 de janeiro de 2021)

Resultados tangíveis:

RESULTADOS OBTIDOS		
AÇÕES DESENVOLVIDAS	COMBATE A FOCOS DE INCÊNDIO	APREENSÕES
24.640 ações contra crimes ambientais	16.435 combates aos focos	8,6 milhões de apreensões

Operação Samaúma
Foto: Christiano Antonucci - Secom - MT

Local/Área de abrangência: as atividades se concentraram na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Maranhão. A atuação também foi estendida às áreas estaduais das Unidades da Federação em que foi requerido o apoio do Governo Federal.

Benefícios para a sociedade: as ações foram focadas na redução do desmatamento ilegal e no combate a focos de incêndio nas áreas de fronteira, nas águas interiores, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas dos estados da Amazônia Legal. Tais atividades contribuíram para a proteção e a preservação daquela região e a manutenção da sustentabilidade e da biodiversidade brasileira, corroborando a soberania nacional.

Operação Samaúma
Foto: Christiano Antonucci - Secom - MT

2.3.4.2 ATUAÇÃO EM OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS

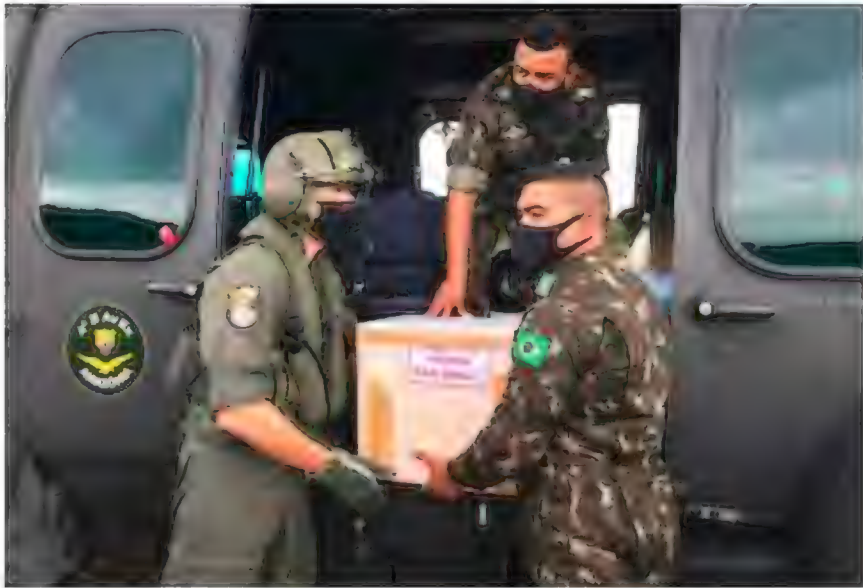
As principais ações realizadas pelo Exército ao longo de 2021 estão resumidas a seguir:

2.3.4.2.1 ENFRENTAMENTO COVID-19

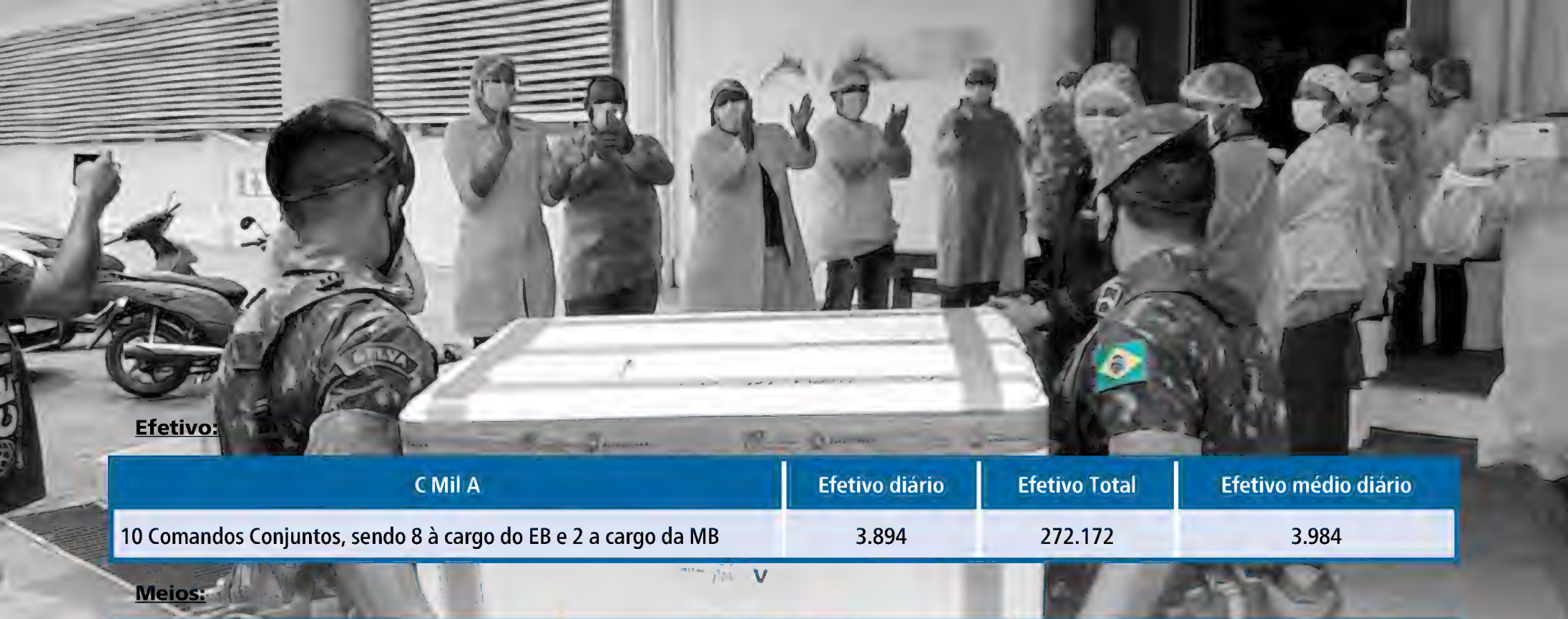
Missão: apoiar as ações dos órgãos de saúde e de segurança pública, com recursos operacionais e logísticos, com a finalidade de mitigar os impactos causados pela pandemia da COVID-19 na população brasileira, destacando-se ações de controle sanitário, campanhas de conscientização, desinfecção e descontaminação, apoio logístico, coleta, distribuição e transporte de alimentos, produção de equipamentos de proteção individual (EPI), ações cívico-sociais nas comunidades indígenas e doações de sangue.

Período: desde março de 2020 até agosto de 2021.

Efetivo e meios: foram criados os seguintes Comandos Conjuntos: Comando Conjunto Norte (CCj NORTE), Comando Conjunto Amazônia (CCj AMAZÔNIA), Comando Conjunto Oeste (CCj OESTE), Comando Conjunto Planalto (CCj PLANALTO), Comando Conjunto Leste (CCj LESTE), Comando Conjunto Sudeste (CCj SUDESTE), Comando Conjunto Sul (CCj SUL), Comando Conjunto Nordeste (CCj NORDESTE), Comando Conjunto Paraíba (CCj PB) e Comando Conjunto Bahia (CCj BAHIA).

Fonte: https://operacaocovid19.defesa.gov.br/comandos-conjuntos

Exército apoia transporte de vacinas para comunidades indígenas no Amazonas
Foto: Sd Ítalo/C Fron Sol/8º BIS

Apoio a vacinação em Itaituba e São Félix do Xingu-PA
Foto: CCjN

Desinfecção da Advocacia-Geral da União de Aracajú-SE
Foto: 28º BC

Efetivo:

C Mil A	Efetivo diário	Efetivo Total	Efetivo médio diário
10 Comandos Conjuntos, sendo 8 à cargo do EB e 2 a cargo da MB	3.894	272.172	3.984

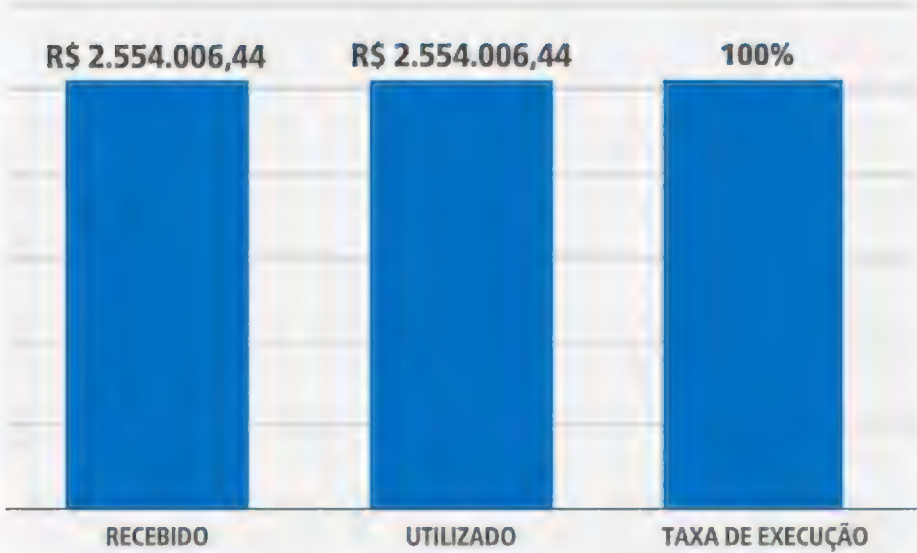
Meios:

VIATURAS	EMBARCAÇÕES	HORAS DE VOO (HDV)
5.792	2.616	343

Resultados para a Força: desenvolver procedimentos para reduzir, ao mínimo possível, a possibilidade de contaminação de militares pelo coronavírus, em atividades de preparo e emprego da F Ter e estabelecer ações para manter o nível de prontidão e de operacionalidade da F Ter.

Resultados tangíveis:

AÇÕES REALIZADAS
60.900

Fontes: SIOP (Acesso em 05 de janeiro de 2021)

Apoio a vacinação em Itaituba e São Félix do Xingu-PA
Foto: CCjN

Local/Área de abrangência: em todo o território nacional.

Benefícios para a sociedade: o emprego da Força Terrestre no apoio aos órgãos de saúde pública contribuiu com celeridade ao processo de imunização da população, auxiliando no combate aos efeitos da pandemia. Novamente, a mão amiga do Exército Brasileiro operou em proveito do bem-estar da sociedade brasileira.

2.3.4.2.2 APOIO DIRETO À VACINAÇÃO

Missão: estabelecer procedimentos logísticos a serem adotados para a execução do apoio da Força Terrestre ao Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19, com a finalidade de mitigar os impactos causados pela pandemia do novo Coronavírus na população brasileira.

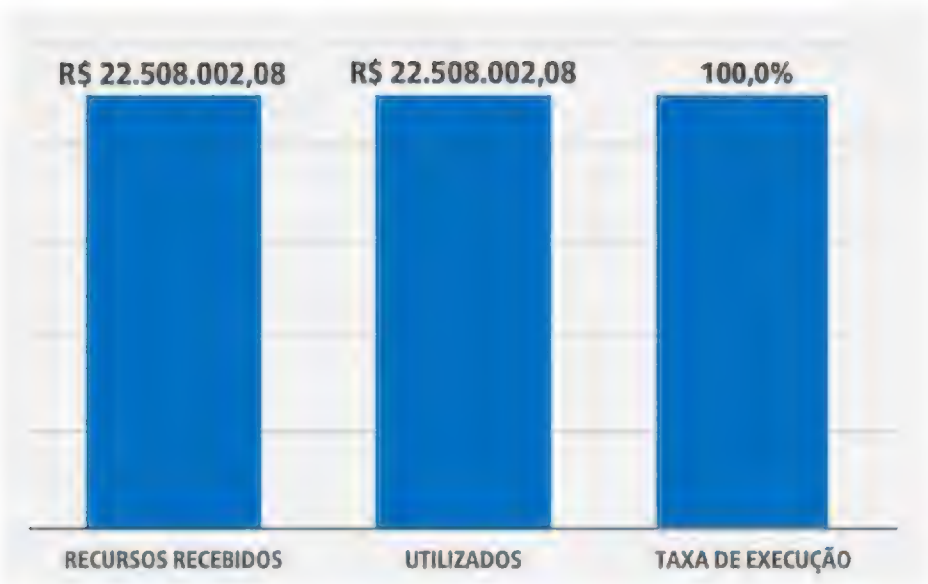
Período: durante o ano de 2021.

Efetivo empregado:

- 10 Comandos Conjuntos, sendo 8 a cargo do EB.
- Efetivo médio de 950 militares/dia.

Meios empregados:

- 744 viaturas.
- 192 embarcações.
- 11 aeronaves.

Resultados para a Força: máxima efetividade no cumprimento da missão, contribuindo com a execução do Programa Nacional de Imunizações (PNI), por ocasião da vacinação contra a COVID-19, favorecendo a imagem das Forças Armadas, em particular do Exército, no âmbito nacional e a percepção positiva do País no cenário internacional.

Local/Área de abrangência: em todo o território nacional.

Benefícios para a sociedade: colaboração efetiva junto ao Ministério da Saúde no esforço nacional de prevenção e contenção do novo coronavírus, mediante estruturação de Comandos Conjuntos entre as três Forças. Tal iniciativa mitigou os impactos causados por esse vírus na população brasileira, contribuindo para o controle sanitário da pandemia no País.

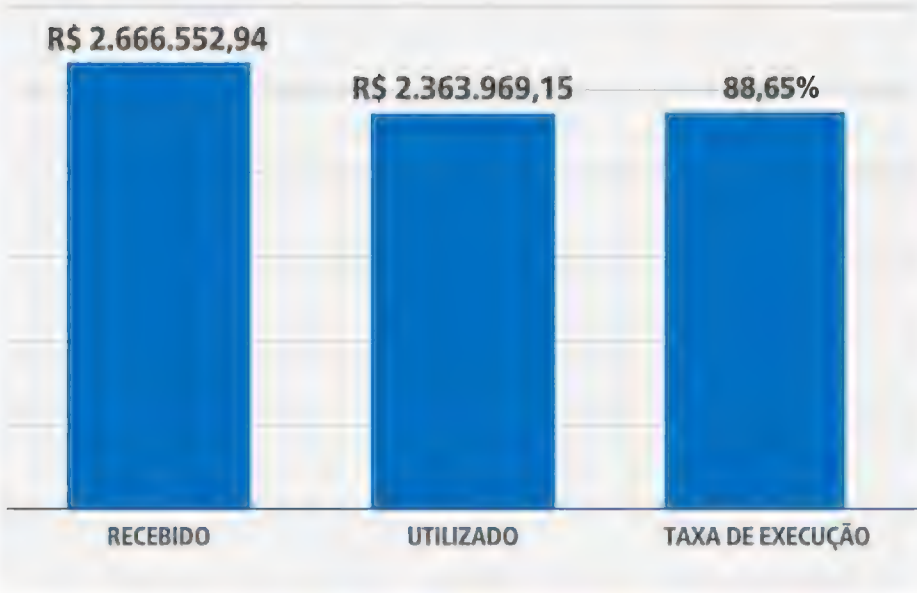
Posto de Vacin[illegible]

2.3.4.2.3 OPERAÇÃO ENEM

Missão: criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim do ensino médio, sendo utilizado, ainda, como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a bolsas no Programa Universidade para Todos (Pro Uni) e para o ingresso no nível superior. O apoio do Exército Brasileiro ao citado exame vem ocorrendo desde o ano de 2009. Diante do alto grau de sigilo e de segurança que demandam esse exame e a sua consolidação no calendário educacional brasileiro, o EB apoia o Ministério da Educação e Cultura (MEC) disponibilizando locais de armazenamento seguro para as provas, para posterior distribuição, por intermédio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para diversas localidades do território nacional.

Meios empregados: armazenamento das provas do ENEM em 27 Organizações Militares.

Resultados para a Força: interação da Força Terrestre com outras instituições governamentais para o efetivo cumprimento da sua missão, além de contribuir com o Governo Federal nas ações voltadas para o acesso da população à educação superior.

RECEBIDO	UTILIZADO	TAXA DE EXECUÇÃO
R$ 2.666.552,94	R$ 2.363.969,15	88,65%

Resultados tangíveis: 340 mil candidatos atendidos.

Benefícios para a sociedade: colaboração da Força Terrestre com as políticas públicas voltadas à seleção de estudantes para o ingresso no nível superior.

... provas do ENEM armazenadas no 23º BC
Foto: 23º BC

Escolta das provas do ENEM armazenadas no 4º BIL
Foto: 4º BIL

Escolta das provas do ENEM armazenadas no 4º BIL
Foto: 4º BIL

2.3.4.2.4 OPERAÇÃO PIPA

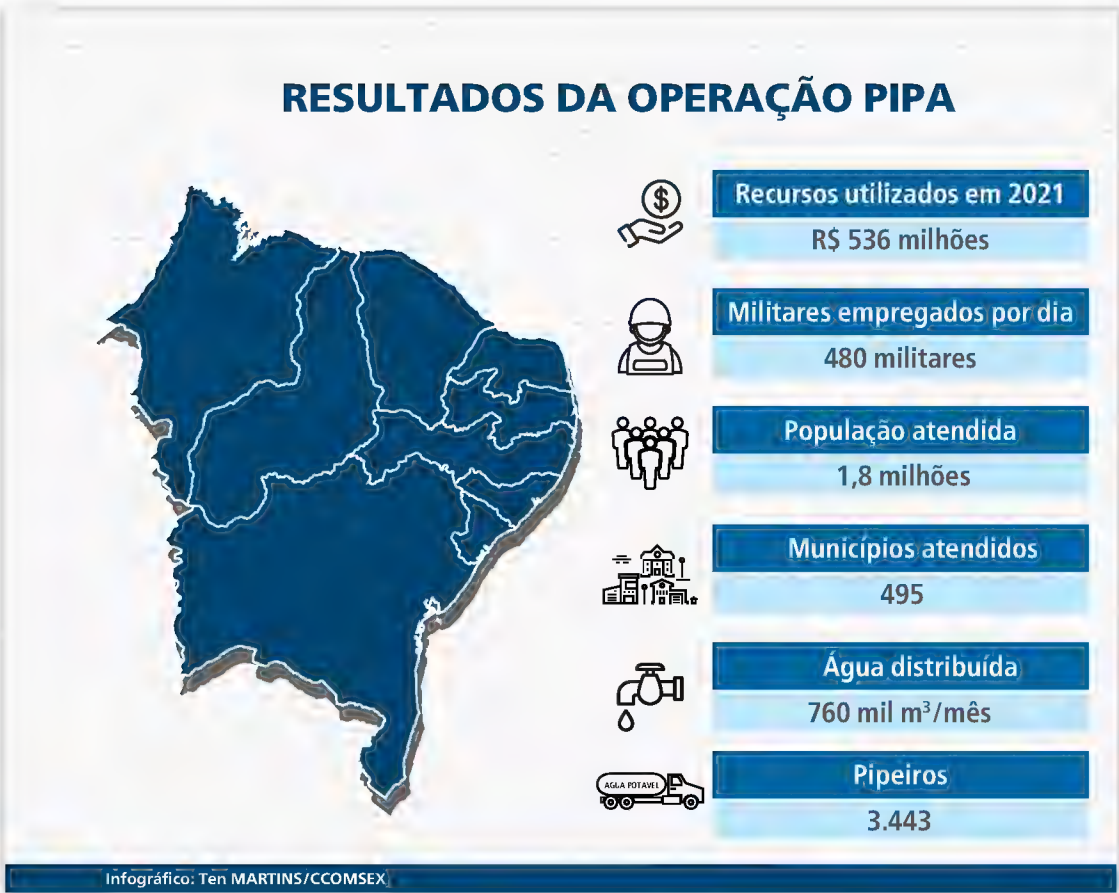
Missão: essa operação consiste em uma cooperação técnica e financeira entre os Ministérios do Desenvolvimento Regional e da Defesa para a realização de ações complementares de apoio às atividades de distribuição emergencial de água potável, prioritariamente às populações rurais atingidas por estiagem e seca na região do semiárido nordestino, região norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A missão do EB é apoiar as atividades de distribuição emergencial de água potável às populações rurais atingidas por estiagem e seca, por meio das seguintes iniciativas:

- abastecimento de água potável à população;
- fiscalização da obtenção de água nos mananciais;
- acompanhamento dos níveis dos mananciais;
- cadastro e controle dos pipeiros; e
- descentralização de recursos orçamentários e financeiros para os pagamentos dos pipeiros.

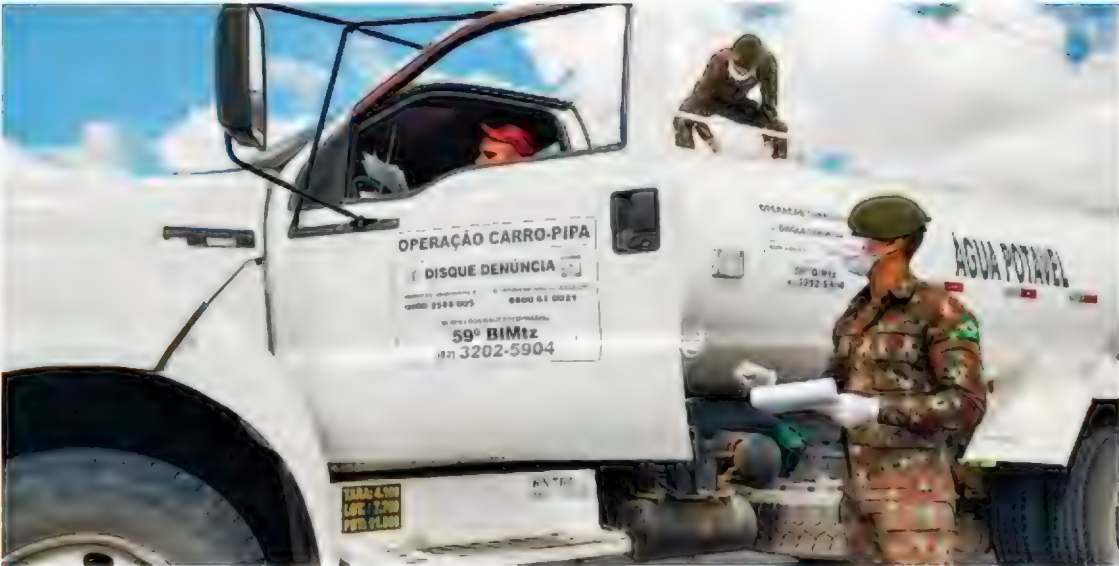
Período: ao longo do ano 2021

Efetivo e meios empregados:

- 1 C Mil A envolvido;
- 32 Organizações Militares; e
- 480 militares envolvidos.

Ponto de Abastecimento em Dormentes - PE
Foto: 7ª RM

Resultados para a Força: aumento da credibilidade junto à sociedade brasileira e ao Ministério da Defesa e Ministério do Desenvolvimento Região (MDR).

Benefícios para a sociedade:

- atender parte da população que, em muitos casos, tem o programa como a única fonte de água para o consumo;
- fixar as famílias na região, evitando o êxodo e inchaço das grandes cidades e problemas sociais subsequentes;
- melhorar as condições sanitárias e de saúde da população afetada pela seca; e
- contribuir para o desenvolvimento regional e cidadania.

Fiscalização da distribuição de água e dos carros-pipas
Foto: Cb Elzir/59º BIMtz

2.3.4.2.5 OPERAÇÃO JUCURUÇU

Missão: o Exército Brasileiro (EB) realizou a Operação Jucuruçu em apoio à população dos municípios do sul da Bahia afetada pelas intensas chuvas. A operação teve como objetivo diminuir os efeitos das enchentes por meio do apoio direto à população, com distribuição de itens de subsistência, e também em ações interagências, em conjunto com os órgãos de Defesa Civil, cooperando com o restabelecimento da normalidade social no sul da Bahia.

Período: dezembro de 2021.

Meios empregados: foram empregados cerca de 400 militares do Comando Militar do Nordeste e utilizados 2 aeronaves (HM-4 Jaguar e HM-1 Pantera), 30 viaturas, 5 embarcações, 1 veículo do tipo escavadeira e 1 carregadeira.

Local/Área de abrangência: municípios do sul da Bahia afetados pelas intensas chuvas.

Recursos utilizados:

Custo direto - R$ 508 mil

Custo das horas de vôo - R$ 2,1 milhões

Resultados tangíveis: foram 29 municípios beneficiados.

Resultados para a Força: desenvolvimento do estado de prontidão frente às demandas de calamidades e de aumento da interação com órgãos de Defesa Civil, fortalecendo o trabalho interagência.

Resultados para a sociedade:

A operação pode colaborar com a atenuação dos efeitos do desastre civil por meio de:

- auxílio na preservação da vida humana e no bem-estar da população atingida;
- cooperação para o restabelecimento da normalidade social;
- mitigação do sofrimento das populações atingidas por desastres em locais de difícil acesso.

Transporte de kits de medicamento
Foto: Acervo CCOMSEx

Insumos enviados para a Bahia
Foto: MD

2.3.4.3 PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES/ PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA

2.3.4.3.1 PROJETO SOLDADO CIDADÃO

O Projeto Soldado Cidadão (PSC) é uma ação desenvolvida pelo Ministério da Defesa, que abrange todo o território nacional. Tem por objetivo oferecer aos jovens incorporados às fileiras das Forças Armadas cursos profissionalizantes em diversas áreas, para formação cívica e ingresso no mercado de trabalho. Os cursos oferecidos abrangem áreas como telecomunicações, eletricidade, automobilística, comércio e varejo, alimentação, construção civil, informática, conservação e zeladoria.

O PSC apoia, também, as atividades dos centros de formação de condutores existentes em 267 Organizações Militares. Os cursos são presenciais e semipresenciais, ministrados por instituições de reconhecida competência nacional e regional. Além da capacitação profissional, são ministrados módulos de cidadania, empreendedorismo e sustentabilidade.

Este programa proporciona aos militares temporários melhores condições de reingresso no mercado de trabalho ao término do serviço Militar.

RECURSOS ANUAIS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DO PROJETO SOLDADO CIDADÃO

Curso de manutenção de motores a diesel
Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

EFETIVOS DE MILITARES PROFISSIONALIZADOS

Curso de mecânica de automóveis
Foto: Antonio Oliveira/MD

2.3.4.3.2 PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE E PROJETO JOÃO DO PULO

Criado em 2003, o Programa Forças no Esporte (PROFESP) é uma vertente do Programa Segundo Tempo do Governo Federal, desenvolvido como uma parceria entre a Secretaria Especial do Esporte e o MD. Destina-se a crianças e adolescentes (de ambos os sexos, com ou sem deficiência, entre 6 e 18 anos de idade) em situação de vulnerabilidade social, provendo prática de atividades esportivas, com a finalidade de reduzir riscos sociais e fortalecer a cidadania, a inclusão e a integração social dos beneficiados.

O Projeto João do Pulo, pertencente ao Programa Forças no Esporte/ Segundo Tempo, é destinado ao atendimento de pessoas com deficiência, em situação de vulnerabilidade social, com prioridade para as crianças, os adolescentes e os jovens, a partir dos seis anos de idade.

O Exército colabora com o programa e com o projeto por meio de disponibilização das instalações, equipamentos esportivos e paradesportivos, infraestrutura e logística das Organizações Militares do EB.

Os recursos destinados ao PROFESP e ao PJP foram distribuídos pelas Organizações Militares participantes dos programas.

PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE/ PROJETO JOÃO DO PULO

CRIANÇAS E JOVENS ATENDIDOS	OM PARTICIPANTES	INVESTIMENTO (R$)
12.651	124	2,2 milhões

Distribuição de cestas básicas aos familiares dos alunos do PROFESP/PJP
Foto: 4º GAC L Mth

Distribuição de cestas básicas aos familiares dos alunos do PROFESP/PJP
Foto: 28º BC

Reunião com os responsáveis pelos alunos do PROFESP/PJP
Foto: CMO

2.3.4.4 OBRAS DE COOPERAÇÃO

O Sistema de Obras de Cooperação tem por finalidade cooperar para o desenvolvimento nacional e para o adestramento dos militares de engenharia do Exército Brasileiro, por intermédio de obras e serviços de engenharia, cooperando com órgãos públicos nas esferas federal, estadual e municipal. Os serviços são realizados com elevada qualidade técnica para entregar um excelente produto para a sociedade brasileira.

O Exército Brasileiro continuou fortalecendo a sua "Mão Amiga", por intermédio de diversas obras de infraestrutura que beneficiam as condições socioeconômicas do Brasil, com a conclusão da pavimentação de estradas de rodagem, início da construção de ferrovias e a pavimentação de ruas em diversas cidades brasileiras.

Em 2021 foram concluídas 12 instrumentos de parcerias, conforme mapa a seguir

8º BEC
- Pavimentação do 53º BIS e Vila Mlitar
- Implantação da BR-163/PA - Lote 1.4

21ª CIA E Cnst
- Conservação da estrada de Camanaus/AM

2º BEC
- Melhoramento e pavimentação da MA-034
- Manutenção da BR-222/PI

DEC/DOC
- Aquisição de Eqp/Vtr para obras da BR-432/2018
- Aquisição de Eqp/Vtr e materiais para acampamentos em suporte ao TED-42/2018

5º BEC
- Manutenção da BR-364/RO

9º BEC
- Requalificação das vias urbanas de Campo Grande/MS
- Construção da pista de taxiamento do 3º BAVEx

1º BFv
- Implantação e pavimentação da SC-114
- Revitalização da estrada de acesso ao Destacamento de Controle do Espaço Aéreo do Morro da Igreja

RR AP AM PA MA CE RN PB PE PI AC RO TO AL BA SE MT GO DF MG ES MS SP RJ PR SC RS

Fonte: DEC

Obras na BR 364 setor urbano Jaru-RO/5º BEC
Foto: Jaruonline.com.br

PRINCIPAIS OBRAS

AÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	ORIGEM DO ORÇAMENTO (EB E OUTROS)	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	PERCENTUAL (%)
Conservação da Rodovia SC 114	São Joaquim/SC	Gov SC	8.462.532,09	7.800.000,00	92,17
Revitalização da Estrada de Acesso ao Destacamento de Controle de Espaço Aéreo de Morro da Igreja	Urubici/SC	Comando da Aeronáutica	35.478.176,39	33.475.567,04	94,35
Manutenção das vias Urbanas de Campo Grande - MS	Campo Grande/MS	PMCG	7.561.607,90	7.499.375,94	99,17
Melhoramento e Pavimentação da Rodovia Estadual MA-034	Passagem Franca-MA / São João dos Patos-MA	Gov MA	56.781.242,98	56.624.309,67	99,72
Construção de bueiros e restauração da Estrada de Camanaus em São Gabriel da Cachoeira/AM	São Gabriel da Cachoeira/AM	Gov AM	1.359.231,38	1.082.112,71	79,61
Construção da pista de taxiamento do 3º B Av Ex	Campo Grande/MS	EB	4.621.775,95	4.156.232,44	89,92
Pavimentação do 53º BIS e Vila Militar	Itaituba/PA	EB	1.918.239,62	1.829.302,72	95,36
Manutenção da Br -364/RO	Porto Velho/RO	DNIT	9.321.472,27	3.798.202,32	40,74
Implantação da BR-163/PA - Lote 1.4	Itaituba/PA, Novo Progresso/PA e Igarapé/PA	DNIT	164.238.039,84	146.821.972,39	89,39
Manutenção da BR-222/PI	Piripiri/PI, Batalha/PI, Esperantina/PI e São João do Arraial/PI	DNIT	28.152.837,22	21.254.714,09	75,49
Aquisição de equipamentos e viaturas para a modernização da frota da obra da BR-432/RR	DNIT	DNIT	5.000.000,00	4.999.800,00	99,99
Aquisição de equipamentos, viaturas e materiais para acampamentos	DNIT	DNIT	9.000.000,00	8.999.882,27	99,99
TOTAL			331.895.155,64	298.341.471,59	89,89

Fonte: Departamento de Engenharia e Construção, 2021.

2.4. DEFESA CIBERNÉTICA

2.4.1 INTRODUÇÃO

O tema Defesa Cibernética integrou-se à agenda do Ministério da Defesa a partir de dezembro de 2008, quando a Estratégia Nacional de Defesa definiu o setor cibernético como sendo um dos três setores estratégicos para a Defesa Nacional, estando no mesmo nível de importância dos setores nuclear e espacial. Em 2009, o MD, por meio da Diretriz Ministerial nº 0014, de 9 de novembro de 2009, atribuiu ao Exército Brasileiro a responsabilidade pela coordenação do setor cibernético.

O Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber) é um Comando Operacional Conjunto, integrante da estrutura regimental do Exército e subordinado ao Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT). A partir da sua ativação, em 15 de abril de 2016, os encargos de coordenação e integração das atividades de defesa cibernética, no âmbito do MD, passaram a ser executados pelo novo Comando.

Cabe realçar que o Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional (PDCDN), do MD, conduzido pelo EB por intermédio do ComDCiber e o Programa Estratégico do Exército Defesa Cibernética (PEEDCiber) são iniciativas fundamentais para o desenvolvimento das capacidades cibernéticas do País.

2.4.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

No âmbito do EB, a Defesa Cibernética está vinculada, segundo o Plano Estratégico do Exército (PEEx), ao Objetivo Estratégico do Exército 04 – atuar no espaço cibernético com liberdade de ação. Caracteriza-se pelo conjunto de ações defensivas e ofensivas, no contexto de um planejamento operacional militar, podendo agir, também, colaborativamente, para retomar o controle e a atuação de setores vitais do Estado brasileiro, no caso de perda da qualidade ou mesmo interrupção de um serviço, decorrente de um ataque cibernético, em particular no que se refere às infraestruturas críticas estratégicas nacionais.

Esses níveis de atuação são traduzidos em dois programas do OEE 04, quais sejam:

- PDCDN, com recursos oriundos do MD na Ação Orçamentária 147F, pelo Planos Orçamentários 0000 e 0002; e

- PEEDCiber, com recursos oriundos do EB na Ação Orçamentária 147F, pelo Plano Orçamentário 0001.

O indicador de desempenho do OEE 04, que é materializado por intermédio do indicador de atuação no espaço cibernético com liberdade de ação (IR 04), obteve o resultado de 65,46%.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OEE 04

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-04	[(Índice de implantação do Sistema Militar de Defesa Cibernética x 30) + (Índice de implantação da estrutura de Defesa e Guerra Cibernética x 70)]/100	65,46%	Desempenho de 100% anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Fotomontagem: 2º Ten Martins/CCOMSEx

2.4.3 PROGRAMA DA DEFESA CIBERNÉTICA NA DEFESA NACIONAL (PDCDN)

O PDCDN tem como objetivo dotar o MD e as Forças Armadas (FA) da estrutura de defesa necessária para desenvolver eficazmente todo o espectro das ações cibernéticas, possibilitando atuar com liberdade de ação no espaço cibernético de interesse da Defesa Nacional e negando essa possibilidade aos oponentes.

O PDCDN é composto pelos seguintes projetos e ações complementares:

- Projeto Sistema Militar de Defesa Cibernética;
- Projeto Escola Nacional de Defesa Cibernética;
- Projeto Centro de Operações de Defesa Cibernética;
- Projeto Capacidades Cibernéticas;
- Projeto Sistema de Busca Avançada de Ameaças Cibernéticas do Subprograma Independência Tecnológica;
- Ação Complementar Capacitações Comuns;
- Ação Complementar Infraestrutura;
- Ação Complementar Aquisições Comuns;
- Ação Complementar Atividades de Interesse do Setor Cibernético;
- Ação Complementar Apoio às Forças Singulares; e
- Ação Complementar Experimentações Doutrinárias.

ENTREGAS 2021

- **246 cursos contratados, necessários ao Setor Cibernético de Defesa, pela Escola Nacional de Defesa Cibernética (ENaDCiber), num total de 2.044 vagas disponibilizadas**
- **Desenvolvimento da atividade de certificação digital para a Defesa Nacional, contabilizando um total de 4.092 certificações**
- **Exercício Guardião Cibernético 3.0, que consiste em um treinamento de proteção cibernética com técnicas de simulação virtual**
- **Adaptação e ocupação de instalações provisórias no Forte Marechal Rondon (FMR)**
- **Contratação de empresa de assessoria para apoiar o processo complexo de aquisição do sistema integrado necessário à operação do Centro de Operação de Defesa Cibernética – 1ª fase (COpDCiber – 1º fase)**
- **Contratação de serviços referentes a obras na área destinada à Vila Militar Sustentável Marechal Rondon e ao FMR para atender às Organizações Militares de Defesa Cibernética sediadas no Forte**
- **Atendimento às atividades de estruturação da capacidade cibernética das Forças Singulares, no contexto do Sistema Militar de Defesa Cibernética (SMDC)**
- **Assinatura de Termo de Execução Descentralizada (TED), com o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) para a modelagem e levantamento de requisitos para o SMDC**
- **Aquisição de materiais e contratação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) necessários ao ComDCiber e ao Setor Cibernético de Defesa**
- **Atividades de apoio ao desenvolvimento dos Sistemas de Gestão do Conhecimento e de Talentos para o Setor Cibernético**
- **Atividades de apoio à atualização dos marcos legais, doutrinários e normativos necessários ao Setor Cibernético de Defesa**

2.4.4 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO DEFESA CIBERNÉTICA (PEEDCiber)

O Programa Estratégico do Exército de Defesa Cibernética é um programa plurianual, inserido no planejamento estratégico da Força Terrestre, um dos indutores do Processo de Transformação que vem sendo conduzido pelo Estado-Maior do Exército, com o objetivo de inserir o Exército no seleto grupo de nações com capacidade de atuar no Espaço Cibernético com liberdade de ação, operando em rede em ambiente adverso, condição essencial para o combate moderno. Em paralelo, busca-se induzir a capacidade tecnológica nacional, criando um círculo virtuoso para garantir a sustentabilidade das soluções implementadas.

Nos dias atuais, os ataques cibernéticos constituem ameaças significativas à segurança não apenas do Estado, mas da sociedade como um todo. A cada dia observa-se com maior nitidez o impacto que atores estatais e não estatais podem infringir à soberania de um País e ao acesso de seus cidadãos aos serviços essenciais. A visão prospectiva do Exército, analisando isso em 2012, implementou o Programa, que vem criando novas estruturas, modificando outras e capacitando o Exército neste ambiente operacional da guerra do presente.

Ao longo dos anos, o Programa vem sendo aperfeiçoado, com o objetivo de mantê-lo alinhado com as evoluções constantes com que o Setor Cibernético se depara. Alguns dos projetos já foram encerrados, entregando capacidades inovadoras, e outros estão sendo planejados para permitir dar continuidade a esta desafiadora missão. Em 2021, os projetos em execução foram:

- Projeto Organização do Centro de Defesa Cibernética;
- Projeto Força Cibernética;
- Projeto Escudo Cibernético;
- Projeto Apoio Tecnológico;
- Projeto Pesquisa Cibernética.

Nesse sentido, o Centro de Defesa Cibernética vem sendo modernizado e contemplado com novas ferramentas. No bojo do Projeto Força Cibernética, estão sendo criadas novas estruturas de capacitação e

emprego operacional, tornando mais seguras as redes táticas. O Projeto Escudo Cibernético está reestruturando as redes estratégicas da Força. Os Projetos Apoio Tecnológico e Pesquisa Cibernética seguem na indução da capacidade nacional de geração de ferramentas cibernéticas, com vistas à obtenção de independência tecnológica nesse setor estratégico, onde o conhecimento muitas vezes é negado.

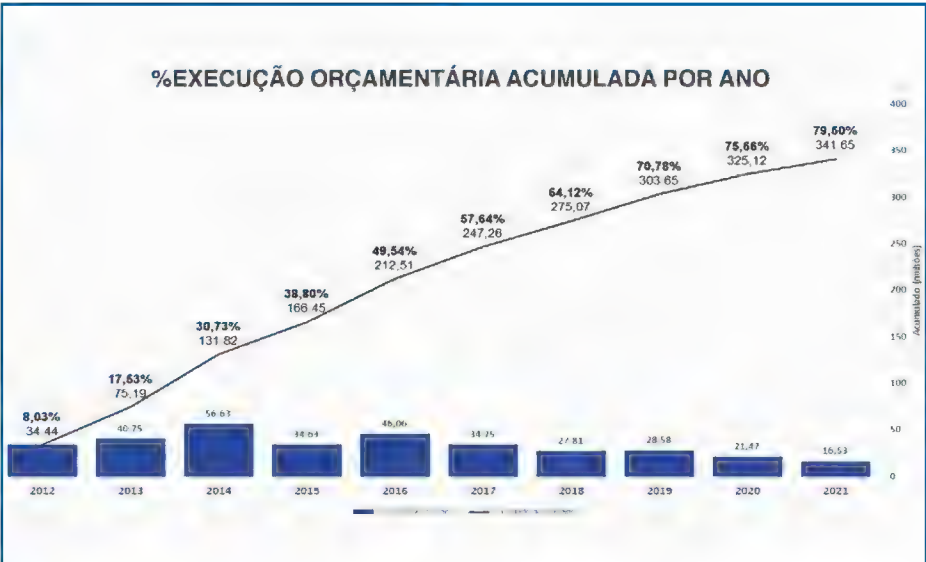
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Fonte: Tesouro Gerencial.

Laboratório de proteção cibernética da Escola de Comunicações - EsCom
Foto: EsCom

ENTREGAS EM 2021

- Desenvolvimento do módulo tático de ações cibernéticas
- Implantação do Laboratório de proteção cibernética da Escola de Comunicações (EsCom)
- Criação do Curso de proteção cibernética e do estágio de proteção cibernética da EsCom
- Implantação do laboratório de proteção cibernética da AMAN
- Implantação do laboratório de segurança cibernética do Instituto Militar de Engenharia (IME)
- Modernização do sistema de hospedagem e armazenamento de registros de acesso da EBNet
- Proteção de 2º nível da EBNet
- Instalações de redes metropolitanas nas sedes com maior densidade de Organizações Militares, para assegurar a proteção dos dados e informações da Força
- Desenvolvimento do módulo tático de proteção cibernética
- Renovação da infraestrutura do Simulador de Operações de Guerra Cibernética (SIMOC)
- Robustecimento de algoritmo criptográfico corporativo
- Aquisição de ferramentas cibernéticas para o Centro de Defesa Cibernética (CDCiber)
- Atualização do cluster e da cloud do supercomputador

PERCENTUAL DE EXECUÇÃO

Em 2021, a execução física do Projeto alcançou o total de 79,50% do total previsto, entregando em produtos e serviços mais de 341 milhões de reais.

Fotomontagem: Ten MARTINS/CCOMSEx

2.5 PREPARO DA FORÇA TERRESTRE

2.5.1 INTRODUÇÃO

O preparo compreende as atividades permanentes de planejamento, organização e articulação, instrução e adestramento, desenvolvimento de doutrina e pesquisas específicas, inteligência e estruturação das Forças Armadas, de sua logística e mobilização, conforme trecho extraído da Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004.

O Exército delimita o preparo da Força Terrestre como fator condicionante para o seu emprego. A Doutrina Militar Terrestre, por sua vez, estabelecerá o arcabouço conceitual que aproximará as atividades do preparo das necessidades do emprego.

Isto posto, as atividades de preparo e de emprego são, sob a ótica dos resultados esperados, indissociáveis, considerando a estreita ligação entre as missões a serem cumpridas pela Força Terrestre e a preparação necessária para a sua efetivação.

2.5.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

O Planejamento Estratégico Setorial de Defesa (2020-2031), em sua perspectiva "sociedade", delimita o aprimoramento do preparo das Forças Armadas para o cumprimento de sua destinação constitucional.

O Exército Brasileiro estabelece as prioridades para o preparo e emprego da Força Terrestre nos Objetivos Estratégicos 05 e 06 (OEE 05 e OEE 06) do Plano Estratégico do Exército, "Modernizar o Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT) – Preparo e Emprego da Força Terrestre" e "Manter Atualizado o Sistema de Doutrina Militar Terrestre", respectivamente.

Esses objetivos estratégicos atuam como indutores do processo de transformação do Exército Brasileiro, inserindo o EB no contexto do desenvolvimento nacional em alinhamento com a Política Nacional de Defesa e com a Estratégia Nacional de Defesa.

Diretamente relacionado ao Objetivo Estratégico 05, o Sistema Operacional Militar Terrestre é composto, principalmente, pelo Sistema de Preparo da Força Terrestre (SISPREPARO) e pelo Sistema de Emprego (SISEMP).

Nesse contexto, o indicador estratégico proposto para avaliar o Objetivo Estratégico do Exército 05 (OEE 05) é o Indicador de Resultado 05, que mede o percentual de pessoal das Forças de Emprego Estratégico adestrado no Sistema de Prontidão e a porcentagem de implantação do Sistema GPrep FTer.

No âmbito do objetivo estratégico de modernização do SISOMT, observa-se a relevância do indicador estratégico, conforme o quadro a seguir:

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 05

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-05	(% de pessoal das Forças de Emprego Estratégico adestrado no Sistema de Prontidão + % de implantação do Sistema GPrep FTer) / 2	90%	Desempenho de 80% anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército.

O Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) deve acompanhar a evolução da arte da guerra, tendo por objetivo a atualização do pensamento militar e o incremento da pesquisa. Em razão disso o SIDOMT integra o Mapa Estratégico do Exército, concatenado ao Objetivo Estratégico do Exército 06 (OEE 6).

A Doutrina Militar Terrestre (DMT), por sua vez, mantém-se em constante evolução e aperfeiçoamento, atualizando seus conceitos doutrinários através da prospecção doutrinária e da dinâmica da atualização e difusão do conhecimento. Proporciona, assim, suporte às atividades do EB, principalmente as operacionais, de modo a permitir o êxito nas atividades do preparo e do emprego da Força Terrestre, utilizando os Sistemas de Material de Emprego Militar (SMEM) tecnologicamente atualizados em uso no EB.

O indicador estratégico proposto para avaliar o OEE 06 mede a soma da percentagem de experimentações doutrinárias realizadas com sucesso e do percentual de revisão e atualização das publicações da Força Terrestre. Dessa forma, o Índice de Atualização do Sistema de Doutrina Militar Terrestre (IR 06) é um indicador que visa mensurar o aumento da produtividade no aperfeiçoamento da doutrina singular e a contribuição com o aperfeiçoamento da doutrina conjunta, respectivamente, conforme a seguir:

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 06

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-06	[(Índice de atualização da Doutrina Militar Terrestre (DMT) + Índice de transformação da DMT)] / 2	88,94%	Desempenho de 100% anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Embarque de paraquesdistas
Fonte: Cb Daniel/20º BLog Pqdt

2.5.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

2.5.3.1 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE – PEE SISOMT

O Programa Estratégico do Exército de Modernização do Sistema Operacional Terrestre (Prg EE SISOMT) é composto pelos projetos Sistema de Preparo (SISPREPARO), Sistema de Emprego (SISEMP), Sistema de Informações Operacionais Terrestres (SINFOTER) e pela ação complementar Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre (SISPRON).

O programa estratégico SISOMT foi criado no intento de ampliar, progressiva e seletivamente, as capacidades das organizações militares do Exército, de forma a aprimorar o permanente estado de pronto emprego, em sistema de rodízio, para o efetivo cumprimento das missões constitucionais.

Dessa forma, o Prg EE SISOMT é norteado no PEEx 2020-2023 pelo OEE 05 Modernizar o Sistema Operacional Militar Terrestre - nas seguintes ações estratégicas:

5.1.3 - Implantar o Sistema de Prontidão Operacional de Forças;

5.2.1 - Preparar a Força Terrestre para atuar em operações singulares, conjuntas e multinacionais;

5.2.2 - Aperfeiçoar a sistemática de instrução com ênfase no efetivo profissional;

5.2.3 - Aperfeiçoar a sistemática de instrução com ênfase no efetivo variável; e

5.3.1 - Modernizar a Sistemática de Emprego da Força Terrestre.

No âmbito do programa, destacam-se algumas atividades que resultaram nas principais entregas realizadas em 2021, conforme o quadro a seguir:

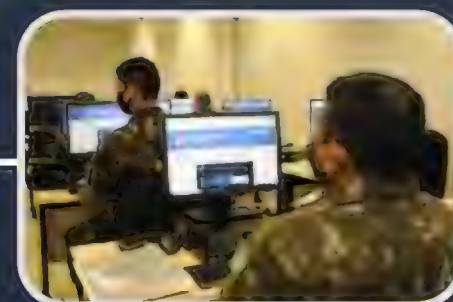
Programa Estratégico do Exército – Modernização do Sistema Operacional Militar Terrestre (Prg EE SISOMT)

ENTREGAS 2021

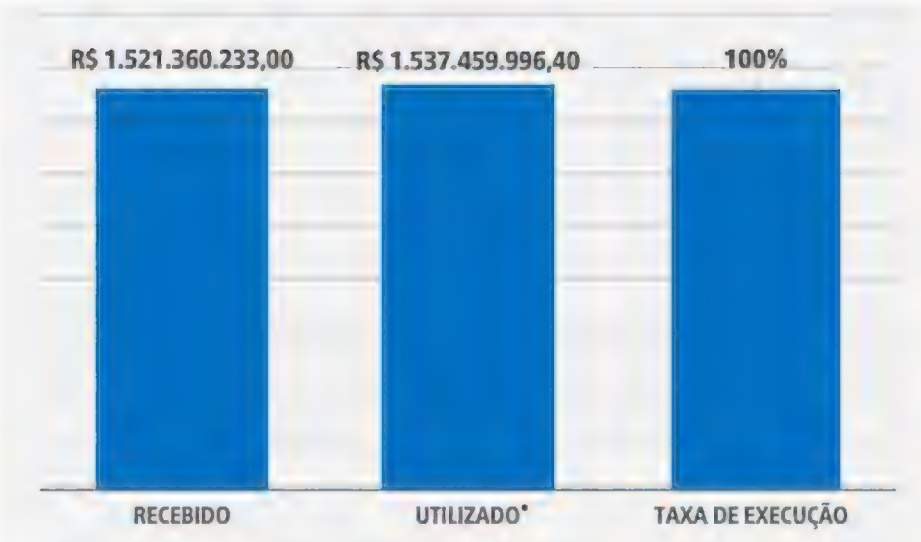
Capacitação e Certificação de 8 Brigadas e 50% dos Módulos Especializados.

Certificação de tropas da 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Certificação de tropa da Companhia de Engenharia pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Conclusão do software SIMAD-INTEGRADOR.

Realização de 5 exercícios de adestramento da força de Apoio à Defesa Civil nos Comandos Militares de Área: CMN, CMP, CMNE, CMO e CMS.

Fonte: COTER (2021)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PGR EE SISOMT

Fonte: COTER, 2021.

(*) – As Ações de Governo, cujos valores empenhados estão acima das dotações atualizadas recebidas, se devem às variações cambiais dos materiais/serviços contratados no exterior por intermédio da Comissão do Exército Brasileiro em Washington/DC, conforme contratação de câmbio junto ao Banco Central (BC).

2.5.3.2 O SISTEMA DE PRONTIDÃO OPERACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

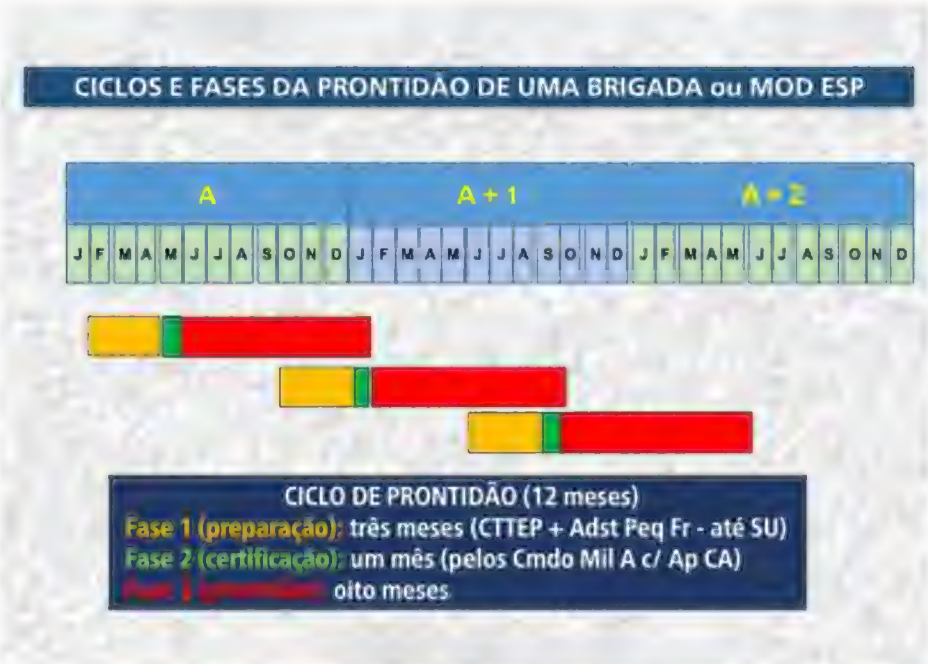
O Sistema de Prontidão do Exército Brasileiro (SISPRON), criado pelo Exército para aprimorar a capacidade de mobilização e operação da Força Terrestre, adota novas tecnologias referente à simulação de combate, com uso intenso de programas computacionais e dispositivos de realidade virtual.

O SISPRON se propõe a implantar uma metodologia de preparação de grandes efetivos, mediante rodízio, com o objetivo de manter ininterruptamente tropas habilitadas ao cumprimento das missões finalísticas da Força Terrestre, com destaque para a defesa externa e a salvaguarda de interesses brasileiros no exterior.

Cabe ressaltar que o SISPRON é composto pelas denominadas Forças de Prontidão (FORPRON) – Comandos de Divisão de Exército e Brigadas selecionadas – as quais se somam os Módulos Especializados, ou seja, tropas com características diferenciadas (Operações Especiais, Guerra Eletrônica, Defesa Cibernética, Operações Psicológicas, Lançadores Múltiplos de Foguetes, etc).

CICLO DE PRONTIDÃO (12 MESES)
Fase 1 (preparação): 3 meses (CTTEP + AdstPeqFr – até SU)
Fase 2 (certificação): 1 mês (pelos Cmdo Mil A c/ Ap CA)

Fonte: COTER, 2021.

Ciclos e fases da sistemática de colocação de tropas em prontidão operacional

Apronto Operacional para a ONU
Foto: 5ª DE

2.5.3.3 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO SENTINELA DA PÁTRIA

O Programa Estratégico do Exército (Prg EE) Sentinela da Pátria é um programa estruturante do Exército Brasileiro que trabalha de forma sistêmica com os demais programas do Portfólio Estratégico do Exército, buscando contribuir com a geração de capacidades militares nos Grandes Comandos, nas Grandes Unidades e nas organizações militares abrangidas no escopo do programa, em relação à implantação, à transformação e ao reposicionamento, por transferência de sede, de organizações militares, seja por acréscimo de frações (aumento de efetivo), seja por mudança de natureza (com alteração sensível no quadro de dotação de viaturas e dos equipamentos empregados).

ENTREGAS 2021

- Adequação da infraestrutura da 6ª Bateria de Artilharia Antiaérea Autopropulsada (6ª Bia AAAe AP), em Santa Maria-RS, com a construção do Pavilhão de Simuladores Gepard
- Adequação das infraestruturas do 5º Regimento de Carros de Combate, em Rio Negro - PR, com a construção da pista de teste de blindados e do posto de lavagem e lubrificação
- Adequação da infraestrutura do 6º Batalhão de Polícia do Exército (6º BPE), em Salvador - BA, com a reestruturação da rede elétrica de baixa e média tensão, com a finalidade de atender às novas infraestruturas entregues

Fonte: Estado-Maior do Exército (EPEx), 2021.

Para mais informações acesse o link:http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sentinela-da-patria.

Estágio de Caçador
Foto: Cb Francileine/Cia C CML

Sentinela da guarda do CCOMGEx
Foto: Cap R1 Marcos Oliose

Fonte: Estado-Maior do Exército.

2.5.3.4 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO PROTEÇÃO DA SOCIEDADE (PROTEGER)

O Programa Estratégico do Exército PROTEGER está vinculado ao Objetivo Estratégico 05 - Modernizar o Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT) – Preparo e Emprego da Força Terrestre (F Ter).

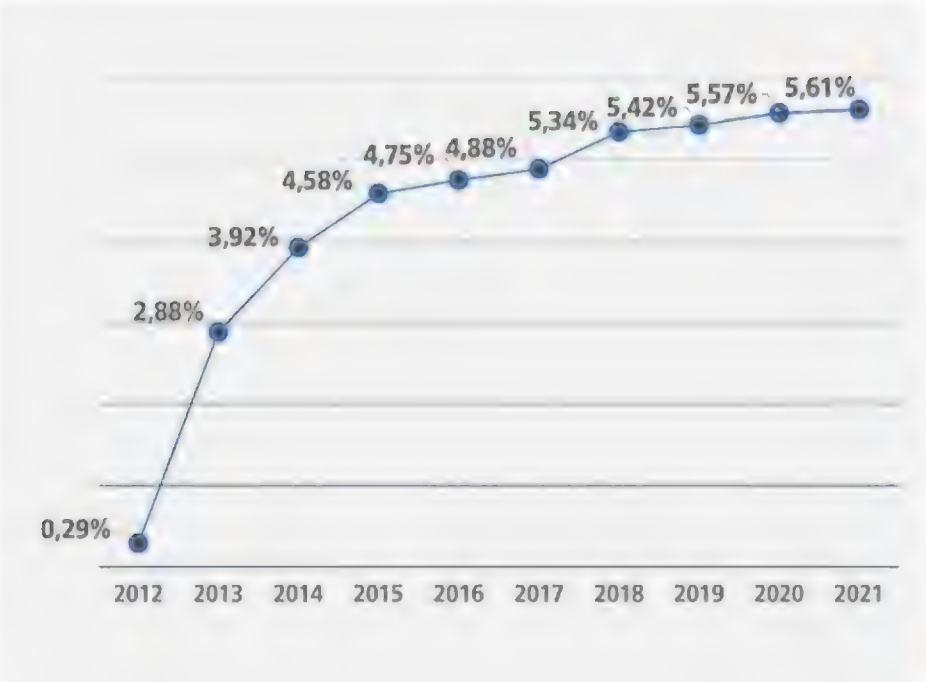
O Programa foi criado com o objetivo de oferecer ao Exército Brasileiro capacidades para a ampliação da proteção à sociedade brasileira, em complemento aos sistemas de Segurança Orgânica e de Segurança Pública, decorrente do emprego da F Ter.

No âmbito do programa, consta o desenvolvimento do Sistema de Integração, Monitoramento e Apoio à Decisão (software integrador), sistema baseado em Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), que tem em seu escopo promover a integração e prover a interface de troca de informações e dados georreferenciados entre os programas corporativos do Exército Brasileiro.

Ressalta-se a capacidade operativa deste sistema em abarcar a análise de dados e indicar linhas de ação possíveis para a solução de problemas de vulto, viabilizando apoio às ações de Comando e Controle.

Nesse contexto, para atender a demanda ao emprego da F Ter o Prg EE, estabelece-se a disponibilização de infraestrutura de integração interagências, nos Centros de Coordenação e Operações Móveis, que tem por meta proporcionar as funcionalidades necessárias de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), essenciais ao desenvolvimento do Comando e Controle e do apoio à decisão.

Em 2021, a execução orçamentária do Programa foi de 0,04% perfazendo um total acumulado de 5,61% do total previsto para o programa, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP) em relação ao valor total planejado.

VALOR PLANEJADO TOTAL DO PROGRAMA: R$ 4.685.150.000,00

Destacam-se algumas atividades que resultaram nas entregas realizadas no ano de 2021, conforme o quadro que se segue:

ENTREGAS 2021
• Entrega do Sistema de Integração, Monitoramento e Apoio à Decisão (software integrador)
• Entrega do Projeto de Engenharia do Protótipo do Centro de Coordenação e Operações Móveis (CCOp Mv)

Fonte: Comando de Operações Terrestre, 2021.

Adestramento Conjunto de Caçadores
Foto: Sd Vinicius Conceição/6º BIL

Exercício Conjunto Meridiano Ibagé
Foto: COTer

2.5.4 AÇÕES PARA PREPARO DA FORÇA TERRESTRE

2.5.4.1 PREPARO DA FORÇA TERRESTRE (FT)

O preparo da Força Terrestre apoia-se no Sistema de Preparo da Força Terrestre (SISPREPARO), que é o sistema responsável pelas atividades de formação da reserva mobilizável e de preparo da F Ter (preparação orgânica e completa), estruturado pelo Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB); pelo Programa de Instrução Militar (PIM); e pelo Sistema de Simulação do Exército Brasileiro (SSEB).

No caso da preparação específica, essa ocorrerá por demanda do emprego, após o recebimento de uma missão específica para operações de guerra ou não guerra. Caracterizará a obtenção ou mesmo o aperfeiçoamento das capacidades necessárias às OM da F Ter para executar as operações demandadas pelo emprego da tropa.

O amparo legal do preparo da Força Terrestre é regido, além dos documentos supracitados inicialmente, pelos seguintes elencados:

- Regulamento do Comando de Operações Terrestres;
- Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB), acessível pelo sítio: https://portaldopreparo.eb.mil.br/;
- Programas-Padrão, acessível pelo sítio: https://portaldopreparo.eb.mil.br/;
- Cadernos de Instrução, acessível pelo sítio: https://portaldopreparo.eb.mil.br/;
- Programa de Instrução Militar (PIM), acessível pelo sítio: https://portaldopreparo.eb.mil.br/;e
- Planejamento Anual do Adestramento Avançado e Outras Atividades (PA3OA), contido no PIM, acessível pelo sítio: https://portaldopreparo.eb.mil.br/.

RECURSOS UTILIZADOS PARA INSTRUÇÃO E ADESTRAMENTO MILITAR EM 2021

DESCRIÇÃO	UTILIZADO (R$)
Adestramento	12.124.985,03
Estágios	1.785.637,94
Formação da Reserva Mobilizável	4.014.439,00
Manutenção da Infraestrutura de Apoio à Instrução Militar (MIAIM)	3.706.048,23
Forças de Prontidão	6.454.584,27
Operação Core	1.797.520,83
Manutenção do Sistema Combater	1.313.326,95
TOTAL	**31.196.542,25**

Fonte: Comando de Operações Terrestre, 2021.

Ainda, em 2021, o Sistema de Prontidão da Força Terrestre recebeu a importância de R$ 6,6 milhões, oriundos do EME, para a certificação das 8 brigadas da Força de Prontidão.

No corrente ano, 393 organizações militares operacionais realizaram os diversos níveis de adestramento previstos nos Programas- Padrão de Adestramento de Garantia da Lei e da Ordem, com um total de 155 mil envolvidos nas atividades.

Estágio de Adaptação e Operações na Caatinga - 31º BIMtz
Foto: 31º BIMtz

ENTREGAS 2021
114 Estágios (setoriais e área)
2.300 militares em 8 C Mil A

Fonte: Comando de Operações Terrestre, 2021.

Em 2021, o Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre certificou 8 brigadas como Força de Prontidão Operacional, credenciando aproximadamente o efetivo de 7.200 militares certificados:

1. Brigada de Infantaria Paraquedista;
2. 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada;
3. 5ª Brigada de Cavalaria Blindada;
4. 23ª Brigada de Infantaria de Selva;
5. 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada;
6. 12ª Brigada de Infantaria Leve (Amv);
7. 1ª Brigada de Infantaria de Selva; e
8. 10ª Brigada de Infantaria Motorizada.

Embarque aeromóvel - Operação CORE
Fonte: Sd Lucas Almeida/CCOMSEx

Encerramento do Seminário de Operações em Montanha
Foto: 4ª Bda Inf Mth L

2.5.4.2 DOUTRINA MILITAR TERRESTRE

A Doutrina Militar Terrestre (DMT) estabelece os fundamentos doutrinários para o preparo e o emprego da Força Terrestre. O Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) é a denominação dada ao conjunto de organizações, pessoal, publicações e atividades do Exército que interagem para o processamento das necessidades de evolução da Doutrina Militar Terrestre.

O Comando de Operações Terrestres é o órgão central do Sistema de Doutrina Militar Terrestre e o Centro de Doutrina do Exército (C Dout Ex) é o responsável pela coordenação das atividades doutrinárias, conforme Portaria nº 1.550-Cmt Ex, de 8 de novembro de 2017 (Separata), que aprova as Instruções Gerais para o Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) – EB10-IG-01.005.

No corrente ano, as principais entregas do Centro de Doutrina do Exército foram as seguintes:

ENTREGAS 2021
• 21 manuais doutrinários produzidos
• 14 reuniões ou seminários doutrinários realizados
• 25 quadros de organização de OM operativas confeccionados
• 3 experimentações doutrinárias realizadas
• 7 Condicionantes Doutrinárias e Operacionais (CONDOP)
• 48 pareceres produzidos para o Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa (SISCAPED)
• 4 notas doutrinárias produzidas
• Realização da Reunião de Coordenação Doutrinária (RCOD) 2021
• Confecção do Plano de Desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre (PDDMT) 2022
• 54 lições aprendidas e melhores práticas
• 6 pareceres para trabalho de natureza profissional (TNP) elaborados
• 64 matérias acerca da Doutrina do Exército publicadas
• 4 edições da Doutrina Militar Terrestre em revista
• 1 relatório de validação doutrinário
• 18 pareceres doutrinários

Fonte: Comando de Operações Terrestre, 2021.

2.6 DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS

2.6.1 DESAFIOS

O Exército Brasileiro possui grandes desafios para cumprir suas missões constitucionais, tendo em vista as dimensões continentais do País.

Os principais desafios a serem superados são: dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, fortalecer a mobilidade e a capacidade logística, sobretudo na região amazônica, incorporar novas tecnologias e sistemas inteligentes, manter-se em condições de ser empregado e ampliar a projeção do Exército no cenário internacional.

Outro desafio a ser superado está perante ao cenário sanitário global com as restrições impostas pela pandemia de COVID-19, cujas consequências vão desde limitações à circulação de pessoas até a retração econômica dos países.

A busca constante do equilíbrio entre o cumprimento das missões de defesa da Pátria, razão primeira da existência de uma força armada, e as crescentes demandas da sociedade brasileira também consiste em tarefa desafiadora e crucial.

No espaço cibernético, as características únicas desse campo, incluindo seu caráter de transversalidade em relação aos demais domínios do espaço de batalha (terra, mar, ar e espaço), bem como a facilidade de acesso global, proporcionam um ambiente favorável para ações de forças adversas que ponham à prova a capacidade de reação dos Estados.

A dependência cada vez maior da rede mundial de computadores, explorada em praticamente todas as atividades socioeconômicas, inclusive nos sistemas de defesa, traz como consequência o aumento das vulnerabilidades cibernéticas e das ameaças corporativas e individuais. A adaptação e a modernização da Instituição para fazer frente a tais vulnerabilidades constituem verdadeiros obstáculos a serem vencidos.

2.6.2 RISCOS

O Exército Brasileiro está exposto a largo espectro de riscos, em virtude de sua complexidade e tamanho.

No campo estratégico, destaca-se que os principais riscos estão relacionados aos campos econômico, psicossocial e tecnológico.

O atual cenário econômico nacional, agravado pela pandemia do COVID-19, permite supor que a probabilidade da ocorrência de restrições orçamentárias é elevada, o que poderá ter impacto negativo no preparo e

no adestramento da Força. Nesse quadro, o índice de operacionalidade da Força Terrestre poderá sofrer impacto negativo, comprometendo o emprego da Força tanto em sua missão constitucional de defesa da Pátria, quanto nas demais demandas apresentadas ao Estado pela sociedade brasileira.

Com relação aos riscos relacionados à pandemia da COVID-19, a incerteza do quadro de normalidade poderá promover, novamente, o isolamento social, trabalhos remotos, restrições de viagens, comprometendo severamente a Força em todos os níveis e capacidades. Essa possibilidade poderá impactar negativamente a operacionalidade da Força.Com relação aos recursos humanos, as medidas restritivas poderão comprometer os deslocamentos internacionais e nacionais, a execução de atividades de capacitação, intercâmbios, o aprestamento e as certificações de tropas designadas para integrarem o Sistema de Prontidão da Força.

No campo cibernético, o principal risco identificado é a materialização de ameaças com potencial de comprometer a operação de sistemas do Setor de Defesa, incluindo redes corporativas e sistemas críticos. Isso atingiria a operacionalidade e o funcionamento administrativo do Setor Cibernético de Defesa e a interrupção da operação de Infraestruturas Estratégicas Críticas de interesse da Defesa Nacional.

2.6.3 PERSPECTIVAS

Em um contexto ainda incerto, o Exército trabalha com a perspectiva de que, com o controle sanitário da pandemia e a retomada econômica em âmbito global, as atividades retornem gradualmente à normalidade ao longo do ano de 2022.

Nesse sentido, o Exército Brasileiro planeja otimizar o emprego dos seus recursos e dar continuidade no desenvolvimento de suas capacidades, por meio dos Programas Estratégicos, preparo/emprego constante de seu efetivo, proporcionando maior índice de operacionalidade da Força Terrestre.

Infere-se, de forma pragmática, que a projeção Institucional alcance o quadro de prontidão desejada para o atendimento da defesa da Pátria.

Estágio de Montanha
Foto: 12º BI L Mth

Curso de Ações de Comandos durante travessia do Parque Nacional do Itatiaia
Foto: Sd Euclides/CIOPESP

CONFORMIDADE E RESULTADOS DA GESTÃO INTERNA

CAPÍTULO 3

Fotomontagem: 2º Ten Martins/CCOMSEx

3 CONFORMIDADE E RESULTADOS DA GESTÃO INTERNA

3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

3.1.1 INTRODUÇÃO

O orçamento do Comando do Exército engloba recursos das Ações do Governo Federal constantes do Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo, das Operações Especiais (outros encargos especiais), do Programa Cooperação com o Desenvolvimento Nacional e, preponderantemente, do Programa Defesa Nacional.

Quanto ao pagamento das despesas, os limites concedidos ao Comando do Exército no ano de 2021 foram suficientes para o pagamento das obrigações atinentes às despesas obrigatórias e discricionárias. Ressalta-se que não foram observados bloqueios de financeiro que impactassem o cronograma de desembolso mensal, fato que cooperou para uma execução financeira satisfatória, contribuindo para o cumprimento de todas as obrigações assumidas no ano corrente.

Entretanto, destaca-se que a tardia aprovação do orçamento impactou as fases da execução da despesa, exigindo adequações no planejamento do ano em curso.

3.1.2 COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO

O orçamento total foi composto do Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo, no valor de R$ 49,6 bilhões; do Programa de Defesa Nacional, no valor de R$ 3,03 bilhões; das Operações Especiais, no valor R$ 78,5 milhões; e do Programa de Cooperação com o Desenvolvimento Nacional, no valor de R$ 6,8 milhões.

PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DO EXÉRCITO EM 2021

AÇÃO DE GOVERNO	DOTAÇÃO ATUALIZADA[1] (R$)	%
PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO (PESSOAL, BENEFÍCIOS E AÇÃO 2000 – Adm da Unidade)	49.676.270.528,00	94,10%
OPERAÇÕES ESPECIAIS: (OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS E CUMPRIMENTOS DE SENTENÇAS JUDICIAIS)	78.507.920,00	0,15%
COOPERAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL	6.820.127,00	0,01%
PROGRAMA DEFESA NACIONAL	3.030.432.343,00	5,74%
TOTAL	**52.792.030.918,00**	**100%**

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 31 de dezembro de 2021).
[1]Dotação Atualizada: LOA + Crédito

O Programa Defesa Nacional atende a essência da Força Terrestre, pois engloba as Ações Orçamentárias (AO) Finalísticas que fomentam a capacidade operacional do Exército.

Na Lei Orçamentária Anual de 2021 (LOA 2021), o aporte de recursos do Programa 6012 - Defesa Nacional, no montante de R$ 3,03 bilhões, atendeu as despesas com os projetos de Investimentos e aquelas referentes ao custeio da Força Terrestre, que englobam as atividades de aprestamento, logística, ciência e tecnologia, ensino, entre outras, conforme o quadro a seguir:

ORÇAMENTO PROGRAMA DEFESA NACIONAL	RECEBIDO (R$)
CUSTEIO	1.776.174.823,00
INVESTIMENTOS	1.254.257.520,00
TOTAL	**3.030.432.343,00**

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 31 de dezembro de 2021).

O orçamento referente ao Programa Defesa Nacional apresentou em 2021 um acréscimo da ordem de 3,54% em relação ao ano de 2020, entretanto foi insuficiente para o atendimento das necessidades do Exército, o que exigiu uma redefinição de prioridades, ainda assim impactando negativamente a operacionalidade.

3.1.3 OUTROS RECURSOS RECEBIDOS

Em 2021, o EB recebeu em torno de R$ 1,2 bilhões em recursos provenientes de outros órgãos do Governo Federal para a execução de ações diversas, tais como: a Operação Pipa que tem como objetivo a realização de ações complementares de apoio às atividades de distribuição de água potável às populações atingidas por estiagem e seca na região do semiárido nordestino e região norte do Estado de Minas Gerais e Espírito Santo; a Operação Acolhida que foi criada pelo Governo Federal para coordenar, no território nacional, o grande fluxo migratório proveniente da República Bolivariana da Venezuela, devido à crise política, econômica e social; a Operação Verde Brasil 02 que teve como objetivo a realização do controle ambiental e de segurança pública; e a Operação COVID-19 que atuou regularmente em parcerias com o Ministério da Saúde, Estados e Municípios para o combate à pandemia.

Dos instrumentos de parceria celebrados, destacam-se, ainda, os voltados à Obras de Cooperação, que possibilitaram ao Exército contribuir com a melhoria da infraestrutura do País, e, consequentemente, com o desenvolvimento nacional.

3.1.4 EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Da análise dos objetivos, das metas e dos indicadores do EB no PPA e dos resultados de gestão estratégica apresentados no capítulo 2, pode-se verificar que a Instituição realizou sua gestão orçamentária voltada para o cumprimento de seus Objetivos Estratégicos e de sua missão constitucional, apresentando excelente desempenho orçamentário ao executar a totalidade de sua LOA 2021.

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR AÇÃO DE GOVERNO DO PROGRAMA DEFESA NACIONAL

AÇÃO DE GOVERNO		RECEBIDO (R$) (Dotação Atualizada)	UTILIZADO (R$) (Empenhado)	% (Utilizado)
13DB	Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea	5.653.768,00	5.653.534,55	99,99%
147F	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional (*)	17.126.804,00	17.141.388,57	100%
14LW	Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020	134.000.000,00	134.000.000,00	100%
14T4	Implantação do Projeto Guarani (Forças Blindadas) (*)	409.232.339,00	412.498.444,08	100%
14T5	Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (*)	170.000.000,00	170.356.771,64	100%
14T6	Implantação do Programa Estratégico de Proteção da Sociedade	526.803,00	537.816,74	100%
156M	Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro (*)	179.681.674,00	179.720.213,62	100%
156N	Obtenção de Meios do Exército (*)	171.375.744,00	174.140.722,59	100%
15W5	Reestruturacao do Sistema de Engenharia do Exército (*)	1.959.859,00	2.039.340,96	100%
15W6	Implantação do Programa Estratégico do Exército Lucerna	14.126.403,00	14.107.137,88	99,86%
20XE	Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército (*)	52.909.943,00	53.239.397,86	100%
20XH	Realização de Ações de Cooperação do Exército	15.000.000,00	15.000.000,00	100%
20XJ	Desenvolvimento Tecnológico do Exército (*)	17.561.096,00	17.629.142,76	100%
20XL	Saúde em Operações Militares	733.780,00	733.697,87	99,99%
212O	Movimentação de Militares	612.827.192,00	614.254.712,08	100%
219D	Adequação de Organizacoes Militares	82.607.678,00	82.565.029,76	99,95%
21A0	Aprestamento das Forças	701.862.600,00	709.253.289,93	100%
2866	Ações de Caráter Sigiloso	4.575.740,00	4.576.823,25	100%
2900	Seleção para o Servico Militar e Apresentação da Reserva em	6.123.495,00	6.110.685,67	99,79%
2911	Modernização das Organizações Militares de Engenharia do Exército	12.100.594,00	12.163.427,82	100%
2919	Registro e Fiscalização de Produtos Controlados	20.000.000,00	19.990.214,01	99,95%
2A82	Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação no Instituto	10.236.087,00	10.258.572,04	100%
3138	Implantação do Sistema de Aviação do Exército	214.075.534,00	215.000.272,70	100%
4528	Produção de Material de Emprego Militar	73.836.152,00	73.836.152,00	100%
7XN4	Implantação do Colégio Militar de São Paulo (CMSP)	38.000.000,00	37.989.438,61	99,97%
8965	Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro	64.299.058,00	64.060.704,38	99,63%
Total (*)		3.030.432.343,00	3.046.856.931,38	100,00%

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (dados de 31 de dezembro de 2021).

(*) – As Ações de Governo cujos valores empenhados estão acima das dotações atualizadas recebidas se devem às variações cambiais dos materiais/serviços contratados no exterior por intermédio da Comissão do Exército Brasileiro em Washington/DC, conforme contratação de câmbio junto ao BC.

O detalhamento do desempenho orçamentário, financeiro e contábil está apresentado no capítulo 4 e demonstra a efetiva execução orçamentária, financeira e contábil do Comando do Exército.

3.2 GESTÃO DE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

3.2.1 INTRODUÇÃO

As aquisições mais significativas no âmbito do Comando do Exército foram gerenciadas e centralizadas pelos Órgãos de Direção Geral, Operacional e Setoriais.

Como órgãos a serem exemplificados, pode-se citar o Comando Logístico (COLOG), responsável pelas aquisições do sistema logístico do EB, o Departamento de Engenharia e Construção (DEC), responsável pelas aquisições do sistema de obras, o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), responsável pelas aquisições do sistema de ciência, tecnologia e inovação, o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), responsável pelas aquisições do sistema de educação e cultura, e a Secretaria de Economia e Finanças (SEF), responsável, entre outros, pelo apoio administrativo às OM.

As demais aquisições de objetos de natureza comum são realizadas pelas diversas Organizações Militares, Unidades Gestoras Executoras (UGE), em menor montante e maior capilaridade.

Ainda no sentido da racionalização administrativa, o Exército, nos últimos anos, aperfeiçoou processos e estruturas buscando centralizar as aquisições e outras atividades administrativas, ao passo que busca reduzir o número de UGE. Ao longo do ano de 2021, o EB continuou tal transformação. Nesse sentido podemos citar:

- a Diretoria de Sistemas de Material de Emprego Militar (DSMEM/DCT) para aquisições do Sistema de Ciência e Tecnologia;

- a Diretoria de Planejamento e Gestão Orçamentária (DPGO), do Departamento Geral do Pessoal, para gestão orçamentária centralizada dos recursos de pessoal;

- a Assessoria de Planejamento, Programação e Controle Orçamentário (APPCO/COLOG), para gestão de orçamento e aquisições do Sistema Logístico;

- bases Administrativas, unidades que centralizam atividades administrativas de diversas organizações militares, retirando encargos dessas OM;

- o almoxarifado central, na guarnição de Brasília, para racionalização e obtenção de bens comuns a todos os órgãos do Forte Caxias; e

- a implantação e aprimoramento dos Grupos de Coordenação de Aquisições, Licitações e Contratos (GCALC) para a realização de licitações centralizadas destinadas às contratações frequentes, visando ao fornecimento de bens e serviços comuns.

3.2.2 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Serão apresentadas informações por modalidade de contratação e do detalhamento dos gastos com o funcionamento administrativo das 657 Organizações Militares do Comando do Exército, bem como as contratações administrativas mais relevantes realizadas no âmbito do EB, no exercício financeiro de 2021.

DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	UTILIZADO (R$)
1. Modalidade de Licitação	**3.012.012.362,00**
Convite	2.483.639,49
Tomada de Preço	78.925.324,15
Concorrência	153.712.118,39
Pregão	2.771.253.431,59
Concurso	3.982,50
Regime Diferenciado de Contratações Públicas	5.633.865,88
2. Contratações Diretas	**2.977.357.012,82**
Dispensa	682.758.681,79
Inexigibilidade	2.294.598.331,02
3. Regime de Execução Especial	**13.708.118,93**
Suprimento de Fundos	13.708.118,93
4. Outros	**1.762.544.550,65**
5. TOTAL	**7.765.622.044,39**

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 31 de dezembro de 2021).

Das contratações realizadas por meio de inexigibilidade, aproximadamente 70% das execuções referem-se a gastos realizados com instituições médicas variadas, que mantém convênios para o atendimento ao pessoal militar e civil e respectivos dependentes pouco mais de 20% relacionam-se com aquisições de objetos detentores de especificidades, como os blindados da família Guarani e materiais e equipamentos do sistema Astros 2020. Dotadas das mesmas características peculiares, destacam-se as aquisições realizadas para suprir necessidades de materiais, equipamentos e serviços em aeronaves de emprego militar, o restante dos valores relacionam-se com empresas de saneamento de água e esgoto, e aquisição de munições, dentre outras despesas de pequeno vulto.

Das contratações realizadas por meio de dispensa de licitação, que sofreram uma redução de 2% em relação ao ano de 2020, o montante mais proeminente refere-se às despesas com concessionárias de energia elétrica em todo o território nacional, com pouco mais de 65% do total

das contratações. A ação de aprestamento das Forças teve participação de 3% do total. O restante divide-se em material de emprego militar (MEM), sistema de monitoramento de fronteiras e aquisições e contratações de menor vulto, realizadas para atender às peculiaridades da preparação e emprego do EB.

3.2.3 DETALHAMENTO DOS GASTOS COM O FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO (EXERCÍCIO 2021)

Os gastos com o funcionamento administrativo das 657 Organizações Militares do Exército ficaram em torno de 221,34 milhões, deste valor 65% foram alocados para o custeio de concessionárias de serviço público, 23% com contratos administrativos e o restante com despesas gerais das Organizações Militares (materiais e serviços diversos, combustíveis para geração de eletricidade e aquecimento, certificados digitais, seguro obrigatório, licenciamento de viaturas, publicações, aquisição de materiais de expediente, de limpeza, bem como para manutenção dos bens móveis, imóveis e etc.).

Ainda com o enfoque da racionalização administrativa, destaca-se o pronto atendimento ao Decreto nº10.779, de 25 de agosto de 2021, que estabelece metas a serem cumpridas na redução do consumo de energia elétrica até abril de 2022, materializado na publicação da Portaria nº 14.584 – SEGES/ME, de 13 de dezembro de 2021.

GASTOS COM O FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO EM 2021

OBJETO	UTILIZADO (em milhões R$)	PERCENTUAL APLICADO DO ORÇAMENTO
CONCESSIONÁRIAS DO SERVIÇO PÚBLICO	386,92	66%
CONTRATOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS	113,63	19%
FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES (FUNADOM)	89,07	15%
TOTAL	589,62	100%

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 31 de dezembro de 2021).

3.2.4 CONTRATAÇÕES DE APOIO ADMINISTRATIVO MAIS RELEVANTES

Os recursos para fazer frente à demanda de funcionamento administrativo das OM são restritos. Assim, poucos contratos são autorizados e significativa parcela de serviços é realizada diretamente pelos efetivos das próprias Organizações Militares.

Os contratos de maior relevância, limpeza e conservação, lavagem de roupa, locação de aparelhos de impressão, desinsetização, desratização e manutenção de bens móveis foram, na sua grande maioria, firmados por hospitais militares, estabelecimentos de ensino militares e quartéis-generais.

CONTRATAÇÕES DE APOIO ADMINISTRATIVO MAIS RELEVANTES EM 2021

TIPO DE CONTRATO	NR DE CONTRATOS	PORCENTAGEM EM RELAÇÃO À QUANTIDADE TOTAL DE CONTRATOS	VALOR ANUAL UTILIZADO (R$)	PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DE CONTRATOS
Limpeza e conservação	97	16%	73.280.086,45	65%
Manutenção de bens imóveis	25	4%	17.177.152,23	15%
Locação de aparelhos de impressão	249	40%	10.776.999,35	10%
Manutenção de bens móveis	27	4%	4.829.271,49	4%
Lavagem de roupa	24	4%	2.392.825,67	2%
Manutenção e limpeza de ar condicionado	114	18%	2.270.079,75	2%
Manutenção de elevadores	37	6%	1.493.762,48	1%
Outros (informática, manutenção de poços artesianos e dedetização)	49	8%	1.408.291,02	1%
TOTAL	622	100%	113.628.468,44	100%

3.3 GESTÃO DE CUSTOS

3.3.1 INTRODUÇÃO

O EB, alinhado com a Administração Pública Brasileira, tem extensa tradição na gestão das contas públicas, acompanhando, orientando e gerenciando as informações de custos, na medida em que retrata os dados de diversos sistemas, internos e externos à Instituição, conforme a execução dos lançamentos realizados pelas Unidades Gestoras.

A gestão de custos envolve todas as 657 OM, consolidando os gastos com pessoal, material de consumo, depreciação do material permanente e serviços executados pela Força, tendo como premissas básicas o foco nas necessidades de informação do cliente (aspectos qualitativos e quantitativos) em um contexto de racionalização administrativa e otimização dos gastos, contribuindo para a melhoria do processo de decisão.

As informações são obtidas por meio das apropriações dos serviços provenientes do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), do Sistema de Controle Físico (SISCOFIS), módulo do Sistema de Material do Exército (SIMATEx) com insumos de material de consumo e depreciação do material permanente, além do Sistema de Cadastramento do Pessoal do Exército (SiCaPEx), com os dados de pessoal.

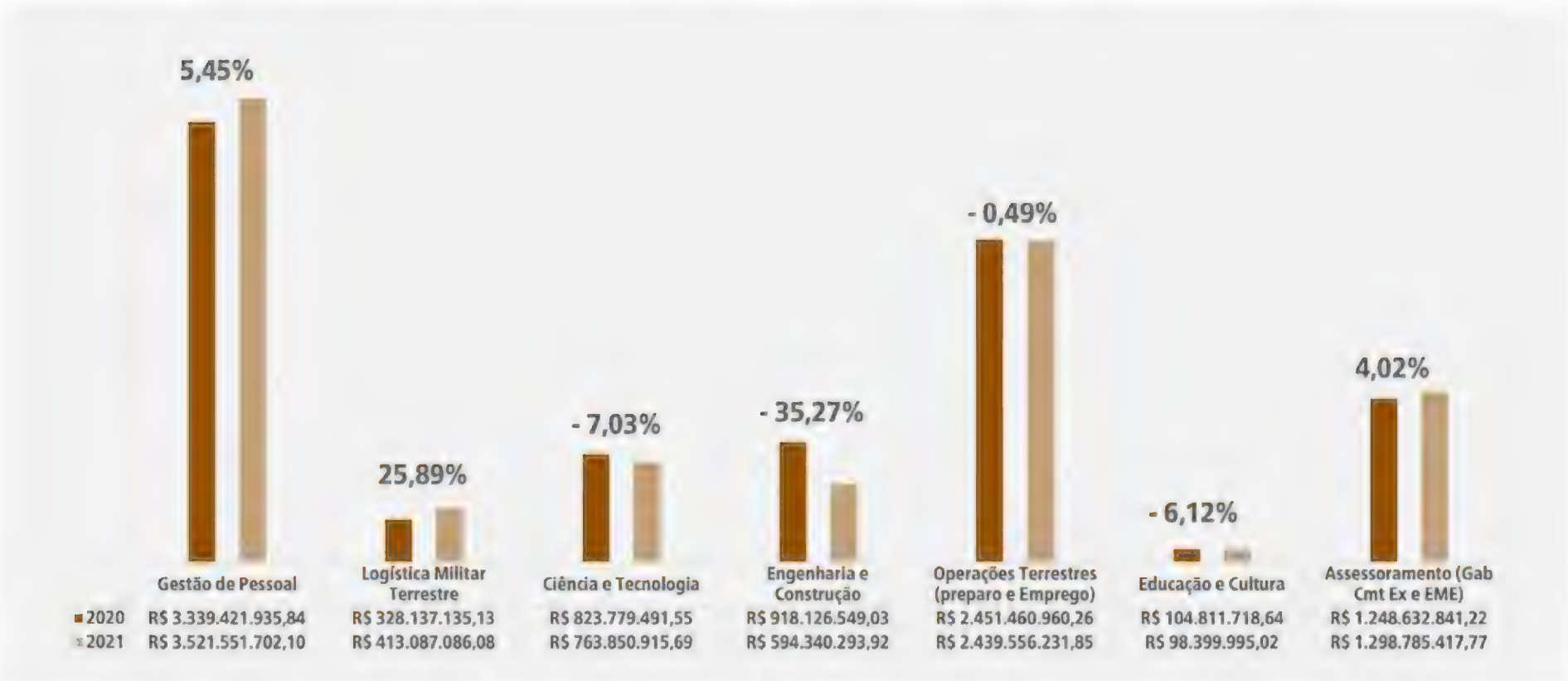
Cumprindo a Diretriz Especial de Gestão Orçamentária e Financeira de 2021 do Comandante do Exército e com o intuito de buscar maior eficiência, economicidade e efetividade no emprego dos recursos disponíveis, a Diretoria de Contabilidade (D Cont), após estudo técnico, decidiu mudar a sistemática de acompanhamento das informações de custos do Comando do Exército, passando a buscar as informações e gerar relatórios gerenciais por meio do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC), módulo do Tesouro Gerencial.

O SIC é uma ferramenta de TI que tem a capacidade de integrar diversos sistemas do governo federal em uma única base de dados, armazenando e reunindo informações de custos que permitem apoio à tomada de decisão.

A implantação do SIC no âmbito do Comando do Exército tem como objetivos aperfeiçoar e simplificar, ainda mais, a gestão de custos da Força; potencializar a vertente gerencial da contabilidade de custos; melhor subsidiar os processos decisórios em todos os níveis, bem como aumentar a transparência governamental e a accountability.

O EB tem obtido resultados expressivos no tocante à melhoria do gasto, ao envolvimento dos agentes da administração com a gestão de custos, a maior efetividade na aplicação dos recursos e, em diversos casos, à utilização das informações de custos para a tomada de decisão, como a racionalização das Circunscrições do Serviço Militar, a atualização da taxa referente à emissão do Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI), transformação e criação de Organização Militar.

3.3.2 CUSTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

A classificação direta dos custos das atividades relevantes desempenhadas atendeu às necessidades gerenciais, uma vez que permitiu identificar os custos de seus macroprocessos, todos necessários e fundamentais para o desempenho da missão constitucional da Força Terrestre.

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 24 de janeiro de 2022).

Operação Culminating
Foto: Sgt Bianca/FAB

3.4 GESTÃO DE PESSOAL

3.4.1 INTRODUÇÃO

As diretrizes de pessoal do Exército Brasileiro estão reguladas na Portaria nº 325-EME, de 9 de dezembro de 2015. Sua implementação é realizada pelo Departamento-Geral do Pessoal (DGP), sob coordenação do Estado-Maior do Exército (EME).

3.4.2 EFETIVO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

A composição do efetivo do Exército Brasileiro é baseada na otimização do emprego de recursos humanos, de modo a dimensioná-lo para atender adequadamente as reais necessidades da Força, mas considerando a sustentabilidade a médio e a longo prazo. A fim de aumentar a atratividade e melhorar o processo de seleção, são implementadas medidas que possibilitam o crescimento profissional do militar temporário enquanto permanecer no serviço ativo. A utilização de pessoal da reserva, como Prestador de Tarefa por Tempo Certo (PTTC), também é uma realidade, constituindo-se em excelente capital intelectual.

EFETIVO DO PESSOAL DE CARREIRA DO EB POR POSTOS E GRADUAÇÕES EM 2021

POSTO/GRADUAÇÃO	CARREIRA
Oficiais Generais	172
Oficiais Superiores	7.081
Oficiais Intermediários	5.408
Oficiais Subalternos	6.703
Graduados (ST/Sgt)	32.964
TOTAL	**52.328**

Efetivo Temporário (Oficial/Sargento/Cabo/Soldado/Recruta): 151.539
Fonte: EBCorp, atualizado em 4 JAN 22

EFETIVO DE SERVIDORES CIVIS DO EXÉRCITO

Nível	Ativos em 2021	Quantidade Total
Auxiliar	471	3.934
Intermediário	2.170	
Superior	1.153	
Sem Cargo efetivo (DAS / Cedidos/ Requisitados / Exercício Provisório)	140	
Servidores Civis efetivados em 2021	0	

Fonte: Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (DCIPAS) – Jan 22

Exercício de adestramento conjunto de helicópteros da Marinha, Exército e Aeronáutica realizado em Taubaté-SP
Foto: Alexandre Manfrim/MD

EFETIVO DE MILITARES PRESTADORES DE TAREFA POR TEMPO CERTO (PTTC)

PTTC	OFICIAIS	PRAÇAS
Total	3.835	1.781
Total Geral	5.616	

Fonte: DCIPAS – atualizado em 26 Jan 22

CONTROLE DE EFETIVOS DE CARREIRA POR FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	EFETIVO
De 19 a 30 anos	12.435
De 31 a 40 anos	15.863
De 41 a 50 anos	20.143
De 51 a 60 anos	3.867
Mais de 60 anos	20
TOTAL	**52.328**

Tabela 4 - Controle de efetivos por faixa etária
Fonte: EBCorp, atualizado em 4 Jan 22 (efetivo de carreira)

CONTROLE DE EFETIVOS POR COR DE PELE OU RAÇA

COR DE PELE / RAÇA	EFETIVO
Sem declaração	1.201
Parda/Preta	31.042
Branca	20.085
TOTAL	**52.328**

Tabela 5 - Controle de efetivos por cor de pele ou raça
Fonte: EBCorp, atualizado em 4 Jan 22 (efetivo de carreira)

Formartura no 7º CTA
Fonte: Cb Estevam/ COMSEx

CONTROLE DE EFETIVOS POR GÊNERO (MILITARES DA ATIVA)

GÊNERO	EFETIVO
Masculino	49.393
Feminino	2.935
TOTAL	**52.328**

Tabela 6 - Controle de efetivos por gênero
Fonte: EBCorp, atualizado em 4 Jan 22 (efetivo de carreira)

Operações na Caatinga
Foto: Acervo CCOMSEx

CONTROLE DE EFETIVOS DE CARREIRA POR ÁREA DE ATUAÇÃO

C MIL A	EFETIVO
CMA	4.013
CMP	7.964
CML	14.042
CMO	3.323
CMN	2.197
CMNE	5.924
CMSE	4.323
CMS	10.476
Fora da Força	66
TOTAL:	52.328

Fonte: EBCorp, atualizado em 4 Jan 22 (efetivo de carreira)

Formartura di Dia do Soldado em Brasília-DF
Fonte: Cb Estevam/ COMSEx

3.4.3 RESULTADOS ALCANÇADOS

As prioridades da Política de Pessoal estão estabelecidas no Objetivo Estratégico do Exército (OEE) 13 – Fortalecer a dimensão humana. Baliza um planejamento estratégico focado nas atividades que buscam a melhoria da qualidade de vida da família militar e a valorização da força de trabalho.

De acordo com a Política Militar Terrestre, fortalecer a dimensão humana é valorizar os recursos humanos do Exército Brasileiro, por intermédio da melhoria da qualidade de vida da família militar e da valorização da sua força de trabalho, fatores geridos pela Instituição que influenciam o desempenho do profissional militar e do servidor civil.

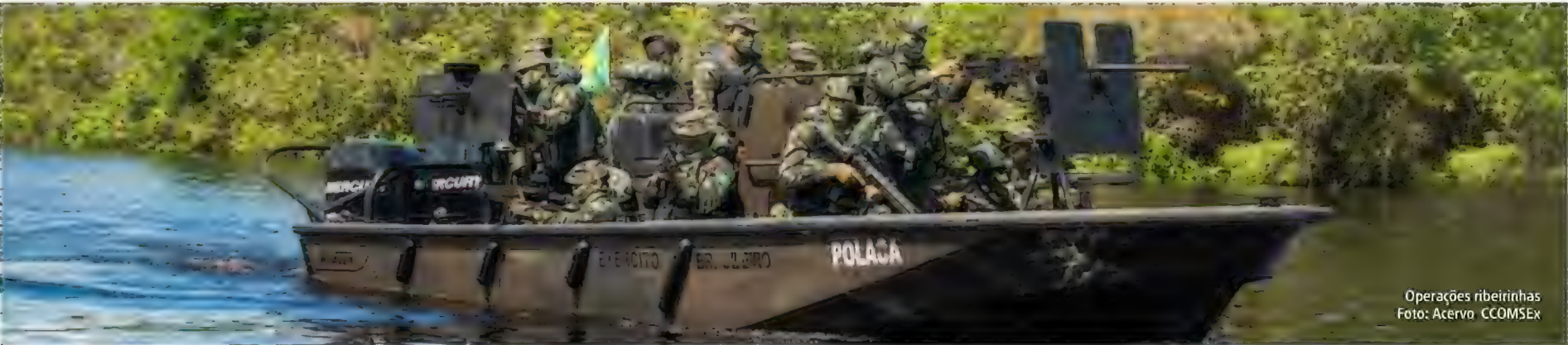
O Plano Estratégico do Exército descreve que o Objetivo Estratégico do Exército nº 13 (OEE 13) – Fortalecer a dimensão humana – é um dos principais indutores do processo de transformação do Exército Brasileiro, inserido no contexto do desenvolvimento nacional em alinhamento com a Política Nacional de Defesa e com a Estratégia Nacional de Defesa.

O OEE 13 tem como objetivos: desenvolver ações de apoio à família militar e aperfeiçoar a gestão de pessoal, militares e servidores civis.

No que se refere à Cadeia de Valor Agregado do EB, o aperfeiçoamento do Sistema de Pessoal encontra-se vinculado ao macroprocesso da Gestão de Pessoal.

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 13

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-13	[(Índice de Satisfação da Valorização da Força de Trabalho + Índice de Satisfação da Qualidade de Vida da família militar + Índice de Satisfação da Capacitação da Força de Trabalho + Índice de Satisfação da Infraestrutura de apoio à Dimensão Humana)] / 4	73,31%	Média de 70% de satistação

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Operações ribeirinhas
Foto: Acervo CCOMSEx

PROGRAMA FORÇA DA NOSSA FORÇA

Com o objetivo de fortalecer sua dimensão humana, foi concebido o Programa Estratégico Força da Nossa Força (Prg EE FNF), o qual busca atingir os seguintes benefícios: valorização da força de trabalho; modernização e sustentabilidade do sistema de saúde; melhoria da qualidade de vida da família militar; modernização da gestão de pessoal; e contribuição para o aumento da operacionalidade da Força Terrestre.

Os projetos integrantes do Prg EE FNF estão inseridos no Objetivo Estratégico do Exército 13 - Fortalecer a dimensão humana. Para tanto, em 2021, o programa prosseguiu suas atividades com 3 projetos, cito: Projeto EB S@úde; Projeto Sistema Corporativo de Gestão do Pessoal do Exército (Projeto SisCoGeP); e Projeto EB F@cil.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FORÇA DA NOSSA FORÇA	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
MODERNIZAÇÃO ESTRATÉGICA E OPERACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO (Reestruturação do Sistema de Pessoal do Exército)	860.432,27	832.223,91	96,72%
MODERNIZAÇÃO ESTRATÉGICA E OPERACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO (Aquisição de Equipamentos)	542.800,00	522.586,62	96,28%
ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE (Despesas Diversas)	200.000,00	197.495,65	98,75%

Fonte: DGP/Gerência do Prg EE FNF, 2021

3.4.4 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

3.4.4.1 AVALIAÇÃO DOS MILITARES

Atualmente, o Sistema de Gestão do Desempenho (SGD) do Exército é um recurso totalmente informatizado. Disponibiliza aos seus usuários diversos métodos de gerenciamento do desempenho, como as entrevistas entre avaliador e avaliado, a realização de uma autoavaliação, e o acesso do avaliado ao resultado de suas avaliações.

3.4.4.2 AVALIAÇÃO DE SERVIDORES CIVIS

O servidor civil, ao entrar em exercício no cargo de provimento efetivo, mediante concurso público, é submetido ao período de estágio probatório, por 3 anos durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observando fatores como: assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade, conforme previsto no Art 41 da CF/88, com a redação dada pela EC nº 19, publicada no DOU de 5 de junho de 1998, e os Art 20 e 21 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

3.4.5 ESTRATÉGIA DE SELEÇÃO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS PARA RECOMPLETAMENTO DO EFETIVO

3.4.5.1 SELEÇÃO DE PESSOAL TEMPORÁRIO

O serviço militar obrigatório compreende as seguintes fases: alistamento (presencial e on-line), seleção geral, designação, seleção complementar e incorporação. A convocação para o serviço militar obrigatório é feita por meio de divulgação em veículos de comunicação: TV, rádio, jornal e redes sociais, tanto em nível nacional como local.

O alistamento on-line foi implantado em todo o território nacional a partir de 1º de janeiro de 2018. O cidadão alistado por este sistema pode obter o Certificado de Alistamento Militar (CAM), gratuitamente, acessando a página eletrônica: alistamento.eb.mil.br.

Formatura Oficiais Temporários - BGP
Foto: Cb Estevam/CCOMSEx

TIPO DE INCORPORAÇÃO	EFETIVO INCORPORADO	TOTAL
Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR)/ Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR)	2.354	53.785
Médicos, Dentistas, Farmacêuticos e Veterinários	1.743	
Recrutas	49.688	

Fonte: DSM. Atualizada em 6 Jan 22

O serviço militar temporário de caráter voluntário é uma forma de entrada às fileiras do Exército por brasileiros de ambos os sexos, de todo o território nacional. Sua permanência na Força é de até 8 anos. O ingresso ocorre por meio de processos seletivos simplificados, divulgados através de avisos de convocação presentes nos diversos sites e plataformas digitais do Exército, em especial as páginas de conteúdo das Regiões Militares. Anualmente, existe a possibilidade de os cidadãos de todos os níveis de escolaridade (fundamental, médio e superior) e das mais diversas áreas profissionais passarem a integrar o Exército Brasileiro como militares temporários.

3.4.5.2 SELEÇÃO DE PESSOAL PARA A CARREIRA MILITAR

É realizado mediante concurso público nacional anual, tanto para a carreira de oficiais quanto para a de graduados. Os candidatos são matriculados nas escolas de formação militar: Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Instituto Militar de Engenharia (IME), Escola de Saúde do Exército (EsSEx), Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx), Escola de Sargentos das Armas (ESA), Escola de Sargentos de Logística (EsSLog) e Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx).

Cerimônia de Entrega de Espadim aos Cadetes da AMAN
Foto: Marcos Corrêa/PR

3.4.5.3 SERVIDORES CIVIS

A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, na qual prevê em seu inciso I, do Art 8º, a nomeação como forma de provimento de cargo público, que depende de prévia habilitação em concurso público.

Compete ao Ministério da Economia (ME), como órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), a criação de cargos efetivos, bem como a autorização para a realização de concursos e nomeação de candidatos.

Na contramão da necessidade de incremento da força de trabalho, com a edição do Decreto nº 9.262, de 9 de janeiro de 2018, foram extintos diversos cargos da área administrativa (agente administrativo) e de saúde (auxiliar de enfermagem)

Ademais, o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, estabeleceu regras mais rígidas para as solicitações de autorização de concurso público, o que, consequentemente, dificulta e reduz o número de concursos.

3.4.6 REMUNERAÇÃO

3.4.6.1 REMUNERAÇÃO DE MILITAR

Em 2019, foi sancionada a Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que estruturou a carreira militar e dispôs, entre outras medidas, sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares. Essa nova legislação teve como premissas básicas: a priorização da meritocracia e a experiência militar; atração, retenção e motivação do pessoal; aperfeiçoamento da legislação existente; espelhamento das carreiras de oficiais e praças; e a própria reestruturação da carreira dos militares, não constituindo um reajuste salarial.

A tabela com os soldos dos militares pode ser consultada por meio do link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13954.htm

3.4.6.2 REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES CIVIS LOTADO NO EXÉRCITO

Em geral, a remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis do Poder Executivo é constituída de vencimento básico, gratificações e adicionais (Art nº 40 e 49 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990).

A tabela de remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis do Poder Executivo encontra-se publicada no endereço: https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios. Acesso em 19 jan. 22.

Por sua vez, a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, alterada pelas Leis nº 11.490/07, nº 11.784/08 e nº 11.907/09, instituiu a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo.

Há de se considerar também que a Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, instituiu a Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos (GDACE), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, optantes pela Estrutura Especial de Remuneração.

A Portaria nº 494, de 19 de maio de 2020, publicada no Boletim do Exército nº 21, de 22 de maio de 2020, aprovou as normas para atribuição da GDPGPE e da GDACE, dos servidores civis no âmbito do Comando do Exército.

3.4.7 PROMOÇÕES NO EXÉRCITO

Os planos de carreira estão materializados em portarias que tem por finalidade estabelecer uma sistemática de promoções de militares de carreira das armas, quadros e serviços baseada no mérito individual do militar de acordo com seu tempo no posto ou graduação. Para todas as promoções dos militares, são organizados Quadros de Acesso por Antiguidade (QAA) e Quadros de Acesso por Merecimento (QAM). Tais quadros consideram antiguidade e merecimento dos militares habilitados. A Comissão de Promoções avaliará o mérito, as qualidades e os requisitos peculiares exigidos para a promoção.

3.4.8 ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O Sistema de Saúde do Exército engloba na ordem de 727 mil beneficiários (militares, dependentes de militares, pensionistas de militares, bem como presta assistência à saúde suplementar dos servidores civis do Exército, pensionistas dos servidores civis e seus respectivos dependentes).

Formatura do Curso de Formação de Sargentos da ESA
Foto: Acervo/CCOMSEx

No ano de 2021, foram realizados mais de 7,5 milhões de atendimentos.

3.4.8.1 ASSISTÊNCIA DE SAÚDE À FAMÍLIA MILITAR

O Sistema de Saúde do Exército (SSEx) é o conjunto, estruturado e sinérgico, de órgãos e Organizações Militares, meios materiais, pessoal, recursos orçamentários e financeiros, normas e atividades com o objetivo de prestar assistência de saúde aos seus beneficiários e apoio de saúde às atividades militares.

Para a assistência médico-hospitalar e odontológica aos seus mais de 727 mil beneficiários (militares, dependentes e pensionistas de militares), com a utilização dos Recursos da Ação 2004, o Sistema de Saúde do Exército conta com uma rede de atendimento nas Organizações Militares de Saúde (OMS), articulada em todo o território nacional.

Com o objetivo de ampliar e/ou melhorar a rede de atendimento à família militar por todo o País, e, concomitantemente, reduzir os gastos com encaminhamentos às Organizações Civis de Saúde (OCS) e Prestadores de Serviço Autônomos (PSA), otimizando a utilização de recursos públicos, o Exército, sob a coordenação de sua Diretoria de Saúde (DSau), vem desenvolvendo estudos para a implementação de projetos de construção/adequação de Organização Militar de Saúde e processos de melhoria das condições de infraestrutura/atendimento de saúde.

Atendimento hospitalar
Foto: Acervo/CCOMSEx

VALORES RECEBIDOS E UTILIZADOS POR REGIÃO MILITAR (RM) NO PAASSEx EM 2021

RM	VALOR (R$)
1ª	11.822.926,75
2ª	5.317.281,53
3ª	6.081.484,08
4ª	1.086.182,62
5ª	2.597.323,43
6ª	579.619,36
7ª	1.817.418,24
8ª	1.719.417,97
9ª	4.284.758,19
10ª	1.796.286,36
11ª	1.736.241,30
12ª	6.091.437,13
Total Geral	44.930.376,96

Resumo do Planejamento Anual das Atividades do Sistema de Saúde do Exército (PAASSEx) executado no Exercício Financeiro 2021.
Fonte: Diretoria de Saúde.

3.4.8.2 APOIO DE SAÚDE NA PANDEMIA DE COVID-19

Em 2021, tendo em vista a pandemia de COVID-19, o Exército Brasileiro, por intermédio do Departamento-Geral do Pessoal, coordenou e implementou inúmeros procedimentos de enfrentamento do novo coronavírus, visando desacelerar a sua transmissão, evitar surtos e aumentar a força de trabalho dos militares e civis da área de saúde.

As ações que foram desenvolvidas pelas Regiões Militares do Exército, assim como as suas OM subordinadas e vinculadas, extrapolaram a saúde física, com a atuação na área da saúde mental da Dimensão Humana do EB, com a adoção das seguintes providências:

- canal de informação junto aos integrantes da família militar com mais de sessenta anos, que abrange militares, inativos e reformados, servidores civis aposentados e pensionistas.

- canal de pronto atendimento diário para permitir o apoio psicológico de integrantes da família militar que apresentassem sintomas de ansiedade, angústia, entre outros.

- apoio psicossocial para a equipe de saúde empenhada na linha de frente de combate à COVID 19, visando o fortalecimento da saúde mental e da resiliência desse pessoal.

3.4.9 ASSISTÊNCIA SOCIAL E APOIO A INATIVOS E PENSIONISTAS

O Exército Brasileiro, por intermédio do DGP, tem a responsabilidade de planejar, orientar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades relacionadas ao Serviço de Inativos e Pensionistas do Exército (SvIPEx), ao Sistema de Pessoal Civil do Comando do Exército (SiPeC - EB) e ao Serviço de Assistência Social do Exército (SASEx), a averbação e o cadastramento de tempos de serviço de militares de carreira e inativos, a recontagem de tempo de serviço, a revisão de proventos de militares inativos e controle das nomeações dos Prestadores de Tarefa por Tempo Certo.

O SvIPEx conta atualmente com as Seções do Serviço de Inativos e Pensionistas das 12 Regiões Militares e, ainda, com 120 Organizações Militares com as atribuições de órgão pagador de inativos e pensionistas. Em 2021, o SvIPEx englobou o atendimento ao efetivo atual de 223.943 mil vinculados, distribuídos nos 132 órgãos pagadores de vinculação.

Voltados para esse público, o Exército Brasileiro desenvolve alguns programas que visam à melhoria do apoio social:

Programa de Inativos e Pensionistas do Exército (PIPEx)

O programa visa à busca da modernidade e a melhoria dos serviços prestados aos inativos e pensionistas. A implantação do Sistema SIGA-SIPWEB proporcionou a digitalização dos processos de concessão de pensão militar (habilitação inicial, reversão e transferência de cota parte) para as 12 Seções de Serviços de Inativos e Pensionistas (SSIP) e 120 Órgãos Pagadores de Inativos e Pensionistas (OPI) e a utilização do aplicativo gov.br, para a realização da prova de vida, resultou em 8.110 provas de vida realizadas pelo aplicativo no ano de 2021.

Programa Irmãos de Armas (PIA)

Gerido pela Seção de Inativos e Pensionistas da DCIPAS, foi criado com o objetivo de proporcionar às Organizações Militares com encargos relacionados ao pagamento de inativos e pensionistas meios para ampliar, reformar, modernizar e reaparelhar as instalações da DCIPAS, SIP e OPIP, objetivando rapidez, eficiência e bom atendimento, em todos os serviços prestados.

Em 2021, a DCIPAS descentralizou, por meio do Programa Irmãos de Armas (PIA), um montante de R$ 3,2 milhões, distribuídos em 113 Organizações Militares.

3.4.10 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PESSOAL

AÇÃO	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	5.482.114,000	5.465.107,00	99,7%
Saúde em Operações Militares	733.780,000	733.698,00	100%
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civís, Empregados, Militares e seus Dependentes*	931.943.809,000	932.816.169,00	100%
Movimentação de Militares *	612.827.192,000	614.391.438,00	100%
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos *	57.767.500,000	60.881.816,00	100%
Administração da Unidade	14.893.119,000	14.865.402,00	99,8%
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados e seus Dependentes*	2.091.036.703,000	2.091.261.729,00	100%
Seleção para o serviço Militar e Apresentação da Reserva em Disponibilidade	6.123.495,00	6.112.269,00	99,8%
TOTAL	3.720.807.712	3.726.527.628	100%

Fonte: SIOP em 07 Jan 22

Obs.: (*) – As Ações de Governo cujos valores empenhados estão acima das dotações atualizadas recebidas se devem as variações cambiais dos materiais/serviços contratados no exterior por intermédio da Comissão do Exército Brasileiro em Washington/DC, conforme contratação de câmbio junto ao BC.

3.5 GESTÃO DA LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE

3.5.1 INTRODUÇÃO

O Sistema Logístico Militar Terrestre (SLMT) é um conjunto de ações que busca prever, prover e manter os materiais e insumos para compor a capacidade da Força Terrestre visando responder os seus planejamentos de preparo e emprego. Tem como órgão de direção setorial o Comando Logístico, elemento central do SLMT.

O macroprocesso do Exército Logística é desmembrado nos macroprocessos setoriais finalísticos: Prever Bens e Serviços, Prover Bens e Serviços, Manter Bens e Serviços, Gerir a Prontidão Logística e Fiscalizar Produtos Controlados pelo Exército.

Nesse cenário, o foco é manter a prontidão logística no mais elevado nível possível e reduzir os riscos na manutenção dos fluxos de suprimentos das diversas classes de material, considerando as prioridades e peculiaridades das hipóteses de emprego; aproximar a estrutura logística de paz à de conflito/guerra; e obter a capacidade de sustentar as mobilidades operacional e tática.

Para executar essas ações são utilizados recursos da Lei Orçamentária Anual do COLOG, do Fundo do Exército, da LOA do Estado-Maior do Exército e de Destaques, cuja execução em 2021 consta consolidada na tabela abaixo:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
LOA COLOG	1.364.741.588,17	1.364.731.419,12	99,98%
F Ex	28.025.947,78	28.025.944,95	99,99%
LOA EME	772.199.021,90	772.172.861,96	99,99%
DESTAQUES [1]	74.533.416,26	74.533.416,15	99,99%
TOTAL	2.239.499.974,11	2.239.463.642,18	99,99%

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI (Acesso em 7 Jan 22)

[1] Destaques = transferências de créditos entre unidades gestoras de órgãos de estruturas administrativas. É a descentralização de crédito de um Ministério/Órgão para outro Ministério/Órgão.

3.5.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

O Objetivo Estratégico do Exército 08 (OEE 08) - Aperfeiçoar o Sistema Logístico Militar Terrestre, com suas duas estratégias 8.1- Adequação da estrutura logística do Exército e 8.2- Implantação de uma efetiva gestão logística, teve suas atividades realizadas dentro do Programa Estratégico do Exército Sistema Logístico Militar Terrestre (Prg EE SLMT), cabendo destacar o Projeto Sistema Integrado de Gestão Logística, que atende à estratégia 8.2, constituído por um sistema informatizado de apoio à gestão, concebido com estruturas evolutivas na área de logística, visando apoiar a decisão de forma efetiva na previsão, provisão, manutenção e reversão dos meios e serviços necessários à execução das funções logísticas nas diversas situações de preparo e emprego.

O Índice de aperfeiçoamento do Sistema Logístico Militar Terrestre obteve os seguintes resultados, conforme tabela abaixo:

Treinamento sobre Sistema Integrado de Gestão Logística
Foto: Sd Kevin/5ª RM

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 08

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-08	(Taxa de Desenvolvimento do Sistema Logístico + Taxa de Funcionalidade do Sistema Logístico + Taxa de Execução Orçamentária das Atividades)/3	86,85%	Desempenho de 100% anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO	ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES
1.175.132,00	1.144.604,67	97,4%	83,44% das funcionalidades concluídas

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI, acesso em 24 Jan 22.

3.5.3 PRINCIPAIS ATIVIDADES E RESULTADOS

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DESCRIÇÃO	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO	ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES
Alimentação de Pessoal e Programa de Auditoria em Segurança Alimentar	768.297.103,00	768.297.103,00	100%	Alimentação 100% PASA – 100%
Fardamento	215.018.030,00	215.017.391,39	99,99%	169.693 militares atendidos
Combustível Automotivo	66.823.637,88	66.823.637,88	100,00%	100% das OM atendidas
Munição	275.792.230,00	275.791.398,12	99,99%	100% Regiões Militares atendidas
Remonta e Veterinária	19.823.905,00	19.823.902,62	99,99%	100% das OM atendidas
TOTAL	1.345.754.905,88	1.345.753.433,01	99,99%	-

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI. Acesso em 12 Jan 22.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DESCRIÇÃO	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO	ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES
Material e Equipamentos Militares	101.745.494,00	101.697.096,72	99,95%	100% das OM atendidas
Lubrificantes Automotivo e de Armamento	6.517.708,90	6.176.982,29	94,77%	100% das OM atendidas
Material de Aviação	69.564.278,65	69.549.495,28	99,98%	81,81% das necessidades
TOTAL	177.827.481,55	177.423.574,29	99,77%	-

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI. Acesso em 12 Jan 22.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO	ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES
Transporte	9.590.198,00	9.444.089,74	98,48%	100% das necessidades

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI. Acesso em 12 JAN 22.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO	ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES
Fiscalização de Produtos Controlados	20.000.000,00	19.999.997,17	99,99%	18.169 ações realizadas de Fiscalização e demais finalidades.

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI. Acesso em 12 Jan 22.

O Sistema de Gestão Corporativo (SisGCorp) é uma solução de governança adotada pelo Exército Brasileiro, por meio da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC), que compreende a informatização de processos finalísticos, gerenciais e de apoio utilizados pelos usuários do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados.

Link: http://www.dfpc.eb.mil.br/index.php/conteudo-do-menu-superior/31-dados-abertos/559-sisgcorp

TOTAL DE PROCESSOS GERENCIADOS PELO SISGCORP POR SERVIÇO DISPONIBILIZADO AO CIDADÃO EM 2021

TIPO DE SOLICITAÇÃO	Nº DE PROCESSOS
Concessão de registro	253.178
Autorização de aquisição no Mercado Nacional – CAC	218.574
Guia de Tráfego	278.024
Certificado de Registro de Arma de Fogo - CRAF	138.331
Revalidação de registro	40.201
Apostilamento	41.549
Cancelamento de registro	196
Apostilamento de procuração	60
Total de Processos	970.113

3.6 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

3.6.1 INTRODUÇÃO

O Objetivo Estratégico do Exército (OEE) 01 - Contribuir com a dissuasão extrarregional - envolve ações de transformação, implantação e adequação de organizações militares. A execução é baseada na gestão patrimonial, com controle sobre alteração da atribuição de responsabilidade sobre o Patrimônio da União afetado ao Exército Brasileiro e rigoroso controle sobre as atividades realizadas nestas áreas.

Com a finalidade de prover a gestão patrimonial e da infraestrutura, o Exército Brasileiro dispõe do Departamento de Engenharia e Construção (DEC) que tem sob sua subordinação a Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA).

A DPIMA é responsável por superintender as atividades relacionadas com a administração dos bens imóveis da União jurisdicionados ao Comando do Exército e o patrimônio ambiental nessas áreas.

Para cumprir a missão, utiliza como apoio o Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet) e o Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (SIGPIMA).

3.6.2 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITOSISTEMA DE ENGENHARIA (Prg EE PENSE)

O Programa Estratégico do Exército Sistema de Engenharia (Prg EE PENSE) integra o Subportfólio Estratégico do Exército Geração de Força e concorre para o atingimento dos Objetivos Estratégicos do Exército.

Cabe ainda destacar que o Prg EE PENSE busca ampliar a capacidade operacional do Sistema de Engenharia do Exército para garantir o efetivo apoio de engenharia no emprego da Força Terrestre, em operações militares e nas atribuições subsidiárias, bem como para aperfeiçoar a gestão ambiental das atividades militares no âmbito do Exército.

No âmbito orçamentário, no ano de 2021, o Prg EE PENSE aplicou recursos na ordem de R$ 1,9 milhões, conforme o abaixo especificado:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

OM	META FÍSICA	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
DEC*	Aquisição de material permanente em favor da Gerência do Programa e pacote de trabalho de reuniões, inspeções e visitas técnicas	17.881,53	17.881,53	100%
DOC/2ºBFv*	Construção do Alojamento de alunos, Aquisição de material de Laboratório de Ensaios, manutenção de viaturas e instalações. (Projeto do Centro de Instrução de Engenharia)	186.861,76	186.861,76	100%
DME	Aquisição de material de engenharia	1.487.159,99	1.487.159,99	100%
DPIMA	Planejamento do Sistema e capacitação de pessoal	90.278,79	90.278,79	100%
DME*	Aquisição de Material e Capacitação de Pessoal do Sistema de Gestão de Material Cl VI e Catalogação	20.050,72	20.050,72	100%
2º Gpt E / 6ª Cia E cmb Sl*	Apoio à implantação da 6ª Cia E Cmb Sl	157.395,12	157.395,12	100%
SOMA	-	1.959.627,91	1.959.627,91	100%

Fonte: Sistema Informatizado de Obras de Cooperação - SIOC - 2021.

* LEGENDA:
- DEC: Departamento de Engenharia e Construção.
- DOC/2ºBFv: Diretoria de Obras e Cooperação /2º Batalhão Ferroviário.
- DME: Diretoria de Material deEngenharia.
- DPIMA: Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente.
- 2º Gpt E / 6ª Cia E Cmb Sl*: 2º Grupamento de engenharia / 6ª Companhia de Engenharia de Combate de Selva

ENTREGAS 2021

- Pavilhão de desminagem construído (Pjt CI Eng)
- Materiais para o Laboratório de Ensaios Tecnológicos para o Centro de Instrução de Engenharia (Pjt CI Eng)
- Trajes/acessórios de proteção e equipamentos especializados para operações de desminagem e desativação de dispositivos e artefatos explosivos (Pjt Obt Mat Eng)
- Conformidade Ambiental - VOT às OM e à Força de Ajuda Humanitária- Boa Vista-RR e Pacaraima-RR (Pjt SIGA EB)
- Estágios de Conformador Ambiental (Pjt SIGA EB)
- Estágios de Meio Ambiente (Pjt SIGA EB)
- Pedido de Cooperação de Instrução com a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Pjt SIGA EB)
- Equipamentos de TI para o Sistema de Gestão de Material Cl VI e Catalogação (AC SGM Cl VI/Catalog)
- Materiais e serviços para apoio à implantação da 6ª Companhia de Engenharia de Combate de Selva (AC 6ª Cia E Cmb Sl)

Fonte: Departamento de Engenharia e Construção, 2021.

Na perspectiva socioeconômica, a aplicação de recursos nas instalações relativas ao Projeto Centro de Instrução de Engenharia proporcionará as melhores condições para a capacitação de recursos humanos na área funcional de engenharia, contribuindo para o aumento do grau de aptidão das OM que se valerão de pessoal mais qualificado para o cumprimento das missões.

O Projeto Obtenção de Material de Engenharia tem aplicado recursos para aquisição de material com vistas a aumentar o nível de operacionalidade das organizações militares.

Por outro lado, os recursos aplicados pelo Programa, na continuidade do apoio à implantação da 6ª Companhia de Engenharia de Combate de Selva, permitem que a Força Terrestre eleve a sua presença na área estratégica da Amazônia Legal, aumentando seu poder dissuasório contra ameaças ao proporcionar que aquela área estratégica conte com meios mais adequados para a sua defesa.

3.6.3 RESULTADOS DA GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA

3.6.3.1 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Em atenção às atividades de patrimônio imobiliário e meio ambiente, durante o ano de 2021, a DPIMA apoiou Organizações Militares com recursos orçamentários na ordem de mais de R$ 6 milhões.

O supracitado montante atendeu aos Comandos Militares de Área (C Mil A), possibilitando o cercamento das áreas das OM, contribuindo para a demarcação e segurança dos bens jurisdicionados ao EB.

Em relação ao desfazimento de ativos, foram autorizados os desfazimentos dos seguintes ativos conforme relacionado abaixo, porém ainda não concluídos por estarem a cargo das Regiões Militares (RM) para medidas administrativas subsequentes:

DESFAZIMENTO DE ATIVOS

TIPO DE OPERAÇÃO	Nº DE CADASTRO (NOCAD) DO IMÓVEL	ÁREA (M^2)	QUANTIDADE DE PORTARIAS	BENEFÍCIOS PARA O EXÉRCITO
Reversão	10 cadastros	1.037.078.264	5	• Ampliação das instalações de hospitais, promoção de duplicação de rodoviárias de interesse público. • Possibilitar a destinação de áreas em desuso a outros órgãos públicos da Administração Direta ou Indireta, Estados ou Municípios, a critério da RM.
Transferência de Jurisdição	2 cadastros	2.100	2	• Estação de apoio ao Sistema de Radar. • Destacamento da capitânia fluvial da Amazônia Ocidental.

Construção da Infraestrutura da nova sede da 17ª Bda Inf Sl
Foto: 5º BEC

TIPO DE OPERAÇÃO	Nº DE CADASTRO (NOCAD) DO IMÓVEL	ÁREA (M²)	QUANTIDADE DE PORTARIAS	OBSERVAÇÃO (todas as reestruturações patrimoniais executadas prezam pelo equilíbrio patrimonial)
Alienação	10 cadastros	75.000	6	Modalidade: permuta com contrapartidas 68 Unidades Habitacionais (PNR - casas e apartamentos) e benfeitorias, destinadas à Nova Sede do 5º Batalhão de Suprimento.

Cabe destacar que não houve locação de imóveis e equipamentos relativos à administração predial, nem mudanças e desmobilizações relevantes.

3.6.3.2 OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE ORGANIZAÇÕES MILITARES E PRÓPRIO NACIONAL RESIDENCIAL (PNR)

Em 2021, o Sistema de Obras Militares gerenciou obras e serviços de engenharia realizados em Organizações Militares e em Próprios Nacionais Residenciais (PNR) dos Comandos Militares de Área (C Mil A), que abrangem todo o território nacional.

Os PNR são edificações utilizadas com a finalidade específica de servir de residência para os militares da ativado Exército.

Os recursos empregados foram provenientes dos Programas Estratégicos do Exército e de ações orçamentárias destinadas à modernização e manutenção das benfeitorias da Força Terrestre.

Reforma de Próprios nacionais Residenciais em Belém-PA
Foto: CMN

Construção de Próprios nacionais Residenciais em Belém-PA
Foto: CMN

Construção do Pavilhão Pedagógico no Colégio Militar de Belém-PA
Foto: CMN

Ampliação da Base de Administração e Apoio do CMN
Foto: CMN

O quadro a seguir mostra a quantidade de obras e serviços realizados em 2021:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO	QNT DE OBRAS REALIZADAS
295.751.653,39	295.751.653,39	100%	770 (sendo 61 PNR)

Fonte: Departamento de Engenharia e Construção, 2021.

MATERIAL DE ENGENHARIA

O montante de recursos aplicados com as principais iniciativas relativas ao material de engenharia, em 2021, foi de R$ 22,1 milhões, conforme discriminação abaixo:

RECURSOS APLICADOS EM MATERIAL DE ENGENHARIA EM 2021

	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
Aprestamento das Forças	10.053.783,40	10.053.783,40	100%
Modernização das Organizações Militares de Engenharia do Exército	12.046.741,85	12.046.713,91	99,99%
SOMA	22.100.525,25	22.100.497,31	99,99%

Fonte: Departamento de Engenharia e Construção, 2021.

Foram adquiridos mais de 535 itens de material de emprego militar, como betoneira, embarcação empurradora - rebocadora, geradores, GPS, motores de popa, retroescavadeira, salva-vidas, torres de iluminação e trator de esteira, sendo alguns com viés dual, contribuindo para o aquecimento da economia.

Pela variedade e dualidade dos itens adquiridos, associados ao alcance geográfico delimitado, o recompletamento e a renovação de MEM provocam melhorias na capacidade operativa da força militar e potencializa condições mais favoráveis da participação do Exército em ações subsidiárias, especialmente as voltadas para a Defesa Civil.

3.7 GESTÃO DA INFORMAÇÃO

3.7.1 INTRODUÇÃO

O arcabouço normativo que trata da informação no Exército Brasileiro parte de seu documento base, a Política de Informação do Exército (EB10-P-01.006), aprovada pela Portaria do Comandante do Exército nº 856, de 12 de junho de 2019. Ela define a Governança da Informação como mecanismos de liderança, de estratégia e de controle colocados em prática para avaliar, para direcionar e para monitorar a gestão da informação para alcançar os objetivos nela definidos.

3.7.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

No âmbito do EB, a gestão estratégica da informação está vinculada, no Planejamento Estratégico do Exército, ao Objetivo Estratégico do Exército 07 (OEE 07) – Aprimorar a Gestão Estratégica da Informação.

O indicador de desempenho do OEE 07 é materializado por intermédio do Indicador de Aprimoramento da Gestão Estratégica da Informação (IR 07) e obteve resultado de 82,63% em 2021.

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 07

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-07	(Índice de estruturação da gestão estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicações + Índice de reorganização do SINFOEx + Índice de aperfeiçoamento da infraestrutura do Sistema de Comando e Controle do Exército) / 3	82,63%	Desempenho de 100% anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército.

3.7.3 GOVERNANÇA E GESTÃO DE TI

O modelo de governança de Tecnologia da Informação do EB é alinhado ao seu modelo de governança corporativa e tem como sua máxima instância o Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército (CONTIEx). Para assessorar tecnicamente o CONTIEx, foi constituído o Comitê Técnico de Tecnologia da Informação (COMTEC-TI).

A Portaria nº 1.545-C Ex, de 30 de junho de 2021, aprovou a Política de Tecnologia da Informação e Comunicações do Exército (EB10-P-01.000), a qual estabelece objetivos e orientações gerais para o Exército Brasileiro acerca da condução da Governança da Tecnologia da Informação e Comunicações. A Política de TIC do EB tem por objetivo orientar o desenvolvimento de ações para: dotar o EB de soluções de TIC atualizadas e eficazes, com autonomia e redução crescente da dependência externa; assegurar a disponibilidade das soluções tecnológicas; assegurar a capacidade de atuação no espaço cibernético com liberdade de ação; e racionalizar meios.

Em sua estrutura organizacional, o DCT dispõe da Chefia de Tecnologia da Informação e Comunicações (Ch TIC), a qual coordena a atuação de quatro Organizações Militares subordinadas, a saber:

- Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS);
- Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx);
- Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército -(Cmdo COMGEEx); e
- Diretoria do Serviço Geográfico (DSG).

Para executar as diversas atividades relacionadas, cuja execução orçamentária consta na tabela abaixo:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
52.909.943,00	52.903.830,35	99,98%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Banco de imangens Adobe Stock

3.7.4 DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS COMPUTACIONAIS CORPORATIVOS

O CDS tem a missão de conceber, de analisar, de desenvolver, de integrar, de aperfeiçoar, de avaliar, de manter e de sustentar produtos de software e estruturas de dados de sistemas corporativos de interesse do EB, suportando cada ciclo de vida de software para o EB.

Para a execução das suas atividades em 2021, o CDS aplicou os recursos recebidos conforme detalhado a seguir:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
4.188.941,00	4.188.866,59	99,99%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Foto: Banco de imangens Adobe Stock

ENTREGAS 2021

- Aperfeiçoamento do aplicativo para o apoio à tomada de decisão nas movimentações de militares entre as diversas guarnições do EB no território nacional
- Integração dos certificados militares com o app gov.br
- Disponibilização de novos dados no processo de extração e disponibilização de dados externos de interesse corporativo (SIAFI, SIASG, SISGRU, Tesouro Gerencial e Portal da Transparência)
- Instalação da nova plataforma de hardware e software para EBCORP e começo da migração de dados
- Sistema Gerenciador do Campo de Batalha (SGCB), que permite à tropa embarcada em viaturas acompanhar a evolução das operações e a geolocalização das forças amigas
- Aplicação para comunicações de dados em longas distâncias por meio da Rede Rádio Fixa do EB, útil em cenários de desastres naturais e calamidades públicas
- Fornecimento do sistema Pacificador para a Força Aérea Brasileira, possibilitando o acompanhamento das Operações Terrestres realizadas por aquela Força Singular
- Confecção de painéis de indicadores e dashboards relacionados à COVID-19, visando ao assessoramento ao chefe do DGP com informações diárias de casos, recuperações e óbitos
- Desenvolvimento e implementação de novo algoritmo criptográfico simétrico de estado, permitindo o robustecimento da biblioteca criptográfica do Exército Brasileiro e a proteção de informações classificadas e sensíveis de sistemas corporativos e de inteligência
- Aquisição de solução para análise estática e dinâmica de código fonte de sistemas corporativos de interesse da F Ter, permitindo o desenvolvimento seguro de aplicações dentro do ciclo de vida de software para o EB

3.7.5 SISTEMA ESTRATÉGICO DE COMANDO E CONTROLE

O Centro Integrado de Telemática do Exército tem a missão de proporcionar as bases física e lógica para o funcionamento do Sistema Estratégico de Comando e Controle do Exército (SEC^2Ex), sua integração ao Sistema de Comando e Controle da Força Terrestre (SC^2FTer) e ao Sistema Militar de Comando e Controle ($SISMC^2$), bem como explorar, manter e realizar o gerenciamento técnico do Sistema Estratégico de Comunicações do Exército, com o adequado nível de segurança da informação.

Para o cumprimento de sua missão, o CITEx dispõe de doze Organizações Militares Diretamente Subordinadas (OMDS), denominadas Centros de Telemática de Área (CTA) e Centros de Telemática (CT), as quais se situam nas sedes dos Comandos Militares de Área e das Regiões Militares.

Em 2021, o CITEx desenvolveu diversos projetos e processos:

1) Manutenção, modernização e expansão da Rede de Dados Corporativa do Exército (EBNet), composta por uma rede nacional, redes regionais e redes metropolitanas,

2) Melhoria contínua dos serviços de TIC prestados a todas as Organizações Militares do Exército, incluindo:

- acesso à Internet corporativa;
- telefonia corporativa;
- correio eletrônico;
- acesso à EBNet via Virtual Private Network (VPN);
- videoconferência;
- hospedagem de páginas de Internet das OM;
- hospedagem de sistemas corporativos e regionais do EB em data centers dos CTA/CT;
- aperfeiçoamento da infraestrutura de proteção cibernética da EBNet e dos aludidos data centers e a capacitação de pessoal na área de TIC.

Para tanto, o CITEx aplicou, em 2021, um total de R$ 34,9 milhões da AO 20XE, sendo R$ 6,8 milhões na operação e hospedagem de serviços de TI e R$ 28,1 milhões na operação das comunicações estratégicas.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
34.917.674,00	34.916.648,25	99,99%

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.7.6 PROGRAMA AMAZÔNIA CONECTADA

Dentre todos os projetos e programas nos quais o CITEx está inserido, destaca-se o Programa Amazônia Conectada (PAC), que é uma iniciativa conjunta dos Ministérios da Defesa, das Comunicações e da Ciência, Tecnologia e Inovação, com a finalidade de expandir a infraestrutura de comunicações na região da Amazônia Ocidental, visando contribuir para a implementação de políticas públicas pelos Governos Federal e do Estado do Amazonas, sobretudo nas áreas de educação, saúde, defesa, segurança pública e turismo.

No contexto do PAC, coube ao EB implantar a infraestrutura óptica subfluvial nos leitos de rios da região amazônica, tendo sido executadas três fases desse projeto até o momento. Em 2021, foram lançados mais de 620 km de cabos ópticos subfluviais no Rio Negro, no trecho de Barcelos (AM) a São Gabriel da Cachoeira (AM), passando por Santa Isabel do Rio Negro (AM). Como resultado, a rede do PAC totaliza atualmente cerca de 1.800 km de cabos ópticos subfluviais já lançados e em plena operação nos Rios Negro (Manaus até São Gabriel da Cachoeira) e Solimões (Manaus até Tefé).

Plataforma de lançamento de cabos de fibra óptica subfluviais no Rio Negro
Foto: CMA

3.7.7 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO LUCERNA (Prg EE LUCERNA)

O Prg EE LUCERNA visa transformar o Sistema de Inteligência do Exército (SIEx), incrementando sua capacidade de obtenção de dados, adaptando e/ou criando Organizações Militares vocacionadas para a Inteligência de Combate e aumentando as capacidades de obtenção e análise.

Para tanto, o programa enquadra 3 projetos: Ares, Atena e Hermes.

Projeto ARES: transformação das atuais estruturas de Inteligência Militar (IM):

- reestruturar os Órgãos de Inteligência (OI) e as Agências de Inteligência (AI) dos Comandos Militares de Área, Divisões de Exército (DE) e Brigadas (Bda), com base nos conceitos de flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade (FAMES);
- ampliar de forma progressiva e seletiva – a capacidade de monitoramento/controle e apoio à decisão, por meio da transformação faseada dos atuais OI em OM Intlg;
- rever e atualizar os Quadro de Organização (QO) dos OI do SIEx, propondo a sua transformação para novas estruturas de OM Intlg;
- reequipar os OI de forma a ampliar a capacidade de atuação na proteção da sociedade e na prevenção às ações terroristas, tanto em apoio às operações de guerra quanto às de não guerra (Garantia de Lei e da Ordem e ações subsidiárias, dentre outras), participando de operações interagências, conjuntas ou isoladas.

Foto: Banco de imangens Adobe Stock

Projeto ATENA: Capacitação na área de Inteligência Militar:

- finalizar as novas instalações da Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIMEx);

- incrementar o ensino da disciplina IM nos estabelecimentos de ensino do EB, com ênfase para as escolas de formação, aperfeiçoamento e altos estudos;

- proporcionar um aumento quantitativo/qualitativo na capacitação dos recursos humanos para o SIEx.

Projeto HERMES: estrutura de TIC:

- otimizar a estrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do Sistema de Inteligência do Exército (SIEx) com a modernização dos meios de obtenção e análise de dados oriundos das fontes tecnológicas (de sinais, de imagens e de cibernética);

- ampliar a segurança e a capacidade de armazenamento de dados do SIEx.

- aperfeiçoar o processo de apoio à decisão por meio da integração das estruturas de obtenção de dados às estruturas de análise;

- capacitar pessoal em equipamentos e ferramentas de TI, Comando e Controle, e de Inteligência de Imagens, Sinais e Cibernética;

- implantar novas soluções de TI que permitam ampliação qualitativa e quantitativa da capacidade de análise do CIE e do SIEx; e

- aumentar a capacidade de exploração de dados de cibernética das Organizações Militares de Inteligência (OM Intlg).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
14.126.403	14.107.138	99,9 %

Fonte: Tesouro Gerencial

ENTREGAS 2021
PROJETO ARES • Implantação do Núcleo do 1º BIM • Contratação do projeto de implantação do Núcleo do 4º BIM
PROJETO ATENA • Inauguração das novas instalações da EsIMEx • Aquisição de equipamentos e sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), para ampliação da capacitação de formação de recursos humanos da EsIMEx
PROJETO HERMES • Modernização dos equipamentos de TIC dos Sistemas de Gerenciamento do Conhecimento do Sistema de Inteligência do Exército (SIEx) • Contratação de serviços de sistemas de inteligência de fontes abertas. • Contratação de serviços de manutenção do sistema de gerenciamento do conhecimento

3.7.8 SISTEMA DE COMANDO E CONTROLE DA FORÇA TERRESTRE

O Sistema de Comando e Controle (C^2) é o conjunto de instalações, equipamentos, sistemas de informação, comunicações, doutrinas, procedimentos e pessoal essenciais para o decisor planejar, dirigir e controlar as ações das suas 12 organizações.

O Cmdo Com GE Ex tem por missão gerar e gerir as capacidades operativas de comunicações, de guerra eletrônica e de guerra cibernética em proveito da F Ter, cooperando, ainda, na capacitação de recursos humanos, na formulação doutrinária e em operações, além de realizar a gestão do material de comunicações (conjunto de sistemas e equipamentos de emprego militar que possibilitam a transmissão de dados e informações, conferindo a capacidade de coordenação e de operação aos Comandos Militares).

Esse sistema enquadra OMDS que são responsáveis pelos procedimentos de logística do material de comunicações (Base Adm CCOMGEX), pelo ensino de Comunicações e de Guerra Eletrônica (Escola de Comunicações e Centro de Instrução de Guerra Eletrônica) e pelo emprego operacional (1º Batalhão de Guerra Eletrônica e Companhia de Comando e Controle).

Foram realizados investimentos para aquisição e manutenção de suprimentos e de equipamentos de comunicações, para o transporte e desembaraço aduaneiro dos suprimentos e dos equipamentos adquiridos pela Comissão do Exército Brasileiro em Washington (CEBW), os quais foram distribuídos pelas OM situadas em todo o território nacional.

Em 2021, foram disponibilizados os recursos constantes no gráfico abaixo:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
9.786.753,00	9.786.714,86	99,99%

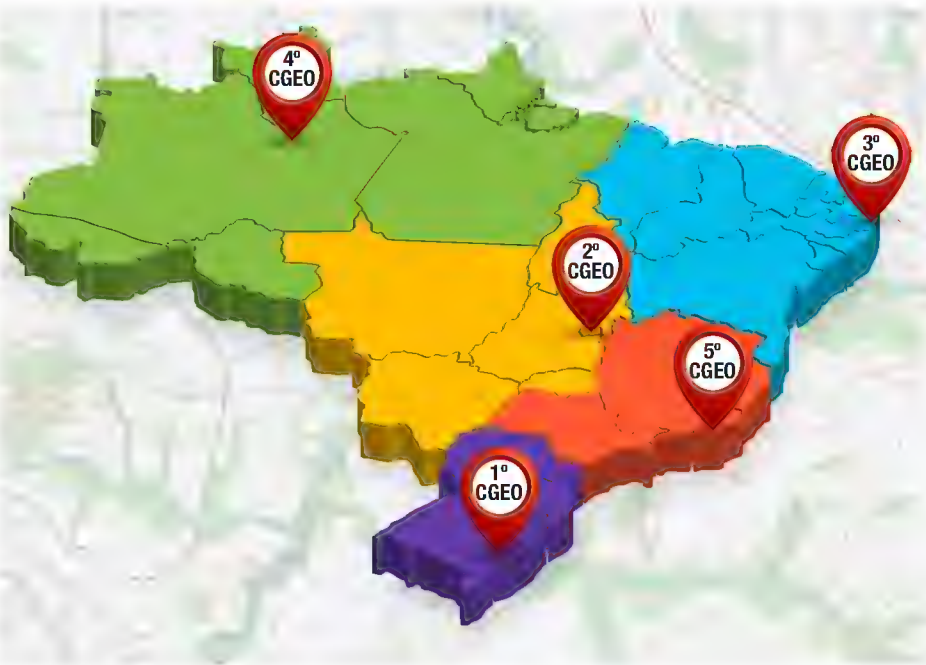
Fonte: Tesouro Gerencial do SIAFI

Fonte: Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicações
Foto: 1º Sgt Sionir/CCOMSEx

3.7.9 GEOINFORMAÇÃO

A Geoinformação de interesse do EB é produzida pela Diretoria de Serviço Geográfico (DSG), a quem compete administrar, obter e prover as atividades a ela relacionadas, bem como a elaboração de normas técnicas, a capacitação de recursos humanos e a gestão de materiais técnicos nas áreas de sua competência.

Para cumprir sua missão, a DSG dispõe de cinco OMDS, ou Centros de Geoinformação (CGEO), distribuídas no território nacional da seguinte forma:

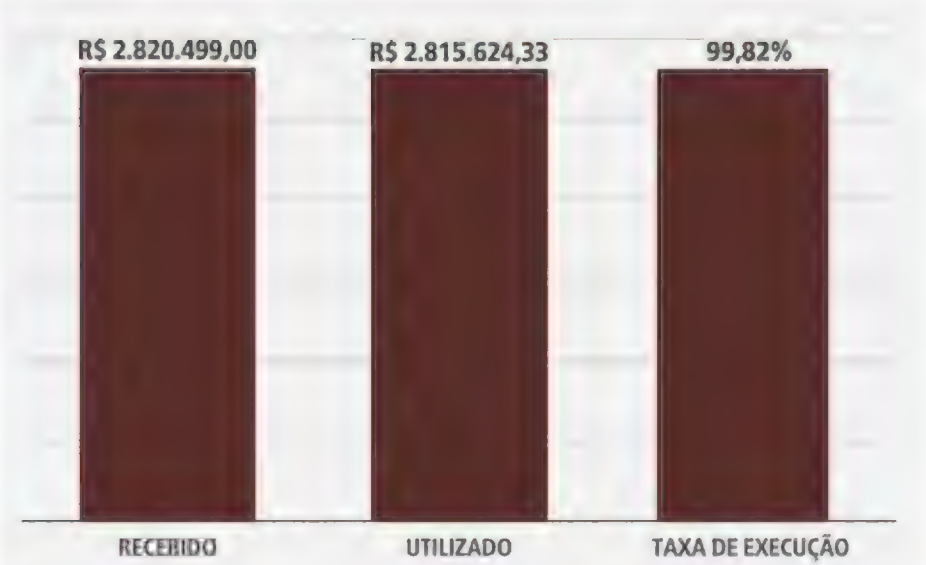
DISTRIBUIÇÃO DOS CENTROS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA VINCULADOS À DSG

A DSG executou levantamentos topográficos e elaborou peças técnicas em áreas patrimoniais do EB nas cidades de Resende (RJ), de Marabá (PA), de Altamira (PA), de Rio de Janeiro (RJ), de Niterói (RJ), de Petrópolis (RJ) e de Manaus (AM), além de mapas temáticos de municípios do Estado de Pernambuco.

No contexto do provimento de Geoinformação, ressalta-se o papel do Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEx). Atualmente, estão disponibilizados no BDGEx mais de 26.000 produtos de Geoinformação, que buscam atender às necessidades de seus mais de 40.000 usuários, o que comprova o valor desse importante sistema corporativo para o EB.

Ademais, o BDGEx tem fornecido dados aos diversos Sistemas Operativos da Força Terrestre, como o Pacificador, C2 em Combate, Gênesis, SIMAF (Simulador de Apoio de Fogo), SIS-ASTROS (Simulador Integrado do Sistema Astros) e Bombarda (Simulação de Artilharia de Campanha).

No intuito de contribuir para o planejamento e condução de operações militares, a DSG também tem disponibilizado dados meteorológicos no BDGEx. Por meio do uso de serviços web, estão sendo fornecidos dados de crepúsculo (náutico e civil), fases da lua, condições atmosféricas e previsão do tempo para todo o território nacional, o que permite o acesso aos elementos meteorológicos mais relevantes para as Operações Terrestres.

ENTREGAS 2021		
PRODUTOS	**ESCALA**	**REGIÃO**
02 plantas topográficas	1:10.000	Pelotões de Fronteira da Amazônia
09 cartas topográficas	1:25.000	Distrito Federal
04 cartas topográficas	1:25.000	Centro de Instrução e Operações da Caatinga
56 cartas topográficas	1:50.000	Roraima
49 cartas ortoimagens	1:50.000	Mato Grosso do Sul
Levantamentos Topográficos e Elaboração de Peças Técnicas (Áreas Patrimoniais)	Diversas	Marabá e Altamira (PA); Resende, Niterói Petrópolis e Rio de Janeiro (RJ); Manaus (AM)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Fonte: Tesouro Gerencial do SIAFI

Levantamento Topográfico na área do 7º BIMtz
Foto: 3º CGEO

3.8 PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

3.8.1 INTRODUÇÃO

As estratégias de desenvolvimento e de defesa apresentam uma crescente dependência em relação à inovação, em especial à tecnológica, em virtude da necessidade de se acompanhar o processo de globalização em curso. Vencer esse desafio é condição necessária para o aumento da produtividade, para o crescimento econômico e para a autonomia em áreas sensíveis à Defesa Nacional.

Produtos e serviços relacionados à defesa possuem uma elevada demanda de ciência, tecnologia e inovação em amplo espectro. Em consequência, a sinergia na área de inovação entre instituições civis e militares pode se tornar um catalisador de efetiva e eficiente utilização dos recursos públicos, amplificando os potenciais benefícios. Nos últimos anos, a transformação no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército Brasileiro tem gerado um ambiente favorável à inovação, fortalecendo a Base Industrial de Defesa do Brasil e, particularmente, intensificando a integração e a cooperação entre academia, governo e empresas.

Nesse contexto, o Departamento de Ciência e Tecnologia apresenta soluções científico-tecnológicas em favor das diversas capacidades da Força Terrestre e garante a autonomia nas atuações nas áreas cibernética e de guerra eletrônica, amplificando o poder de combate, alinhando-se, dessa forma, às políticas, aos planejamentos e às diretrizes estratégicas do Exército Brasileiro.

3.8.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

As prioridades de Pesquisa e Desenvolvimento estão estabelecidas no Objetivo Estratégico do Exército – 09 (OEE 09) - Aperfeiçoar o sistema de ciência, tecnologia e inovação, que visa implantar uma cultura de inovação, de pesquisa, de desenvolvimento, de produção, de modernização, de revitalização e de avaliação de Produtos de Defesa, de forma a assegurar o domínio e obtenção de tecnologias críticas e/ou sensíveis de uso restrito.

No que se refere à Cadeia de Valor Agregado do EB, o aperfeiçoamento do Sistema de Ciência e Tecnologia e Inovação do Exército encontra-se vinculado ao Macroprocesso da Gestão Interna CVA 3.13 (Ciência, Tecnologia e Inovação).

O indicador de desempenho do OEE 09 – indicador de aperfeiçoamento do Sistema de Ciência e Tecnologia e Inovação do Exército teve um resultado de 87,59% no ano de 2021.

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 09

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-09	[(Índice de Atualização da Normatização do SCTIEx x 18) + (Índice de Reestruturação do SCTIEx x 8) + (Índice de Capacitação do Corpo Técnico x 14) + (Índice de Modernização Laboratorial do SCTIEx x 16) + (Índice de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação de PRODE/SMEM x 38) + (Índice de Contribuição do SCTIEx para o Dsv/Reorganização da BID x 6)] /100	87,59%	Desempenho de 100% anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército.

3.8.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

Para executar as atividades relacionadas à Pesquisa Desenvolvimento e Inovação (PD&I), são utilizados recursos das Ações Orçamentárias (AO) 20XJ-Desenvolvimento Tecnológico do Exército e 2A82-Prestação de Ensino de Graduação e Pós Graduação no Instituto Militar de Engenharia, apresentada nos itens subsequentes:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
Desenvolvimento Tecnológico do Exército	17.561.096,00	17.558.870,24	99,98%
Ensino de Graduação e Pós Graduação no Instituto Militar de Engenharia	10.236.087,00	10.236.044,12	99,99%

Fonte: Tesouro Gerencial do SIAFI

3.8.3.1 GESTÃO DA INOVAÇÃO

A Agência de Gestão e Inovação Tecnológica (AGITEC) tem como missão apoiar o gerenciamento da inovação, no contexto do Sistema de Ciência Tecnologia e Inovação do Exército (SCTIEx), realizar estudos de prospecção tecnológica, promover a gestão do conhecimento científico-tecnológico, gerir a propriedade intelectual do Exército, estimular o desenvolvimento de um ambiente favorável à inovação, apoiar o Sistema Defesa, Indústria e Academia de Inovação (SisDIA) de Inovação e realizar pesquisa científica básica e aplicada nas áreas finalísticas de gestão da inovação tecnológica.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
295.100,00	295.099,02	99,99%

Fonte: Tesouro Gerencial do SIAFI

Foto: Banco de imangens Adobe Stock

ENTREGAS 2021
PROPRIEDADE INTELECTUAL (PI): • Propriedade Intelectual (PI): • 9 pareceres de conveniência de proteção de tecnologia elaborados • 2 pedidos de patentes depositados • 2 registros de desenho industrial depositados • 1 programa de computador registrado junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) • 1 marca registrada junto ao INPI
PARECERES SOBRE PI: • Produção de morteiros 120mm • Acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação entre o Centro de Avaliações do Exército (CAEx) e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CpqD) • Investigação científica em águas jurisdicionais brasileiras • Pedido de remessa de patrimônio genético e a apreciação dos aspectos de propriedade intelectual e recolhimento de royalties, na negociação e comercialização de viaturas VBTP-MR Guarani, com seus sistemas integrados
• Lançamento de dois e-books com os projetos submetidos aos PremIA 2019 e PremIA 2020
• Estágio Básico de Gestão da Inovação (EBGI), no Portal de Educação do Exército, na modalidade online
• Desenvolvimento de projetos de gestão do conhecimento em ciência e tecnologia
PROSPECÇÃO E INTELIGÊNCIA TECNOLÓGICA: • Elaboração do sumário de informações e previsões tecnológicas • Elaboração de sumário de informações doutrinárias de ciência e tecnologia • Confecção de grande quantidade de relatórios de informações tecnológicas

3.8.3.2 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS E MATERIAIS DE EMPREGO MILITAR (SMEM)

O EB desenvolve pesquisa científica e experimental, por meio do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército. O Centro Tecnológico do Exército, promove o assessoramento científico e tecnológico e aplica o conhecimento, visando à obtenção de Produtos de Defesa de interesse do Exército e do Ministério da Defesa, incluindo PRODE de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN).

Os recursos para a atividade finalística do CTEx são oriundos da Ação Orçamentária 20XJ. Também há convênios e parcerias com fundações e órgãos de fomento à pesquisa (destacando-se a Fundação de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Exército Brasileiro - FAPEB, o BNDES e a FINEP), além daqueles provisionados pelos Programas Estratégicos do Exército e pelo Ministério da Defesa.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
7.797.519,00	7.797.392,79	99,99%

Fonte: Tesouro Gerencial do SIAFI

Fonte: Equipe do Projeto RDS-Defesa

ENTREGAS 2021
• Protótipo do Terminal Integrado de Dados em HF (TID-HF) • Estabelecimento de um link em HF, entre Campinas-SP e Rio de Janeiro-RJ, no escopo do Rádio definido por Software (RDS) da defesa • Testes ambientais dos novos protótipos da versão veicular do RDS-Defesa (Protótipo Alfa do RDS-Defesa) • Realização da Prova de Conceito, Modelagem e Arquitetura de Forma de Onda LongTermEvolution (LTE) 700MHz • Realização das Provas de Conceito relativas aos Projetos Visão Noturna Digital (VNDigital) e do Sistema de Veículos Terrestres Remotamente Pilotados (SVTRP)
ASSESSORAMENTO TÉCNICOS: • 24 relatórios de avaliações técnicas de Empresas de Defesa (ED) e de Empresas Estratégicas de Defesa (EED) produzidos • 74 pareceres de avaliação e categorização de Produtos de Defesa
DEFESA QUÍMICA, BIOLÓGICA, RADIOLÓGICA E NUCLEAR: • Certificação Internacional da Organização para a Proibição de Armas Químicas ao Laboratório de Análises Químicas (LAQ) do Instituto de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear, tornando o Brasil o segundo País do Hemisfério Sul e primeiro da América Latina a obter tal certificação • Apreciação técnica de equipamentos e materiais DQBRN em apoio a outras instituições • Realização do Estágio Básico de Resposta a Emergências QBRN e do Estágio Avançado de Proteção Radiológica para Oficiais do Serviço de Saúde do EB • Participação em intercâmbio científico com outras Instituições de Ciência e Tecnologia DQBRN (Defesa Química com o Combat Capabilities Development Command- CCDC do Exército dos EUA) • Reunião de Peritos na Convenção para a Proibição de Armas Biológicas (CPAB) • Participação no Adestramento Conjunto Específico em DQBRN

3.8.3.3 TESTE E AVALIAÇÃO DE SMEM E PCE

Para a atividade de Teste & Avaliação (T&A) de Sistemas e Materiais de Emprego Militar (SMEM) e Produtos Controlados pelo Exército (PCE), o EB possui o Centro de Avaliação do Exército (CAEx), que tem a missão de orientar, planejar, coordenar, controlar e executar testes e avaliações de SMEM, de PCE e de materiais de interesse militar, de forma eficiente, responsável e inovadora, para fornecer informações essenciais à tomada de decisão do Comando do Exército, garantir a segurança da sociedade e contribuir com a Defesa Nacional.

Em 2021, o DCT aplicou os recursos recebidos das suas Ações Orçamentárias, conforme tabela abaixo:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
5.045.473,00	5.045.467,59	99,99%

Fonte: Tesouro Gerencial do SIAFI

ENTREGAS 2021

- 6 avaliações de SMEM executadas
- 93 avaliações de PCE executadas
- 16 colaborações técnicas executadas, prestadas a outros órgãos e às empresas da BID
- Modernização das instalações laboratoriais nas áreas de veículos militares, de balística e de ensaios e análise de materiais
- Capacitação dos recursos humanos em T&A

3.8.3.4 FABRICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Para as atividades de fabricação e desenvolvimento, o EB conta com a Diretoria de Fabricação (DF), cuja missão é gerenciar as atividades relativas à produção, à revitalização, à repotencialização, à manutenção no nível industrial, à modernização e à nacionalização de SMEM, em proveito da Força, promovendo o relacionamento do SCTIEx com a Base Industrial de Defesa (BID).

A DF possui 3 Arsenais de Guerra subordinados, situados nas cidades do Rio de Janeiro- RJ, São Paulo- SP e General Câmara- RS, que constituem o Sistema de Fabricação do Exército (SisFab).

Em 2021, a DF aplicou os recursos recebidos da Ação Orçamentária 20XJ, conforme o gráfico abaixo:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
1.560.667,00	1.560.583,36	99,99%

Fonte: Tesouro Gerencial do SIAFI

Sistema Transportável para Rastreio de Engenhos em Voo (STREV)
Foto: EPEx

ENTREGAS 2021

- 15 Viaturas Blindadas Multitarefa Leve Sobre Rodas 4x4 (VBMT-LSR 4x4) obtidas
- Apoio técnico na obtenção de protótipos da Viatura Blindada de Transporte de Pessoal-Média Sobre Rodas (VBTP-MSR) Guarani com implementos de engenharia
- Manutenção de 2 sistemas de armas UT30BR, em parceria com a empresa ARES
- Estágios de manutenção de 2º e 3º Esc Armt P (Obuseiros 105 mm 101 e 155 mm M114), Estágio de Manutenção e Operação da Sistema de Armas UT30 BR e Estágio de Manutenção de 1º e 2º Esc Mrt 81 mm e 120 mm
- Manutenção de 8 Obuseiros
- 33 Mrt Me Acg 81 mm e Revitalização de 39 Mrt P 120 M2A1 R fabricados
- 1 Passadeira Flutuante de Alumínio e de 350 Redes de Camuflagem fabricados
- Manutenção de 819 Fz FAL 7,62 mm, 32 EVN e 54 Rádios PRC 910

Viatura Blindada Multitarefa Leve Sobre Rodas 4x4 (VBMT-LSR 4x4)
Foto: 1º Sgt SIONIR/CCOMSEX

3.8.3.5 ENSINO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

O aperfeiçoamento da formação do Oficial Engenheiro Militar se deu por meio da implantação de um conjunto de boas práticas no ensino de Engenharia. Tais práticas, permitiram a ocorrência de iniciativas no ensino e tiveram resultados de relevância internacional como:

- a "RoboIME", equipe formada por Alunos do IME que conquistou, em 2021, o vice-campeonato mundial na categoria "Small Size League" (SSL) de futebol de robôs da Robocup, consórcio de universidades de 140 países. A competição utiliza a temática lúdica de um jogo de futebol como motivação para que equipes multidisciplinares desenvolvam eletrônica embarcada, mecânica de precisão e algoritmos de programação para a tomada de decisão em tempo real em um ambiente hostil;

- a Eco IME Racing, equipe formada por Alunos do IME, sagrada vencedora nas Américas e no mundo, da etapa da Shell Eco-Marathon 2021. A competição reuniu mais de 50 equipes, que deveriam enviar um filme ou animação de 30 segundos, respondendo à questão "como deve ser a mobilidade no seu futuro?"; e

- o MEC divulgou, em 2021, o resultado do Índice Geral de Cursos (IGC) de 2019, onde o IME obteve o quarto maior IGC do País, sendo o maior dentre instituições públicas e o maior dentre escolas de engenharia.

O IME proporcionou, em 2021, a formação acadêmica nos níveis de graduação e de pós-graduação, conforme tabela abaixo:

FORMAÇÃO ACADÊMICA DO IME EM 2021

CURSO	TIPO	QUANTITATIVO
PÓS-GRADUAÇÃO	Mestres	76
	Doutores	22
GRADUAÇÃO	Ativa	83
	Reserva	20

laboratório de mecatrônica do IME
Foto: Cap Edvaldo/CCOMSEX

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA IME

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
10.236.087,00	10.236.044,12	99,99%

Fonte: Tesouro Gerencial do SIAFI

3.8.3.6 OBTENÇÕES QUE ENVOLVAM PD&I

Para as atividades de obtenções de Sistemas e Material de Emprego Militar que envolvam PD&I, o EB conta com a Diretoria de Sistemas e Material de Emprego Militar (DSMEM) e visa ao estabelecimento de uma vertente de material com os propósitos de fortalecer o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército como vetor chave para a transformação do Exército e de padronizar as obtenções de SMEM de elevada complexidade tecnológica, a cargo do DCT.

As demandas advindas dos Programas Estratégicos do Exército, alinhadas com o Objetivo Estratégico do Exército 9 - Aperfeiçoar o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação, incluem projetos de obtenções de SMEM que envolvem PD&I, ocasionando um incremento com contratações específicas. As contratações, para que tenham qualidade e segurança jurídica, exigem pessoal especializado, processos modelados e consolidados, para cumprir com o propósito da diretoria.

Apronto operacional - Operação CORE
Foto: Sd Lucas Almeida/CCOMSEX

Em 2021, a DSMEM, ainda em fase de implantação, aplicou os recursos recebidos da Ação Orçamentária 20XJ, na adequação e melhoria das instalações, aquisição de equipamentos e na constante capacitação do pessoal.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DSMEM

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
377.070,00	376.812,01	99,93%

Fonte: Tesouro Gerencial do SIAFI

ENTREGAS 2021
• Gestão do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 19-EME-029-00/CCOpMv, que trata da elaboração do Centro de Coordenação de Operações Móvel (CCOpMv), do Prg EE PROTEGER • Gestão do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 20-EME-003-00/SIS-ASTROS/ GMF, que trata da segunda fase do Simular Virtual Tático (SVTat), do Prg EE ASTROS 2020 • Propostas Modelo de Obtenção (PMO) a seguir • Projeto Modernização da Viatura Blindada de Reconhecimento Média Sobre Rodas (VBR MSR) Cascavel, do Programa Obtenção da Capacidade Plena (OCOP) • Projeto Obtenção da Viatura Blindada de Combate de Cavalaria (VBC Cav), do Prg EE GUARANI • Projeto Viatura Blindada de Combate Obus Autopropulsado 155mm Sobre Rodas (VBC OAP 155mm SR), do Subprograma Sistema de Artilharia de Campanha (SAC) • Obtenção dos Binóculos Termais e Ópticos, do Projeto Sistema Combatente Brasileiro (COBRA)

3.9 GESTÃO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

3.9.1 INTRODUÇÃO

A gestão da educação, da cultura e do desporto do Exército Brasileiro é feita por intermédio do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEx), responsável pelo Sistema de Educação e Cultura do Exército (SECEx).

Ao longo do ano de 2021, o Exército, por meio do DECEx, cumpriu a missão de planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades relativas aos assuntos culturais, à educação física, aos desportos, ao ensino e à pesquisa. O ensino no Exército possui características próprias e é autônomo, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Lei de Ensino do Exército, estando integrado à educação nacional, com certificações, diplomações e titulações próprias e equivalentes aos níveis de ensino do sistema nacional.

3.9.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

No ano de 2021, houve o esforço contínuo para que os militares habilitados aos cargos e funções, a preservação da história e das tradições militares, a higidez física da tropa e o ensino preparatório e assistencial, obtivessem o melhor resultado possível. Os processos do Departamento de Educação e Cultura do Exército e do Departamento de Ciência e Tecnologia buscam uma constante atualização e coerente evolução do Sistema, traduzidas nas atividades dos Objetivos Estratégicos do Exército 11 e 12, do Plano Estratégico do Exército.

O Plano Estratégico do Exército descreve que o OEE 11 – Fortalecer os valores, os deveres e a ética militar – visa aumentar o desempenho na preservação da memória e o culto às tradições militares, enaltecendo a grandeza dos heróis antepassados, internalizando e desenvolvendo a cultura institucional e os valores morais e éticos dos integrantes do Exército Brasileiro.

Para 2021, o EB comprometeu-se a buscar a meta de 5% de incremento do IR 11 em relação ao ano anterior. Ao final do exercício, o resultado alcançado foi a recuperação dos índices anuais, alcançando 9,40% de desempenho médio das atividades.

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 11

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-11	(Desempenho na Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural no ano A / Desempenho na Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural no ano A-1) X 100	9,40%	Incremento de 5% anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército.

O OEE 12 – Aperfeiçoar o sistema de educação e cultura – busca manter o SECEx atualizado, com modernas técnicas de ensino e com uma infraestrutura adequada, permitindo a qualificação dos militares, de ambos os sexos, para a superação dos desafios da era do conhecimento, assim como o desenvolvimento das diversas competências necessárias ao desempenho profissional, da cultura de inovação, do pensamento crítico, da liderança e da internalização de valores.

Com relação ao OEE 12, o aperfeiçoamento do sistema é demonstrado pela repercussão dos resultados da educação na Força Terrestre, tendo sido alcançada a meta 100% de desempenho nas atividades previstas.

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 12

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-12	[(Índice de Satisfação dos Ex-discentes x 20) + (Índice de Satis. dos Chefes Imediatos dos Ex-discentes x 35) + (Índice de Avaliação do SIACADESM x 45)] /100	100,00%	Desempenho de 100% anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército.

3.9.3 GESTÃO DA EDUCAÇÃO

3.9.3.1 FORMAÇÃO DO MILITAR

A formação militar, tanto de oficiais, quanto de sargentos, assegura a qualificação inicial, básica para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções de menor complexidade em cada segmento da carreira militar, e a prestação do serviço militar inicial e suas prorrogações. Para o ano de 2021, foram obtidos os seguintes números de aproveitamento dos alunos matriculados e formados.

FORMAÇÃO DE OFICIAIS

	ESPCEX	AMAN (4ºANO)	ESSEX	ESFCEX
Matriculados	439	406	83	38
Formados	394	384	80	36
% de Aproveitamento	90%	94%	96%	95%
Custo básico por aluno (R$)	51.098,20	75.143,00	10.032,22	9.876,26

Declaração de Aspirantes da Turma Dona Rosa da Fonseca
Foto: Clauber Cleber Caetano/PR

FORMAÇÃO DE SARGENTOS

	ESA	ESSLOG	CIAVEX
Matriculados	570	406	47
Formados	544	399	47
% de Aproveitamento	95%	98%	100%
Custo básico por aluno (R$)	47.574,79	31.698,87	30.984,44

Formatura do Curso de Formação e de Graduação de Sargentos da Escola de Sargentos de Logística
Foto: Clauber Cleber Caetano/PR

Destaca-se na formação dos oficiais no ano de 2021, da Academia Militar das Agulhas Negras, a conclusão da 1ª turma do segmento feminino na linha de ensino militar bélico, tendo sido declaradas aspirantes a oficial 23 mulheres das 40 matriculadas em 2018.

3.9.3.2 CAPACITAÇÃO DO MILITAR

A capacitação continuada é imperativa para o profissional militar ao longo de toda a carreira, como condição para serem desenvolvidas as competências necessárias à ocupação de cargos e desempenho de funções. Contribui, também, para o militar fazer frente às complexas e dinâmicas situações que se apresentam para o Exército Brasileiro.

APERFEIÇOAMENTO E ALTOS ESTUDOS

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	MATRICULADOS	FORMADOS	% DE APROVEITAMENTO	CUSTO ANUAL MÉDIO BÁSICO POR ALUNO (R$)
EASA	735	734	99%	2.441,61
EsSLog	375	374	99%	4.346,77
EsAO	1113	1093	98%	15.475,42
EsFCEx	167	167	100%	22.098,83
ECEME (2ºano e CPEAEx)	197	197	100%	59.178,32

Fonte: DECEx (Sistema de Educação e Cultura do Exército) – DEZ 21

ESPECIALIZAÇÃO

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	MATRICULADOS	FORMADOS	% DE APROVEITAMENTO	CUSTO ANUAL MÉDIO BÁSICO POR ALUNO (R$)
EsSLog	40	39	97%	3.321,21
EsACosAAe	65	65	100%	7.798,79
CEP/FDC	115	115	100%	18.942,12
CIdEx	6	6	100%	6.257,88
CCOPAB	36	36	100%	901,12
EsEFEx	70	70	100%	55.631,24
EsEqEx	18	18	100%	68.917,72

Fonte: DECEx (Sistema de Educação e Cultura do Exército) – DEZ 21

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
63.174.220,00	62.981.407,15	99,69%

Fonte: Tesouro Gerencial do SIAFI

3.9.4 SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL (SCMB)

O Exército possui 14 colégios militares sediados nas cidades, conforme imagem ao lado, tendo por fundamentação que norteia a proposta pedagógica os princípios gerais e os preceitos contidos no Regulamento dos Colégios Militares (R-69), acessível em http://www.depa.eb.mil br/legislacao.

Desfile do dia 7 de setembro
Foto: Cb Estevam

Os colégios militares são organizações militares que funcionam como estabelecimentos de ensino de educação básica, nos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e no ensino médio (1º ao 3º ano), com a finalidade de atender às vertentes da educação preparatória e assistencial. Em 2020, o Sistema matriculou 1.505 alunos e, em 2021, matriculou 1.634 alunos no 6º ano do ensino fundamental. O número de formados em 2020, concludentes do 3º ano do ensino médio, foi de 1.986 alunos e, em 2021, foram formados 2.132 alunos.

Devido à ocorrência da pandemia da COVID-19, os Projetos Educacionais foram paralisados, temporariamente, impactando o acesso à educação de excelência prestada pelo sistema a custo bem abaixo dos praticados por estabelecimentos de ensino equivalentes, bem como a oferta de uma educação inclusiva e educação assistida por tecnologias digitais.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO	Nº DE ALUNOS ATENDIDOS
Prestação de Ensino Assistencial nos Colégios Militares	12.489.905,00	12.371.943,64	99,06%	14.457

Fonte: Tesouro Gerencial do SIAFI

Forte de São José - Rio de Janeiro-RJ
Foto: Acervo/CCOMSEx

3.9.5 GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A gestão do patrimônio cultural é realizada pelo Sistema Cultural do Exército (SCEx), depositário do rico, amplo e valioso patrimônio histórico e cultural da Instituição, material e imaterial, traduzido em costumes, tradições, crenças e valores, em ações históricas e cotidianas.

Os recursos na Ação Orçamentária 2000 (PO 0005 - Preservação do Patrimônio Cultural) foram aplicados nas atividades de serviços de manutenção e conservação do patrimônio histórico e cultural do Exército (bens materiais e imateriais), na aquisição de bens e serviços visando à manutenção e conservação de bens culturais, na implantação e modernização dos Espaços Culturais e Centros de Cultura Militar de Área e na elaboração e execução de projetos de conservação e disponibilização de acervos e bens culturais.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE DE ESPAÇOS CULTURAIS BENEFICIADOS
3.636.774,00	3.635.859,77	99,97%	76

Fonte: Tesouro Gerencial do SIAFI

3.9.6 GESTÃO DO DESPORTO DO EXÉRCITO

A gestão do desporto do Exército é imprescindível para a manutenção da higidez da tropa e para o fortalecimento do espírito de corpo em todos os escalões da Força Terrestre. Ela se desenvolve por meio de ações integradas de qualificação de recursos humanos, de desenvolvimento de pesquisas nas áreas da capacitação física, do desporto e da equitação e de normatização e difusão de conhecimentos relacionados às suas áreas de atuação.

3.9.6.1 INSTITUTO DE PESQUISA DA CAPACITAÇÃO FÍSICA DO EXÉRCITO

Na área da capacitação física são realizadas pesquisas de interesse do Exército Brasileiro, voltadas para a operacionalidade da Força Terrestre e ligadas às áreas de avaliação física, biomecânica, bioquímica, cardiologia, cineantropometria, fisiologia do exercício, termorregulação, nutrição, psicofisiologia e treinamento desportivo, além de parâmetros técnicos para a execução das atividades físicas e desportos, de forma que a tropa tenha condições ideais de higidez física. As principais pesquisas realizadas em 2021 são as que se seguem:

PESQUISAS	MELHORIAS GERADAS
• Efeitos da marcha a pé sobre os músculos de membros inferiores, sem e com transporte de carga em mochila militar. • Análise de Marcadores fisiológicos, biomecânicos, de desempenho físico e bioquímico em novos Métodos de Treinamento Físico Militar. • Monitoramento do Estado de Saúde dos Militares do EB • Prevenção de lesões musculoesqueléticas no Exército Brasileiro. • Reconhecimento dos Padrões Neuromecânicos do combatente do CIAVEx. • Monitoramento da Saúde do Militar nas atividades de risco, na Instrução Militar e em Operações no Exército Brasileiro (Síndrome da Rabdomiólise). • Novos testes operacionais.	• Melhoria da saúde e da qualidade de vida dos militares da Força Terrestre; • Prover o Sistema de Saúde do Exército com subsídios técnicos-científicos que resultem na melhoria do padrão de atendimento de saúde ao público interno; • Propiciar a redução do número de evacuações e maior resolubilidade das unidades militares, principalmente aquelas que conduzam cursos e estágios com alto nível de exigência física e psicológica, aumentando a segurança e reduzindo os riscos na instrução militar; e • Aperfeiçoar os exames de aptidão física na formação dos Oficiais e Sargentos da Linha de Ensino Militar Bélico, dos sexos masculino e feminino.

3.9.6.2 PROGRAMA DE ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO (PAAR)

Criado pela Portaria nº 656, do Comandante do Exército, de 10 de setembro de 2009, o Programa tem por objetivos representar o EB em competições nacionais e internacionais, motivar e transferir conhecimento, reforçar a imagem da Força no País e no exterior, bem como contribuir para o desenvolvimento do esporte nacional. No ano de 2021, o Exército contou com 187 atletas divididos em diversas categorias e as principais que se destacaram foram as seguintes:

Escola de Educação Física do Exército - Rio de Janeiro-RJ
Foto: EsEFEx

MODALIDADES	QUANTIDADE DE ATLETAS DO EB		
	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL
Atletismo	13	3	16
Boxe	10	4	14
Futebol	27	0	27
Judô	14	10	24
Natação	11	5	16
Orientação	1	3	4
Paraquedismo	0	6	6
Pentatlo Militar	0	5	5
Tiro	2	2	4
Voleibol	13	17	30

Nos Jogos Olímpicos de Tóquio, a participação do Exército Brasileiro contou com 26 atletas de 8 modalidades diferentes e culminou com a conquista de duas medalhas de bronze para o Brasil, pelo do 3°Sgt Fernando Scheffer, da natação, e do 3° Sgt Abner Teixeira, do boxe.

Nas demais competições, o Exército obteve ótimos resultados e se fez representar participando de 60 competições, conquistando diversas medalhas como se segue:

RESULTADOS ALCANÇADOS NAS COMPETIÇÕES EM 2021

	MEDALHA DE OURO	MEDALHA DE PRATA	MEDALHA DE BRONZE
TOTAL	122	28	20

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
Capacitação do profissional militar do Exército Brasileiro	224.959,20	224.942,60	99,99%
Desenvolvimento do Desporto Nacional e Militar – emenda parlamentar	450.000,00	449.999,40	99,99%
Apoio ao Desenvolvimento do Desporto de Alto Rendimento	1.048.000,00	999.996,00	95,42%

3.10 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

3.10.1 INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro (EB) é referência quando o assunto é proteção ao meio ambiente, sendo tal tema transversal em todas as atividades desenvolvidas pela Força. As áreas sob a jurisdição do EB se destacam pelo nível de preservação que possuem, compatível com os empreendimentos e atividades militares, o que caracteriza a forma sustentável com que o Comando do Exército sempre geriu seu patrimônio físico e biológico.

Como exemplo, abaixo segue a imagem do adensamento de construções na cidade de Petrolina-PE. A área sob administração militar destaca-se pela evidência inconteste de preservação do meio ambiente. A mesma situação é replicada em todo o território nacional.

Imóvel sob responsabilidade do 72º Batalhão de Infantaria Motorizado em Petrolina-PE (CMNE)

O Departamento de Engenharia e Construção é o Órgão de Direção Setorial responsável por supervisionar as questões ambientais do EB, dispondo a Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente como órgão de apoio técnico normativo-consultivo (http://www.dec.eb.mil.br). A DPIMA gerencia o Sistema de Gestão Ambiental do Exército (SIGAEB).

O SIGAEB é orientado por:

a. Política Nacional do Meio Ambiente;

b. Política de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (2001), reeditada em 2010 e pela Diretriz de Conformidade Ambiental do SIGAEB (2018);

c. Política de Desenvolvimento Sustentável do Exército Brasileiro (PDSEB), por intermédio da Portaria nº 505-EME/C Ex, de 9 de setembro2021;

d. Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (2001);

e. Diretriz do Comandante do Exército para ações voltadas ao meio ambiente no âmbito do EB, por intervenção da Portaria nº 737 – CmtEx, de 28 de julho de 2020;

f. Normas Relativas a Animais Silvestres nas Organizações Militares do EB em 2020, por meio da Portaria nº 136 – DEC, de 31 de julho de 2020; e

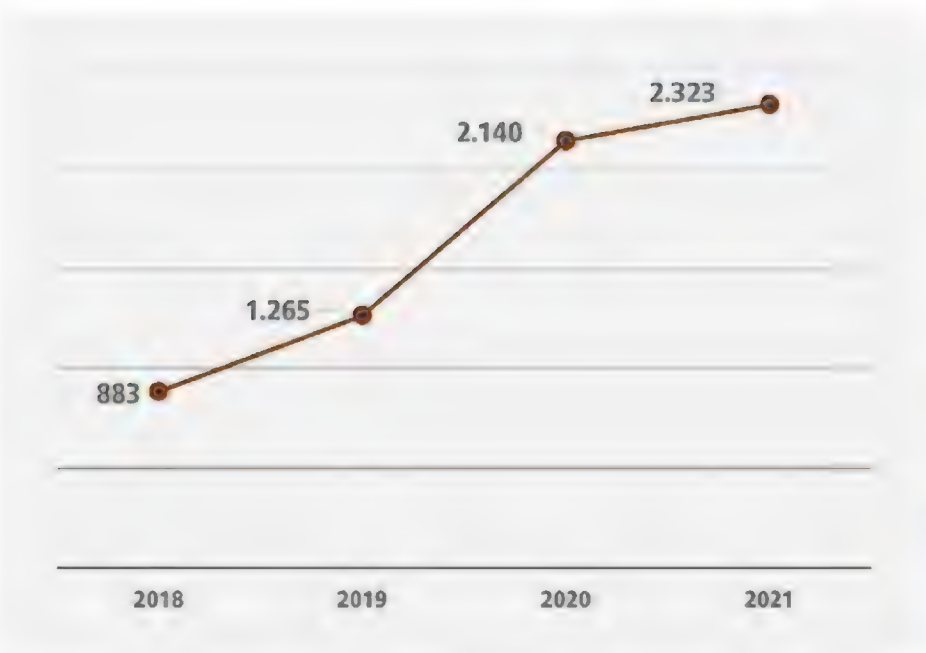
g. Instruções Reguladoras para o SIGAEB (IR 50-20) em 2011.

O SIGAEB envolve etapas de planejamento, de implementação e operação, de verificação e análise crítica e de ação corretiva, tudo com a finalidade de cumprir a ação estratégica de aperfeiçoar o controle ambiental nas atividades militares, promovendo um eficiente e eficaz gerenciamento de proteção da natureza.

3.10.2 RESULTADOS DA GESTÃO AMBIENTAL NO EXÉRCITO

O Exército promove educação ambiental para o seu pessoal visando atingir diversos objetivos: possibilitar o conhecimento da legislação ambiental; desenvolver mentalidade de prevenção, preservação, conservação, melhoria e recuperação do meio ambiente; contribuir para a formação do cidadão consciente do uso sustentável do meio ambiente; esclarecer os públicos interno e externo sobre o papel do Exército na questão ambiental; oferecer condições para a identificação e a classificação das atividades militares sob a ótica da legislação ambiental; elaborar o Plano de Gestão Ambiental (PGA) e o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS); realizar a conformidade ambiental anual de suas Organizações Militares e incluir a gestão ambiental no preparo e emprego da Força Terrestre.

A quantidade de pessoal capacitado em 2021 totalizou mais de 2,3 mil militares, 8,55% a mais que em 2020, demonstrando a atenção que o Comando do Exército vem dando ao assunto, conforme demonstrado abaixo:

MILITARES CAPACITADOS EM GESTÃO AMBIENTAL

Fonte: Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente, 2021.

3.10.3 AÇÕES CORRENTES EM PROL DA GESTÃO AMBIENTAL

São as seguintes:

- análise técnica ambiental dos PGA e PGRS;

- análise das minutas de contrato das diversas OM do EB, quando da contratação de empresas para coleta e destinação de resíduos que não de saúde. A referida análise técnica ambiental visa atender às recomendações do Acórdão 650/2018 do Tribunal de Contas da União e atender à solicitação do Centro de Controle Interno do Exército para estabelecer parâmetros que deverão ser utilizados para a fiscalização de execução contratual relativa aos serviços de gerenciamento de resíduos contratados de terceiros;

- ainda no corrente ano, duas novas OMS atingiram as metas previstas para obtenção do Selo Verde-Oliva de Sustentabilidade. Tal certificação representa um retrato da situação ambiental da OM no momento da vistoria dos conformadores. O Hospital de Guarnição de Natal e Hospital Militar de Área de São Paulo foram aprovados na vistoria com um índice de conformidade superior a 90%, o que resultou na conquista do Selo Verde-Oliva de Sustentabilidade; e

- aprovação da Política de Desenvolvimento Sustentável do Exército Brasileiro (PDSEB), por intermédio da Portaria nº 505-EME/C Ex, de 9 de setembro de 2021. Com esse ato, as ações de gestão ambiental, de gestão de recursos naturais, segurança e eficiência energética, de mitigação dos efeitos dos desastres naturais e/ou antrópicos e de educação ambiental tornam-se prioridades Institucionais.

SUSTENTIBILIDADE

O Selo Verde-Oliva de Sustentabilidade é uma distinção concedida pelo Departamento de Engenharia e Construção, por intermédio da Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente, em forma de Certificado para as OM que alcançarem um índice de conformidade ambiental superior a 90%, não tendo nenhum item impeditivo à concessão da certificação e que foram auditadas pela DPIMA.

ENTREGAS 2021

- Realização de estágios de meio ambiente para oficiais de carreira e em apoio ao sistema de obras de Cooperação;

Foto: 2º Batalhão Ferroviário

- Capacitação em gestão ambiental para adestramento do contingente brasileiro no Sistema de Prontidão de Capacidade de Manutenção da Paz (UNPCRS- sigla em inglês);

Foto: Acervo/CCOMSEx

- Estágio de conformidade ambiental para aplicação do Programa de Conformidade Ambiental em Brasília-DF, Manaus-AM e Belém-PA;

- Visita de Orientação Técnica (VOT) na Força Tarefa de Ajuda Humanitária (FT Aj Hum) / Operação Acolhida nas localidades de Boa Vista-RR e Pacaraima-RR, por ocasião do período de atuação e da substituição do contingente.

Foto: Acervo/CCOMSEx

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

a. Colaborar com entidades públicas e privadas, de forma a conseguir uma conjugação de esforços na implementação de ações visando ao desenvolvimento sustentável em áreas de atuação da defesa nacional.

b. Promover o desenvolvimento de uma cultura de sustentabilidade que mobilize todos os integrantes da estrutura do EB.

c. Promover a inclusão de critérios de sustentabilidade nos processos de contratação para aquisição de bens e/ou serviços.

d. Incluir requisitos sustentáveis na concepção, execução, remodelação e gestão de instalações e infraestruturas afetas ao patrimônio imobiliário jurisdicionado ao EB.

e. Integrar critérios sustentáveis nas fases do ciclo de vida dos Sistemas e Materiais de Emprego Militar, bem como nos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

f. Otimizar a gestão de resíduos, adotando ações que promovam seu controle, sua redução, reutilização e valorização, bem como implementar procedimentos que visem a uma economia circular.

g. Incrementar o planejamento e a prática contínua da preservação do meio ambiente nas atividades de preparo, emprego e doutrina da Força Terrestre.

h. Implementar a conformidade ambiental e o plano de gestão ambiental nas Organizações Militares (OM).

i. Contribuir para a gestão eficiente dos recursos hídricos, promovendo o seu uso de maneira sustentável.

j. Prevenir e minimizar, no que for possível, a poluição da água, do solo e do ar, no âmbito do EB.

k. Contribuir para a preservação e proteção da biodiversidade, das espécies e dos seus habitats, bem como a valorização e conservação do patrimônio natural e cultural.

l. Promover a utilização sustentável dos recursos naturais, de modo a minimizar os possíveis impactos ambientais causados pelas atividades do EB.

m. Promover a adaptação das atividades e dos empreendimentos militares na perspectiva de uma economia de baixa emissão de poluentes.

n. Promover a diminuição das emissões de gases com efeito estufa (GEE), com a implementação de medidas de segurança e eficiência energética.

o. Apoiar ações de prevenção, controle e combate a incêndios em áreas de cobertura vegetal e outros danos que possam ocorrer nessas áreas.

p. Aprimorar a noção de desenvolvimento sustentável, por intermédio de capacitação, de programas de conscientização e sensibilização, direcionados para os públicos interno e externo.

q. Incluir conteúdos com a temática de "desenvolvimento sustentável" no plano curricular de todos os cursos e estágios do Exército Brasileiro.

r. Promover a cooperação técnica e científica com o meio acadêmico na área de gestão ambiental.

s. Assegurar o amparo social aos militares e aos seus dependentes proporcionando a melhoria contínua da qualidade de vida da família militar.

- VOT para fins de inventário florestal nos Campos de Instrução do Exército Brasileiro;

- VOT para orientação sobre gerenciamento de resíduos sólidos em OM do Exército;

Foto: Acervo/CCOMSEx

- Conformidade ambiental em Organização Militar de Saúde (OMS) do Exército.

Foto: Acervo/CCOMSEx

- Realização do Simpósio EB geração de energia renovável por fonte solar realizado em novembro de 2021.

Foto: 1º Sgt Sionir/CCOMSEx

Os recursos financeiros aplicados em sustentabilidade ambiental em 2021, estão descritos conforme tabela abaixo:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
117.094.355,94	117.094.355,94	100%

Fonte: Tesouro Gerencial do SIAFI

Estes recursos subsidiaram a construção de Estações de Tratamento de Efluentes (ETE), construção de redes de água e de esgoto em diversas organizações militares do Exército Brasileiro, contribuindo para a preservação do solo e dos recursos hídricos, além de promover a diminuição da proliferação de doenças de veiculação hídrica e reduzir os impactos ambientais.

Em 2021, o Exército Brasileiro investiu na implantação de sistemas fotovoltaicos em suas Organizações Militares, em especial na faixa fronteiriça, na busca de resolver o problema de energia para a vida e operação dos Pelotões Especiais de Fronteira – PEF, visando a melhoria das condições de vida e prosperidade da região. Além disso, proporciona diversos benefícios para o meio ambiente e para a sociedade, por meio da redução de poluição por fontes contaminadoras (carvão), emissão de gases do efeito estufa e diminuição do desmatamento.

Foto: DEC

Foto: 2º Gpt E

3.11 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.11.1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, existe uma demanda cada vez maior da sociedade (público em geral, imprensa, entidades de classe, governos de outras esferas, dentre outros) por ações de transparência e publicidade, como forma de prestação de contas dos recursos públicos alocados a cada órgão público.

O Exército, uma Instituição pública com elevado índice de credibilidade, atende ao previsto no Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018, cumprindo as exigências no intuito de garantir a acessibilidade digital, por meio da plataforma conhecida como Vlibras (versão 5.1.0), uma ferramenta gratuita (de código aberto e distribuição livre) que faz a tradução automática da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Internamente, as atividades de Comunicação Social (relações com a mídia, relações públicas e produção e divulgação institucional) são realizadas pelo Sistema de Comunicação Social do Exército (SISCOMSEx), tendo como órgão central o Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx), cujo trabalho atende diretamente ao princípio constitucional da publicidade, informando e esclarecendo a sociedade sobre as ações da Instituição. Assim, o CCOMSEx cumpre o previsto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), por intermédio da sua Seção de Ouvidoria, atendendo às diversas demandas da sociedade.

O Sistema de Relações Institucionais, criado pela Portaria nº 1.963, de 3 de dezembro de 2019, do Comandante do Exército, é composto pelo Alto Comando do Exército, como Órgão Central; pelo Estado-Maior do Exército, como pelo Órgão Normativo; e pelo Centro de Comunicação Social do Exército, como Órgão Técnico-Consultivo.

O Sistema de Relações Institucionais, dentro do escopo da Comunicação Estratégica, tem por finalidade contribuir para a consecução dos Objetivos Estratégicos do Exército, por intermédio da interação do Exército com as diversas instituições de interesse. A fim de atingir essa finalidade, cabe ao EME estabelecer normas e diretrizes, de maneira a alinhar os esforços de relações institucionais com os objetivos do Planejamento Estratégico do Exército e com as diretrizes do Comandante do Exército.

O CCOMSEx viabiliza o apoio técnico necessário ao funcionamento do Sistema de Relações Institucionais com base em dois aspectos básicos: a ligação entre a atividade de Comunicação Social e a de Relações Institucionais e, também, a capilaridade do Sistema de Comunicação Social do Exército.

É importante destacar que o CCOMSEx, o órgão central do SISCOMSEx, tem capacidade de alcançar todas as Assessorias de Relações Institucionais, por meio da RESISCOMSEx, que é uma rede colaborativa que permite o estabelecimento das ligações de canal técnico necessárias ao funcionamento do sistema em todo o território nacional e no exterior.

Ressalta-se que as dinâmicas do Sistema de Relações Institucionais acontecem de maneira não linear e simultânea em função das características de multidisciplinaridade, coletividade e não hierarquização, havendo necessidade de coordenação e integração dos esforços, o que foi conseguido pela criação de uma funcionalidade disponibilizada na página da RESISCOMSEx para uso pelos integrantes do sistema. Destaca-se, também, que a colaboração e a cooperação nas relações institucionais podem ser materializadas por instrumentos formais de cooperação e acordos, bem como por outras atividades, tais como reuniões, palestras, encontros e eventos.

Atualmente, o Sistema de Relações Institucionais está organizado e atuante em todos os Comandos Militares de Área, bem como nos Órgãos de Direção Setorial, de Direção Geral e de Direção Operacional, contribuindo para o cumprimento da missão constitucional do Exército Brasileiro.

Foto: Jackson Mendes

3.11.2 INTEGRAÇÃO DO EXÉRCITO À SOCIEDADE

As atividades de Comunicação Social inserem-se na Cadeia de Valor Agregado do Exército no macroprocesso -Gestão Institucional e as prioridades estão estabelecidas no Objetivo Estratégico do Exército 14 – Ampliar a integração do Exército à sociedade.

Esse objetivo estratégico visa intensificar ações que promovam maior integração do Exército Brasileiro com todos os segmentos da Nação, particularmente os formadores de opinião e os decisores, tornando a Instituição mais conhecida pelos seus feitos em prol da sociedade. Caracteriza-se, também, pela implementação de medidas que façam com que a sociedade reconheça que a Defesa é de interesse de todos os seus segmentos, fortalecendo a mentalidade sobre o assunto.

ENTREGAS 2021

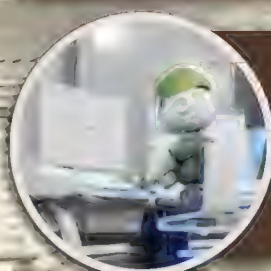
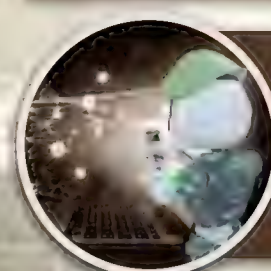
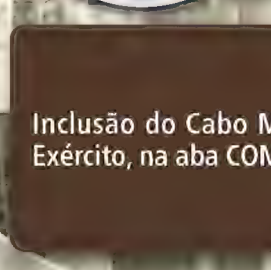
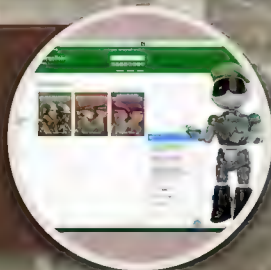
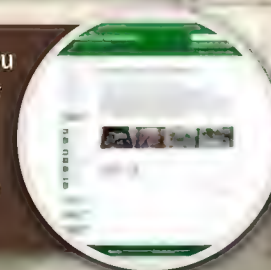
Instalação da Rádio Verde-Oliva na cidade de Resende/RJ

Operação do Sistema Verde-Oliva FM – Sinal verde para a boa música

Criação de peças publicitárias e divulgação da campanha "Ajudar está no nosso sangue"

Apoio e divulgação do exercício Guardião Cibernético

Apoio e divulgação da Operação *Culminating* – intercâmbio militar entre o Exército Brasileiro e Exército dos Estados Unidos, realizado no Fort Polk, Luisiana, EUA

Apoio e divulgação da Operação Core, intercâmbio militar entre o Exército Brasileiro e Exército dos Estados Unidos, realizado na região de Lorena-SP e Resende-RJ

Melhoria da capacidade de respostas da Inteligência Artificial do Exército Brasileiro, o "Cabo Max", o qual alcançou a média de 24.500 pessoas atendidas por mês

Início do Projeto Max 2022, que resultará em uma melhor estrutura de diálogo com a sociedade

Inclusão do Cabo Max no Portal do Exército, na aba COMO INGRESSAR

Ampliação do Programa Conheça o Seu Exército, desenvolvido para estreitar os laços da Instituição com o meio acadêmico e instituições civis e aprimorar o relacionamento com os órgãos da mídia em geral

3.11.3 RESULTADOS ALCANÇADOS

Para 2021, o Exército se comprometeu a buscar o atingimento da meta de 81% do Indicador de Resultado 14 (Índice de Integração do Exército à sociedade), conforme anexo B da Política Militar Terrestre em vigor. O resultado alcançado foi de 76%, conforme resultado da pesquisa de opinião realizada pelo Instituto de Pesquisas Datafolha, utilizado como referência, mantendo as Forças Armadas como a Instituição mais confiável do País, com as seguintes medições no ano de 2021:

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 14

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-14	[(% de credibilidade do EB junto aos formadores de opinião x 2) + (% de credibilidade do EB junto à população brasileira)] / 3	76%	81% de credibilidade anualmente

Fonte: PEEX 2020-2023

3.11.4 CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

3.11.4.1 MÍDIAS SOCIAIS

Após uma década de presença virtual nos principais canais de mídias sociais operadas no País, o Exército Brasileiro atingiu um nível de maturidade elevado, construído por meio de uma gestão baseada em objetivos estratégicos.

As campanhas institucionais planejadas geraram, ao longo dos anos, o aumento da credibilidade da Instituição no ambiente on-line, assim como já ocorre no ambiente off-line.

A credibilidade e a confiança alcançadas pela Instituição Exército Brasileiro perante a sociedade, diante de resultados obtidos nas mais diversas ações em que a Força Terrestre se faz presente, aumentaram, significativamente, a sua exposição na mídia.

A administração e a gestão dos perfis nas plataformas do Facebook, Instagram, Twitter, YouTube e LinkedIn estão baseadas nos critérios estabelecidos pela Portaria nº 453-EME/C Ex, de 19 de julho de 2021.

MÍDIAS SOCIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO

http://www.eb.mil.br

*Somatório de publicações tipo: feed, stories, Reels e IGTV.

Fonte: Centro de Comunicação Social do Exército, 2021.

PRINCIPAIS ASSUNTOS ATENDIDOS EM 2021 (MÍDIAS SOCIAIS)

ASSUNTO	TOTAL
Serviço Militar no EB	2.456
Alistamento no EB (online)	462
Ingresso Carreira no EB	1.229
Ingresso Temporário no EB	209
Fiscalização de Produtos Controlados (Colecionador, Atirador e Caçador; acompanhamento de pedidos de munição; processos; legislação; transferência de arma; etc.)	1.495
Outros atendimentos	3.554
TOTAL	**9.405**

Fonte: Centro de Comunicação Social do Exército, 2021.

3.11.4.2 – INTELIGÊNCIA MAX

O Cabo Max é a Inteligência Artificial (IA) usada pelo EB para atender às mudanças de comportamento dos usuários nas mídias sociais, que demandam respostas imediatas, 24 horas/dia. Para materializar a interface de comunicação homem-máquina, foi criado um personagem (avatar) para personificar essa relação, o qual evolui de acordo com as novas habilidades que o sistema vai adquirindo.

O Cabo Max iniciou suas atividades como soldado no ano de 2019 e, no ano seguinte, foi promovido a cabo em virtude dos excelentes resultados do seu atendimento. O Cabo Max responde a todas as perguntas em um tempo inferior a 5 segundos, com um índice de assertividade de 81%, o que garantiu o selo "Responde Muito Rápido" na página do Exército no Facebook, por meio do sistema de troca de mensagens Messenger.

Em 2021, a Inteligência Artificial do Exército, que atendia à sociedade por intermédio das plataformas Messenger da Meta e Telegram, começou também a responder ao público diretamente do portal do Exército, na aba INGRESSO.

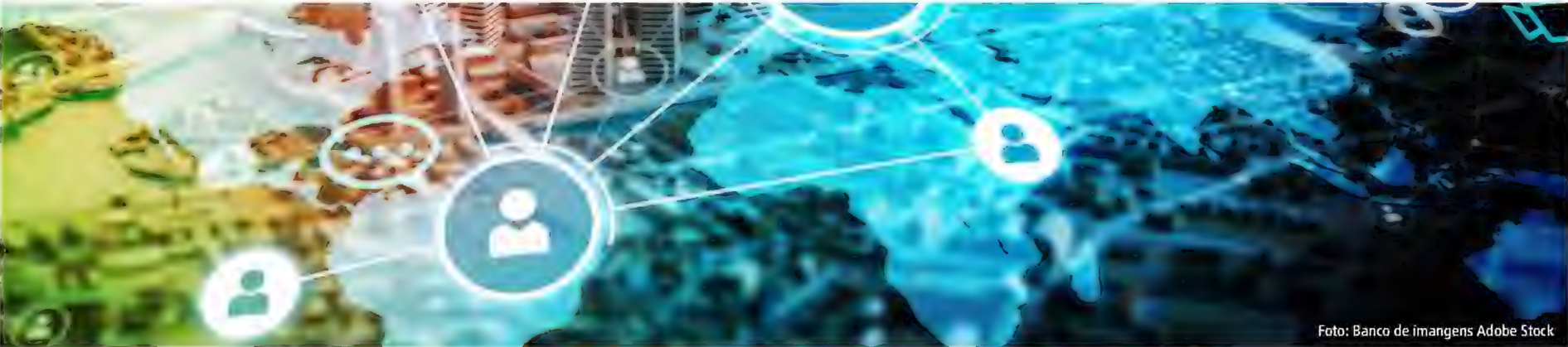



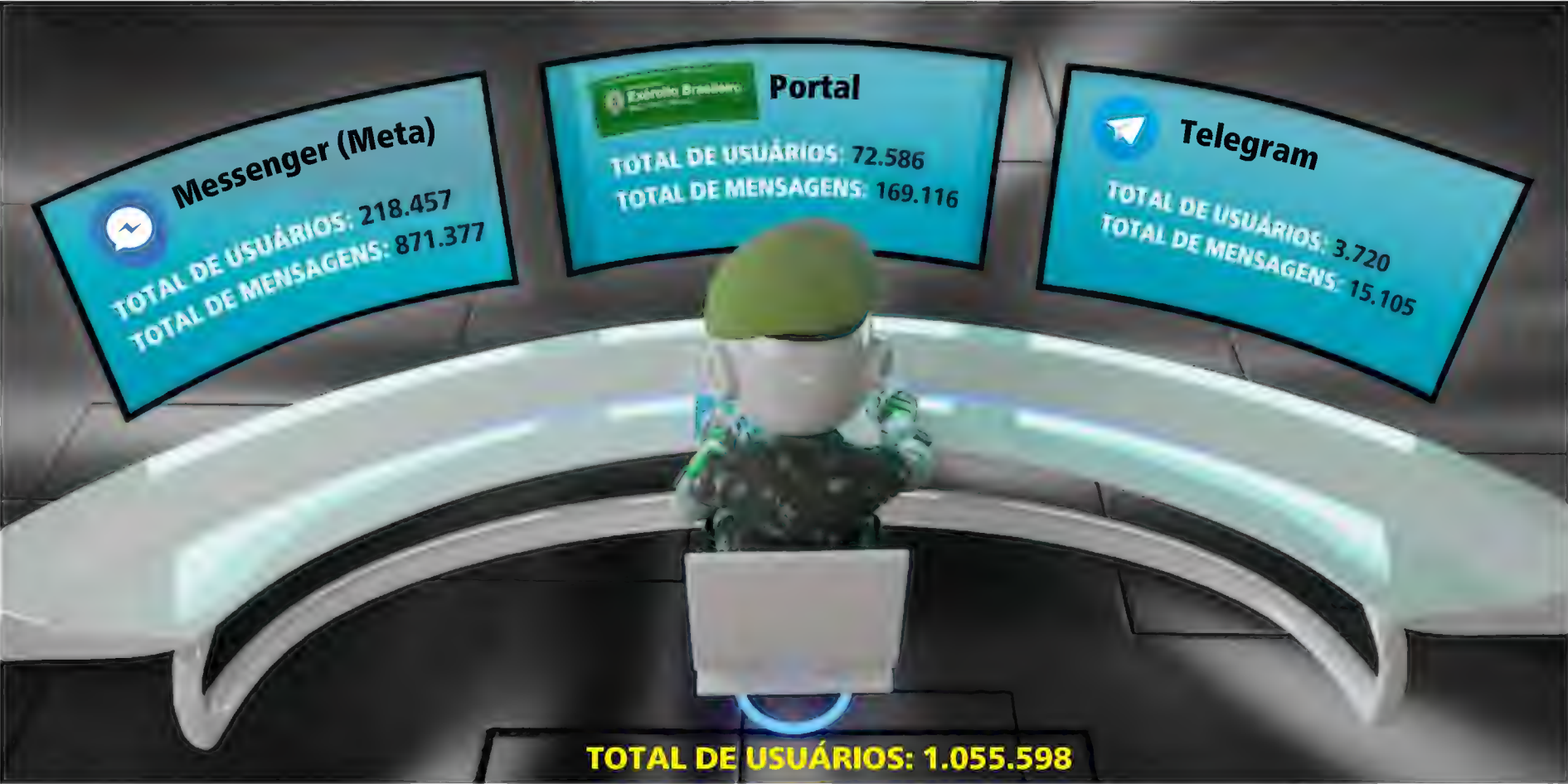
Foto: Banco de imangens Adobe Stock

ATENDIMENTO MEDIADO PELA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM 2021

Messenger (Meta)
TOTAL DE USUÁRIOS: 218.457
TOTAL DE MENSAGENS: 871.377

Portal
TOTAL DE USUÁRIOS: 72.586
TOTAL DE MENSAGENS: 169.116

Telegram
TOTAL DE USUÁRIOS: 3.720
TOTAL DE MENSAGENS: 15.105

TOTAL DE USUÁRIOS: 1.055.598

Criação 3D do MAX: 1º Sgt Takeshi/CCOMSEx

OUTROS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Acesso à Informação

Carta de Serviços ao Usuário

Outras Informações

Serviço de Informações ao Cidadão (SIC-EB)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FINALIDADE	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
Material de consumo	32.523,30	32.523,30	100%
Material gráfico	939.395,80	939.395,80	100%
Material de TI	465.774,74	465.774,74	100%
Material permanente	7.972,80	7.972,80	100%
Total	1.445.666, 64	1.445.666, 64	100%

3.12 DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS

3.12.1 DESAFIOS

No campo financeiro/orçamentário, o grande desafio, no atual cenário de restrições orçamentárias, é garantir os recursos previstos para o desenvolvimento das iniciativas previstas em seu processo de transformação. A estratégia para enfrentar tal óbice baseia-se em aliar a gestão austera dos recursos a um vigoroso processo de racionalização administrativa, buscando reduzir custos, aperfeiçoar sistemas de governança e gestão, alinhados aos princípios de integridade e compatíveis com a complexidade de uma Instituição do porte do Exército Brasileiro.

A crise sanitária desencadeada pelo surgimento da pandemia do COVID-19, ainda é obstáculo. Seus desdobramentos vão desde as limitações à circulação de pessoas até a retração da atividade econômica. Essa nova realidade também exigiu a intensificação das atividades de ensino à distância demandando a adoção de técnicas e ferramentas adequadas para o ambiente virtual de aprendizagem.

No que concerne à Ciência, Tecnologia e Informação, os desafios estão relacionados à capacidade de acompanhar a rápida e constante evolução tecnológica para levar à superação do hiato ligado à produção, manutenção, modernização e revitalização de Material de Emprego Militar que atendam às necessidades operacionais da Força. Outro aspecto a ser superado é a dependência tecnológica ainda bastante importante.

O ambiente contemporâneo, com o surgimento de situações inéditas e complexas, exige respostas oportunas e efetivas às demandas da sociedade. Nesse sentido, o Exército Brasileiro continuará perseguindo o objetivo de apresentar respostas à sociedade no sentido de ser Instituição de Estado capaz de se adequar às rápidas transformações que o mundo atual apresenta, alicerçada em princípios e valores, comprometida em cumprir da melhor forma suas missões constitucionais.

No eixo governança e gestão, a busca do alinhamento entre o planejamento estratégico do Exército e a execução dos investimentos por parte das organizações militares tem contribuído para o atingimento da eficácia, economicidade e, sobretudo, efetividade do uso do recurso público.

Ainda há de se considerar o grande desafio de equacionar a crescente evasão de servidores civis das diversas carreiras e cargos existentes no âmbito do Comando do Exército com a falta de reposição, devido, principalmente, à escassez dos concursos, necessários ao cumprimento da exigência constitucional para provimento dos cargos públicos. Estima-se que o quantitativo de cargos vagos tende a aumentar, considerando que mais de 1.300 servidores civis estão em condições de se aposentar.

3.12.2 RISCOS

Com relação aos riscos estratégicos, aqueles que podem comprometer o atingimento dos Objetivos Estratégicos do EB, sob a ótica orçamentária, o principal dentre eles é a redução da disponibilidade dos recursos orçamentários para custeio e investimentos, com impactos diretos sobre o sistema de prontidão operacional, a obtenção de capacidades, os estoques estratégicos, o funcionamento de organizações militares, o desenvolvimento e aquisição de Produtos de Defesa, a manutenção dos materiais de emprego militar, do patrimônio imobiliário e móvel, dentre outros.

Com relação à dimensão humana, outro fator de risco é a possível perda de capacidade de trabalho em decorrência da pandemia da COVID-19. Tal situação poderá provocar óbices junto ao sistema de ensino e sobrecarga no sistema de saúde do Exército.

Com relação aos riscos tecnológicos, a possibilidade de vazamento de informações sensíveis exige também atenção por parte da Força, o que se dá por meio de verificações contínuas de vulnerabilidades em sistemas de informação e o acompanhamento dos ataques cibernéticos. Cabe destacar que essa vulnerabilidade pode comprometer os subsistemas do sistema de Comando e Controle (C2) do EB e dos bancos de dados corporativos, impactando a segurança da informação no âmbito do EB.

A dependência tecnológica nacional é outro fator de risco em razão de resultar em limitação da liberdade de ação em todas as expressões do poder nacional, restringindo sobremaneira a influência do País no concerto das Nações. Conhecimento é poder, sobretudo na Era do Conhecimento.

Os riscos de imagem, aqueles ligados a possíveis danos à imagem da Instituição, podem ser mitigados e/ou gerenciados, em todos os níveis, por intermédio da ação de comando e da adoção correta e tempestiva das medidas previstas na doutrina de Comunicação Social voltadas para o gerenciamento de crises.

3.12.3 PERSPECTIVAS

Não obstante o enfrentamento dos desafios e os riscos identificados, o Exército planeja prosseguir no processo de transformação da Força, tendo como alvo a obtenção de capacidades, a racionalização administrativa, a transparência, a sustentabilidade e a inovação.

Com relação à obtenção de capacidades, sob a ótica do Planejamento Estratégico e com atenção ao desenvolvimento sustentável, o Exército visa ampliar a prontidão logística, aumentando a capacidade de pronta resposta da Força Terrestre.

O amadurecimento da cultura de governança e gestão garantirá maior confiabilidade e rastreabilidade das informações, de modo a possibilitar a melhoria dos processos decisórios e prover maior transparência do emprego de recursos públicos. Neste diapasão, estruturas do Exército, sobretudo as administrativas, vão sendo racionalizadas a fim de otimizar a aplicação dos recursos e aumentar a eficiência e eficácia dos processos envolvidos.

Nesse sentido, é fundamental a discussão do modelo de aquisições de materiais de defesa, focando-se na eficiência, na segurança técnica e nas características da área demandante e do mercado fornecedor. A partir dessa visão, o setor de compras deve ser dotado de capacidade para buscar soluções inteligentes e não apenas operacionalizar aquisições. Sustentabilidade e inovação devem fazer parte do processo, sendo essencial a convergência entre o controle e a possibilidade de agilizar as compras públicas.

As mídias sociais serão cada vez mais exploradas. Este fato visa ao incremento da interação direta e instantânea com a sociedade, de modo a garantir canal de fácil acesso para a solução de dúvidas e apresentação de demandas, com especial destaque ao emprego de Inteligência Artificial. Nesse sentido, a segurança da informação é preocupação constante ante às novas ameaças do mundo digital.

Sob a ótica de sustentabilidade, a prática é transversal e possuiu elevada repercussão internacional. Nesse sentido, o Exército, por meio da implementação da Política de Desenvolvimento Sustentável do EB, tem a finalidade de promover ações de fortalecimento da cultura de sustentabilidade, inserção de critérios de sustentabilidade nos processos de contratação e inclusão de critérios sustentáveis nas fases do ciclo de vida dos Sistemas e Materiais de Emprego Militar (Produtos de Defesa).

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

CAPÍTULO 4

Fotomontagem: 2º Ten Martins/CCOMSEx

4 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

4.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a Lei nº 4.320/1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e as orientações emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

4.1.1 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia os bens, os direitos e as obrigações da entidade. Para a análise, são comparados os saldos nas datas 31 de dezembro de 2020 e 2021 para evidenciar a evolução histórica.

4.1.1.1 ATIVO

COMPOSIÇÃO DO ATIVO

ATIVO			VARIAÇÃO %	COMPOSIÇÃO DO ATIVO
ESPECIFICAÇÃO	2020	2021		
1. CIRCULANTE	8.299.256.644	8.513.234.174	2,58%	6,65%
2. NÃO CIRCULANTE	118.604.952.017	119.571.493.517	0,81%	93,35%
2.1. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	13.460.443	6.085.216	(54,79%)	-
2.2. IMOBILIZADO	118.499.819.892	119.474.737.572	0,82%	93,28%
2.2.1. BENS MÓVEIS	15.177.685.287	16.064.810.272	5,84%	12,54%
2.2.2. BENS IMÓVEIS	103.322.134.605	103.409.927.300	0,08%	80,74%
2.3. INTANGÍVEL	91.671.682	90.670.729	(1,09%)	0,07%
TOTAL DO ATIVO (1+2)	126.904.208.661	128.084.727.691	0,93%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – SIAFI*WEB* 2021.

O Ativo compreende os direitos e bens tangíveis e intangíveis necessários para o Exército cumprir suas atribuições constitucionais.

No ano de 2021, o Ativo apresentou aumento de 0,93% em relação ao ano de 2020, tendo o saldo inicial de R$ 126.904.208.661,72 e alcançando R$ 128.084.727.691,72 no final, com concentração no Ativo Imobilizado. O Realizável a Longo Prazo e o Intangível somados foram inferiores a 1,00% do Ativo total.

ATIVO CIRCULANTE

No Ativo Circulante estão classificados os bens e direitos disponíveis para realização/utilização no ano de 2022.Os grupos de contas com os valores mais significativos são os de Caixa/Equivalentes Caixa e dos Estoques.

Com relação ao grupo Caixa/Equivalentes Caixa, a demonstração do fluxo de caixa evidenciou, em 2021, o ingresso nesse grupo do valor de R$ 113.733.005.327,18 e o desembolso de R$ 113.755.227.455,53, gerando diminuição na disponibilidade financeira de R$ 22.222.128,35 que, deduzido do saldo inicial de R$ 5.469.311.309,00, finalizou com R$ 5.447.089.180,65, representando 4,25% do Ativo Total.

Quanto ao grupo de Estoques no ano de 2021, foi incorporado ao estoque o saldo de R$ 1.983.632.028,41 (custeio), por aquisição oriunda da execução orçamentária (LOA e RP) e foi consumido nas atividades das Organizações Militares o saldo de R$ 1.814.753.434,46.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

No Ativo Não Circulante estão classificados os demais bens e direitos de longo prazo, com realização/utilização após o ano de 2022. O grupo de contas com os valores mais significativos são os do Imobilizado.

O Imobilizado representou 93,28% do Ativo Total no final do exercício financeiro de 2021, apresentando saldo final de R$ 119.474.737.571,75, com elevação de 0,82% em comparação com o ano de 2020, com destaque para os Bens Imóveis com saldo de R$ 103.409.927.299,96.

Dentro dos Bens Imóveis, a maior composição é para os bens de uso especial, nesse caso, as instalações militares (aquartelamentos) no valor de R$ 101.742.257.207,44.

4.1.1.2 PASSIVO

O Passivo é composto pelas obrigações de curto e longo prazo e pelo patrimônio líquido. Também constam no Passivo as provisões, que são obrigações de prazo ou valor incerto, calculadas com base em projeções futuras.

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO

ATIVO			VARIAÇÃO%	COMPOSIÇÃO DO ATIVO
ESPECIFICAÇÃO	2020	2021		
1. PASSIVO CIRCULANTE	8.400.643.904	7.599.685.877	(9,53%)	5,93%
2. PASSIVO NÃO CIRCULANTE	146.683.061.029	174.874.525.393	19,22%	136,53%
3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(28.179.496.272)	(54.389.483.579)	(93,01%)	(42,46%)
TOTAL DO PASSIVO (1+2+3)	126.904.208.661	128.084.727.691	0,93%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – SIAFI*WEB* 2021.

PASSIVO CIRCULANTE

As obrigações de curto prazo com desembolso previsto para o ano de 2022, totalizam 5,93% do Passivo Total e apresentaram decréscimo de 9,53%.

No período, o Comando do Exército assumiu obrigações com pessoal e encargos no montante de R$ 44.795.590.010,97 e pagou R$ 44.797.631.629,52.

As demais obrigações assumidas totalizaram R$ 8.682.354.573,37, sendo pagos R$ 8.451.200.241,97. O pagamento efetuado foi inferior ao assumido em 2021 em razão da inscrição em Restos a Pagar Processados de obrigações cujos fatos geradores da despesa pertencem ao exercício de 2021.

O subgrupo mais expressivo é o de Demais Obrigações a Curto Prazo, que representa 63,24% das obrigações de curto prazo, constituídas principalmente de Transferências Financeiras a Comprovar – TED, no valor de R$ 4.285.394.207,06, cuja função é registrar a apropriação de passivo decorrente de transferências financeiras recebidas por meio de Termo de Execução Descentralizada/TED, pendente de comprovação junto ao concedente.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Obrigações de longo prazo com desembolso previsto após 2022. Em 31 de dezembro de 2021, o Exército Brasileiro possuía o saldo de R$ 174.874.525.393,02 no Passivo Não Circulante, sendo a maior parte referente à apropriação das pensões militares a conceder.

As pensões militares tem natureza compensatória e fazem parte do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas. O plano de benefício é regrado pela Lei n° 3.765/1960, Lei n° 6.880/80, Medida Provisória n°2.215-10/2001 e Lei n°13.954/2019. O valor contabilizado é suportado pela Nota Técnica SEI nº 2/2017/CCONT/SUCON/STN-MF, de 10 de outubro de 2017, da Secretaria do Tesouro Nacional, que fornece o embasamento legal e normativo para o reconhecimento do passivo relacionado às pensões militares, bem como pela Nota Técnica Conjunta nº 001/2017, SG/MD, de 16 de novembro de 2017, do Ministério da Defesa, que trata da metodologia para o reconhecimento da provisão para pensões militares e para projeção das despesas futuras com militares inativos das Forças Armadas. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo foi atualizado com a apropriação das despesas referentes ao exercício de 2021, e o saldo da provisão totalizou o montante de R$ 174.872.844.676,40.

4.1.2 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos os passivos. Como as obrigações de R$ 182.474.211.270,39 superaram os bens e direitos de R$ 128.084.727.691,72, o Exército tem um passivo a descoberto de R$ 54.389.483.578,67. Contribuíram para este aumento o resultado patrimonial do exercício no valor deficitário de R$ 26.064.887.399,19, bem como, os Ajustes de Exercícios Anteriores no valor deficitário de R$ 204.801.923,16. Este grupo representa 42,46% do Passivo Total e apresentou variação negativa de 93,01%.

Os Ajustes de Exercícios Anteriores são motivados pela retificação de erros imputáveis ao passado, envolvendo reconhecimentos de passivos sem suporte orçamentário de despesas referentes a exercícios financeiros já encerrados, em que foram abertos Processos de Pagamento de Despesa de Exercícios Anteriores (DEA), conforme prescreve a Port nº 1.054 - Ministro do Exército, de 11 de dezembro de 1.997.

O Resultado Patrimonial deficitário do exercício financeiro de 2021 apresentou o valor de R$ 26.064.887.399,19, proveniente do valor das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) de R$ 149.930.294.319,25 ser superior ao valor das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) de R$ 123.865.406.919,96.

4.1.2.1 ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

BALANÇO FINANCEIRO DE 2021 (RESUMIDO)

ÓRGÃOS	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	DÉFICIT/SUPERÁVIT FINANCEIRO
COMANDO DO EXÉRCITO	3.426.778.318	5.782.187.679	(2.355.409.361)
FUNDO DO EXÉRCITO	2.099.720.896	429.572.386	1.670.148.510
TOTAL	5.526.499.214	6.211.760.065	(685.260.851)

Fonte: Balanço Patrimonial – SIAFI*WEB* 2021.

O Déficit/Superávit Financeiro evidencia a sobra ou a falta de recursos financeiros para pagar as obrigações de curto prazo assumidas.

O Comando do Exército apresentou déficit financeiro no ano de 2021 de R$ 2.355.409.360,99 que absorveu o superávit gerado pelo Fundo do Exército no mesmo ano de R$ 1.670.148.510,62, com resultado consolidado final negativo de R$ 685.260.850,37.

4.1.2.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Evidencia as alterações verificadas no patrimônio (bens, direitos e obrigações), resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício, que foi incorporado ao patrimônio líquido no balanço patrimonial.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (RESUMIDO)

ESPECIFICAÇÕES	2020	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	126.106.953.858	123.865.406.920
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	124.243.590.812	149.930.294.319
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.863.363.046	(26.064.887.399)

Fonte: Demonstrações das Variações Patrimoniais – SIAFI*WEB* 2021.

O valor de maior expressão das Variações Patrimoniais Aumentativas foi o recebimento de repasse financeiro de R$ 50.772.837.696,19, referente à LOA, a destaques e a convênios celebrados com o Exército Brasileiro para fazer face às obrigações a pagar.

Já nas Variações Patrimoniais Diminutivas, foi o sub-repasse de recurso financeiro às Organizações Militares no valor de R$ 51.117.046.453,62.

A variação aumentativa e diminutiva do patrimônio resultou num déficit patrimonial de R$ 26.064.887.399,29, incorporado ao Patrimônio líquido, o qual contribuiu decisivamente para o saldo negativo do Resultado do Exercício de 2021.

4.1.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e as despesas orçamentárias previstas em confronto com as realizadas.

4.1.3.1 RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS DE 2021

RECEITA			
CATEGORIA	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
CORRENTE	1.880.477.266	1.974.083.576	93.606.310
CAPITAL	24.551.678.940	40.836.400	(24.510.842.539)
SUBTOTAL	26.432.156.206	2.014.919.976	(24.417.236.229)
DÉFICIT	-	51.535.152.204	51.535.152.204
TOTAL	26.432.156.206	53.550.072.180	27.117.915.974

Fonte: Balanço Orçamentário – SIAFI*WEB* 2021.

O déficit de R$ 51.535.152.204,03 corresponde à diferença negativa entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas em 2021.

O Fundo do Exército é o principal agente arrecadador do Exército Brasileiro. No ano de 2021, a arrecadação foi de R$ 1.992.992.813,44.

4.1.3.2 EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Os Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores e executados no ano de 2021 são os constantes das tabelas abaixo:

RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS

CATEGORIAS	INSCRITOS	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS
CORRENTES	1.821.001.042	1.408.676.769	1.393.686.764	80.312.515
PESSOAL E ENCARGOS	716.714	658.220	658.220	46.692
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.820.284.328	1.408.018.549	1.393.028.544	80.265.823
CAPITAL	1.156.770.686	825.833.842	798.995.901	40.008.536
INVESTIMENTOS	1.156.770.686	825.833.842	798.995.901	40.008.536
TOTAL	2.977.771.728	2.234.510.611	2.192.682.665	120.321.051

Fonte: Balanço Orçamentário – SIAFI*WEB*2021.

O saldo de R$ 664.768.011,04 está pendente de execução ou cancelamento a partir do ano de 2022.

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

CATEGORIAS	INSCRITOS	PAGOS	CANCELADOS
CORRENTES	2.870.285.898	2.868.782.620	396.308
PESSOAL E ENCARGOS	2.695.406.955	2.695.405.931	663
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	174.878.943	173.376.689	395.645
CAPITAL	95.837.744	95.753.171	84.208
INVESTIMENTOS	95.837.744	95.753.171	84.208
TOTAL	2.966.123.642	2.964.535.791	480.516

Fonte: Balanço Orçamentário – SIAFI*WEB*2021.

O saldo de R$ 1.107.334,69 está pendente de execução ou cancelamento a partir do ano de 2022.

4.2 AMPARO LEGAL

A Execução Orçamentária, financeira e contábil segue normativos legais de abrangência federal e interna do Exército Brasileiro, destacando-se:

- Constituição Federal de 1988;

- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal;

- Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

- Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências.

As demonstrações contábeis foram elaboradas observando a legislação em vigor e extraídas do SIAFIWEB, suas notas explicativas se encontram disponíveis no sítio eletrônico a seguir: https://www.eb.mil.br/demonstracoes-contabeis

Portal da Transparência e Prestação de Contas – Exército Brasileiro

4.3 INFORMAÇÕES ACERCA DO SETOR DE CONTABILIDADE DO COMANDO DO EXÉRCITO

A Diretoria de Contabilidade (D Cont) é um órgão de apoio técnico-normativo da Secretaria de Economia e Finanças do Exército Brasileiro, que tem por finalidade realizar as atividades de contabilidade e da Programação e Execução Financeira dos recursos da Gestão Tesouro e Fundo do Exército.

A D Cont integra os Sistemas de Contabilidade e Administração Financeira Federal e realiza a coordenação e o acompanhamento da execução dos registros contábeis referentes à gestão orçamentária, financeira, patrimonial e custos das unidades gestoras vinculadas ao Comando do Exército e Fundo do Exército.

A Diretoria de Contabilidade, no exercício das atividades afetas à contabilidade pública, conta com o auxílio de 12 Centros de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército (CGCFEx). Estes são setoriais contábeis de unidades gestoras responsáveis pelo acompanhamento contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal -SIAFI de um determinado número de unidades gestoras executoras e pelo registro da respectiva conformidade contábil.

Os Centros são responsáveis por acompanhar 389 unidades gestoras executoras do orçamento, abarcando 657 unidades militares em todo o Brasil e no exterior.

Desembarque aeromóvel - Operação Amazônia
Foto: Sd Lucas Almeida/CCOMSEx

MENSAGEM DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

O Estado-Maior do Exército, como Órgão de Direção Geral e responsável pela elaboração da Política Militar Terrestre, pelo Planejamento Estratégico e pela emissão de diretrizes estratégicas que orientem o preparo e o emprego da Força Terrestre, visando ao cumprimento da sua destinação constitucional, coordenou a elaboração do presente Relatório de Gestão do Comando do Exército 2021.

O relatório foi construído com extensiva colaboração dos Órgãos de Direção Setorial, do Órgão de Direção Operacional, dos Comandos Militares de Área, dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante do Exército e de colaboradores militares e civis. É o registro das ações e iniciativas desenvolvidas no ano fiscal de 2021 e demonstra à sociedade as ações desempenhadas pelo Exército Brasileiro.

A busca da efetividade na execução da despesa é impositiva para as instituições públicas, particularmente considerando o cenário de escassez orçamentária observado em 2021. Para fazer face a esta demanda, o Exército conta com um robusto Sistema de Planejamento Estratégico, que se mantém em constante aperfeiçoamento, com metas estabelecidas, com indicadores de desempenho adequados e com metodologia própria que incorpora as exigências da administração pública, bem como modernas práticas observadas em instituições privadas.

E é graças a este Sistema de Planejamento que o Exército tem conseguido avançar consistentemente na consecução de seus objetivos estratégicos, suplantando as limitações orçamentárias, cumprindo a missão constitucional e sempre atento às mais lídimas aspirações da Sociedade Brasileira.

Por fim, o presente documento expressa a Governança e a Gestão Estratégica do Exército, traduzidas em palavras, gráficos, imagens, números e referências oficiais. O RGCE é valiosa fonte de consulta primária, estruturado e ilustrado com a intenção de que possa ser percorrido de forma proveitosa e agradável, tão importante para a parcela da população que se dedica aos estudos relacionados à Defesa Nacional.

General de Exército MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS
Chefe do Estado-Maior do Exército

São Gabriel da Cachoeira-AM
Foto: Sd Lucas Almeida/CCOMSEx

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE	Alto Comando do Exército
AGG	Assessoria de Governança e Gestão
AI	Agência de Inteligência
AGITEC	Agência de Gestão e Inovação Tecnológica
AGRiC	Assessorias de Gestão de Riscos e Controles
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
Anv	Aeronave
AO	Ação Orçamentária
AP	Autoridade Patrocinadora
APPCO	Assessoria de Planejamento, Programação e Controle Orçamentário
ATH	Assessoria dos Tribunais de Honra
Av Ex	Aviação do Exército
Ba Log Sl	Batalhão Logístico de Selva
BC	Banco Central
BC	Batalhão de Caçadores
B Com GE	Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica
Bda C Bld	Brigada de Cavalaria Blindada
Bda C Mec	Brigada de Cavalaria Mecanizada
Bda Inf Fron	Brigada de Infantaria de Fronteira
Bda Inf L Amv	Brigada de Infantaria Leve Aeromóvel
Bda Inf Mec	Brigada de Infantaria Mecanizada
Bda Inf Mth	Brigada de Infantaria de Montanha
Bda Inf Mtz	Brigada de Infantaria Motorizada
Bda Inf Pqdt	Brigada de Infantaria Paraquedista
Bda Inf Sl	Brigada de Infantaria de Selva
BDGEx	Banco de Dados Geográficos do Exército
BEC	Batalhão de Engenharia de Construção
BE Cmb	Batalhão de Engenharia de Combate
B Fron	Batalhão de Fronteira
B Fv	Batalhão Ferroviário
BI	Batalhão de Infantaria
Bia AAAe AP	Bateria de Artilharia Anteaérea Autopropulsada
BID	Base Industrial de Defesa
BIL	Batalhão de Infantaria Leve
BI Mec	Batalhão de Infantaria Mecanizado
BI Mtz	Batalhão de Infantaria Motorizado
BI Pqdt	Batalhão de Infantaria Paraquedista
BIM	Batalhão de Inteligência Militar
BIS	Batalhão de Infantaria de Selva
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPE	Batalhão de Polícia do Exército
BSC	Balanced Scorecard
CAEx	Centro de Avaliação do Exército
CAM	Certificado de Alistamento Militar
C Av Ex	Comando da Aviação do Exército
CBEM	Conferências Bilaterais de Estado-Maior
CCEA	Conferência dos Comandantes dos Exércitos Americanos
CCIEx	Centro de Controle Interno do Exército
C Cj	Comando Conjunto
C Cj Amz	Comando Conjunto Amazônia
C Cj BA	Comando Conjunto Bahia
C Cj L	Comando Conjunto Leste
C Cj N	Comando Conjunto Norte
C Cj NE	Comando Conjunto Nordeste
C Cj O	Comando Conjunto Oeste
C Cj P	Comando Conjunto Planalto
C Cj PB	Comando Conjunto Paraíba
C Cj S	Comando Conjunto Sul
C Cj SE	Comando Conjunto Sudeste
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CCOMSEx	Centro de Comunicação Social do Exército
CCOp Mv	Centro de Coordenação e Operações Móveis
CDCiber	Centro de Defesa Cibernética
CDI	Certificado de Dispensa de Incorporação
CDS	Centro de Desenvolvimento de Sistemas
CEA	Conferência dos Exércitos Americanos
CEBW	Comissão do Exército Brasileiro em Washington
CEP	Centro de Estudos Pessoal
C Dout Ex	Centro de Doutrina do Exército
CF	Constituição Federal
CGCFEx	Centro de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército
CGEO	Centro de Geoinformação
CGPT	Comitê Gestor do Processo de Transformação
CGRiCEx	Comitê de Governança, Riscos e Controles do Exército
CGU	Controladoria-Geral da União
Ch Prep F Ter	Chefia do Preparo da Força Terrestre
CHQAO	Curso de Habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais
Cia E Cmb Mec	Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada
Cia E Const	Companhia de Engenharia de Construção
Cia E F Paz	Companhia de Engenharia de Forças de Paz
Cia Fron	Companhia de Fronteira

CIAvEx	Centro de Instrução de Aviação do Exército
CIdEx	Centro de Idiomas do Exército
CITEx	Centro Integrado de Telemática do Exército
CMA	Comando Militar da Amazônia
CCOMGEx	Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército
Cmdo Fron	Comando de Fronteira
C Mil A	Comando Militar de Área
CMA	Comando Militar da Amazônia
CML	Comando Militar do Leste
CMN	Comando Militar do Norte
CMNE	Comando Militar do Nordeste
CMP	Comando Militar do Planalto
CMO	Comando Militar do Oeste
CMS	Comando Militar do Sul
CMSE	Comando Militar do Sudeste
Cmt Ex	Comandante do Exército
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COLOG	Comando Logístico
ComDCiber	Comando de Defesa Cibernética
Com Soc	Comunicação Social
COMTEC-TI	Comitê Técnico de Tecnologia da Informação
CONDOP	Condicionantes Doutrinárias e Operacionais
CONSEF	Conselho Superior de Economia e Finanças
CONSURT	Conselho Superior de Racionalização e Transformação do Exército
CONTIEx	Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército
COpDCiber	Centro de Operação de Defesa Cibernética
CPAB	Convenção para a Proibição de Armas Biológicas
CPAQ	Convenção para a Proibição de Armas Químicas
CORE	Combined Operations and Rotation Exercises
COTER	Comando de Operações Terrestres
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CSG-MD	Conselho Superior de Governança do Ministério da Defesa
CT	Centro de Telemática
CTA	Centro de Telemática de Área
CTEx	Centro Tecnológico do Exército
CTEx	Cadeia de Valor Agregado
CVA-EB	Cadeia de Valor Agregado do Exército Brasileiro
DAAE	Defesa Antiaérea do Exército
D Abst	Diretoria de Abastecimento
DAEBAI	Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional
DCIPAS	Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social
D Cont	Diretoria de Contabilidade
DCT	Departamento de Ciência e Tecnologia
DE	Divisão de Exército
DEA	Despesa de Exercícios Anteriores
DEC	Departamento de Engenharia e Construção
DECEx	Departamento de Educação e Cultura do Exército
DF	Diretoria de Fabricação
DFPC	Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados
DGP	Departamento-Geral do Pessoal
DIPEC/MD	Divisão de Pessoal Civil do Ministério da Defesa
D Mat	Diretoria de Material
DME	Diretoria de Material de Engenharia
DMT	Doutrina Militar Terrestre
DPGO	Diretoria de Planejamento e Gestão Orçamentária
DPIMA	Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente
DQBRN	Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear
D Sau	Diretoria de Saúde
DSG	Diretoria de Serviço Geográfico
DSMEM	Diretoria de Sistemas de Material de Emprego Militar
D Sup	Depósito de Suprimento
EASA	Escola de Aperfeiçoamento de Sargento das Armas
EB	Exército Brasileiro
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EGRiC	Equipes de Gestão de Riscos e Controles
EME	Estado-Maior do Exército
EMiD	Estratégia Militar de Defesa
EMT	Equipes Móveis de Treinamento
EMT	Estratégia Militar Terrestre
ENaDCiber	Escola Nacional de Defesa Cibernética
END	Estratégia Nacional de Defesa
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPEx	Escritório de Projetos do Exército
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ESA	Escola de Sargento das Armas
EsACosAAe	Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
EsCom	Escola de Comunicações
ESD	Estratégia Setorial de Defesa
EsEFEx	Escola de Educação Física do Exército
EsEqEx	Escola de Equitação do Exército
EsFCEx	Escola de Formação Complementar do Exército

EsIE	Escola de Instrução Especializada
EsIMEx	Escola de Inteligência do Exército
EsPCEx	Escola Preparatória de Cadetes do Exército
Esqd C Mec	Esquadrão de Cavalaria Mecanizada
EsSEx	Escola de Saúde do Exército
EsSLog	Escola de Sargentos de Logística
FA	Forças Armadas
FAMES	Flexibilidade, Adaptabilidade, Modularidade, Elasticidade e Sustentabilidade
FAPEB	Fundação de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Exército Brasileiro
F Ex	Fundo do Exército
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FMR	Forte Marechal Rondon
FNF	Força da Nossa Força
FORPRON	Força de Prontidão Operacional
F Ter	Força Terrestre
FUNADOM	Funcionamento Administrativo das Organizações Militares
GCALC	Grupo de Coordenação de Aquisições, Licitações e Contratos
GDACE	Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos
GDPGPE	Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
HE	Hipóteses de Emprego
IA	Inteligência Artificial
IC	Indicador de Composição
IDQBRN	Instituto de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear
IFF	Indicador Físico-Financeiro
IFT	Índice de Operacionalidade da Força Terrestre
iGestContrat	Índice de capacidade em gestão de contratações
iGestPessoas	Índice de capacidade em gestão de pessoas
iGestOrcament	Índice de capacidade em gestão orçamentária
iGestTI	Índice de capacidade em gestão de TI
iGG	Índice integrado de governança e gestão públicas
iGovContrat	Índice de governança e gestão de contratações
iGovPessoas	Índice de governança e gestão de pessoas
iGovPub	Índice de governança pública
iGovOrcament	Índice de governança e gestão orçamentária
iGovTI	Índice de governança e gestão de TI
IM	Inteligência Militar
IMBEL	Indústria de Material Bélico do Brasil
IME	Instituto Militar de Engenharia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
IOPFA	Índice de Operacionalidade das Forças Armadas
IOpTF	Índice de Operacionalidade da Força Terrestre
IR	Indicador de Resultado
IT	Indicadores de Tendência
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
LAQ	Laboratório de Análises Químicas
LOA	Lei Orçamentária Anual
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
ME	Ministério da Economia
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEM	Materiais de Emprego Militar
MG2Ex	Modelo de Governança e Gestão do Exército
MIAIM	Manutenção da Infraestrutura de Apoio à Instrução Militar
MPM	Ministério Público Militar
MTMGR-EB	Manual Técnico da Metodologia de Gestão de Riscos do EB
NFBR	Nova Família de Blindados sobre Rodas
NGE	Necessidades Gerais do Exército
NPOR	Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva
OADI	Órgão de Assistência Direta e Imediata
OAE	Organização dos Estados Americanos
OCOP	Obtenção da Capacidade Operacional Plena
OCS	Organizações Civis de Saúde
ODG	Órgão de Direção Geral
ODOp	Órgão de Direção Operacional
ODS	Órgão de Direção Setorial
OEE	Objetivo Estratégico do Exército
OI	Órgão de Inteligência
OM	Organização Militar
OMDS	Organizações Militares Diretamente Subordinadas
OME	Organizações Militares de Engenharia
OMS	Organização Militar de Saúde
OND	Objetivos Nacionais de Defesa
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
Op	Operação
OPAQ	Organização para Proibição de Armas Químicas
OSD	Objetivos Setoriais de Defesa
PAAR	Programa de Atletas de Alto Rendimento
PAASSEx	Planejamento Anual das Atividades do Sistema de Saúde do Exército

PAC Programa Amazônia Conectada
PAD Processo Administrativo Disciplinar
PAINT Plano Anual de Auditoria Interna
PBC Planejamento Baseado em Capacidades
PCE Produto Controlado pelo Exército
PCL Pista de Combate à Localidade
PDCDN Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional
PDDMT Plano de Desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre
PDSEB Política de Desenvolvimento Sustentável do Exército Brasileiro
PD&I Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PEEDCiber Programa Estratégico do Exército Defesa Cibernética
PEEx Plano Estratégico do Exército
PEF Pelotões Especiais de Fronteira
PESD Planejamento Estratégico Setorial de Defesa
PGA Plano de Gestão Ambiental
PGR-EB Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro
PGRS Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PI Propriedade Intelectual
PIA Programa Irmãos de Armas
PIM Programa de Instrução Militar
PIPEx Programa de Inativos e Pensionistas do Exército
PJP Projeto João do Pulo
PLOA Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMD Política Militar de Defesa
PMT Política Militar Terrestre
PND Política Nacional de Defesa
PNI Programa Nacional de Imunizações
PNR Próprio Nacional Residencial
PPA Plano Plurianual
PR Presidente da República
Prg EE Programa Estratégico do Exército
PRisC Proprietários de Riscos e Controles
PRODE Produtos de Defesa
PROFESP Programa Forças no Esporte
PROUNI Programa Universidade para Todos
PSC Projeto Soldado Cidadão
PSD Política Setorial de Defesa
PTTC Prestador de Tarefa por Tempo Certo
QAA Quadro de Acesso por Antiguidade
QAM Quadro de Acesso por Merecimento
QGEx Quartel General do Exército
QO Quadro de Organização
RAINT Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RCOD Reunião de Coordenação Doutrinária
RC Mec Regimento de Cavalaria Mecanizado
RDE Regulamento Disciplinar do Exército
RDS Rádio Definido por Software
RGCE Relatório de Gestão do Comando do Exército
RI Resultado Intermediário
RICH Rede Integrada de Comunicações em HF
RM Região Militar
RRIM Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar
SASEx Serviço de Assistência Social do Exército
SCEx Sistema Cultural do Exército
SC^{2}FTer Sistema de Comando e Controle da Força Terrestre
SCMB Sistema Colégio Militar do Brasil
SCTIEx Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército
SECEx Sistema de Educação e Cultura do Exército
SEC^{2}Ex Sistema Estratégico de Comando e Controle do Exército
SEF Secretaria de Economia e Finanças
SEPCEA Secretaria Executiva Permanente da Conferência dos Exércitos Americanos
SGD Sistema de Gestão do Desempenho
SG2Ex Sistema de Governança e Gestão do Exército
SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira
SIC Sistema de Informações de Custos do Governo Federal
SIC-EB Serviço de Informações ao Cidadão
SiCaPEx Sistema de Cadastramento do Pessoal do Exército
SIDOMT Sistema de Doutrina Militar Terrestre
SIEx Sistema de Inteligência do Exército
SIGAEB Sistema de Gestão Ambiental do Exército
SIGELOG Sistema Integrado de Gestão Logística
SIGPIMA Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente
SIMAF Simulador de Apoio de Fogo
SIMATEx Sistema de Material do Exército
SIMEB Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro
SIMOC Simulador de Operações de Guerra Cibernética
SINFOTER Sistema de Informações Operacionais Terrestres
SIPEC Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SIPLEx Sistema de Planejamento do Exército Brasileiro
SIS-ASTROS Simulador Integrado do Sistema ASTROS
SISCAPED Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa
SisCIEx Sistema de Controle Interno do Comando do Exército

SISCOFIS	Sistema de Controle Físico
SisCoGeP	Sistema Corporativo de Gestão do Pessoal do Exército
SISCOMSEx	Sistema de Comunicação Social do Exército
SisDIA	Sistema Defesa, Indústria e Academia de Inovação
SISEMP	Sistema de Emprego
SisFab	Sistema de Fabricação do Exército Brasileiro
SisGCorp	Sistema de Gestão Corporativo
SISMC^2	Sistema Militar de Comando e Controle
SISOMT	Sistema Operacional Militar Terrestre
SISPREPARO	Sistema de Preparo da Força Terrestre
SISPRON	Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre
SLMT	Sistema Logístico Militar Terrestre
SMDC	Sistema Militar de Defesa Cibernética
SMEM	Sistema de Material de Emprego Militar
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SSEB	Sistema de Simulação do Exército Brasileiro
SSEx	Sistema de Saúde do Exército
STREV	Sistema Transportável para Rastreio de Engenhos em Vôo
SvIPEx	Serviço de Inativos e Pensionistas do Exército
SVTRP	Sistema de Veículos Terrestres Remotamente Pilotados
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TNP	Trabalho de Natureza Profissional
TTP	Técnicas, Táticas e Procedimentos
T&A	Teste e Avaliação
UGE	Unidade Gestora Executora
UPC	Unidade Prestadora de Contas
VOT	Visita de Orientação Técnica
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas
Vtr	Viatura

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE GRÁFICOS

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 jan. 2022.

______. [Constituição (1988)]. **Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1988.** Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm. Acesso em: 4 jan. 2022.

______. **Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001.** Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm. Acesso em: 5 jan. 2022.

______. **Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002.** Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm. Acesso em: 5 jan. 2022.

______. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005.** Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2005]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.484%2C%20DE%2030,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 6 jan. 2022.

_____. **Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas do Comando do Exército do Ministério da Defesa, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5751.htm. Acesso em: 8 jan. 2022.

______. **Decreto nº 6.513, de 22 de junho de 2008.** Altera o Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6513.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

______. **Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008.** Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm. Acesso em: 7 jan. 2022.

______. **Decreto nº 9.262, de 9 de janeiro de 2018.** Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9262.htm. Acesso em: 22 fev. 2022.

______. **Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018.** Altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/661763813/decreto-9656-18. Acesso em: 15 jan. 2022.

______. **Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.** Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/69185023. Acesso em: 15 fev. 2022.

______. **Decreto nº 10.779, de 25 de agosto de 2021.** Estabelece medidas para a redução do consumo de energia elétrica no âmbito da administração pública federal. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.779-de-25-de-agosto-de-2021-340742061. Acesso em: 15 jan. 2022.

______. **Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972.** Dispõe sobre o Conselho de Disciplina e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1972]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D71500.htm. Acesso em: 7 jan. 2022.

______. **Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.** Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1986]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d93872.htm. Acesso em: 18 jan. 2022.

______. **Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969.** Código Penal Militar. Brasília, DF: Presidência da República, [1969]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm. Acesso em: 8 jan. 2022.

______. **Lei nº 3.765, 4 de maio de 1960.** Dispõe sobre as Pensões Militares. Brasília, DF: Presidência da República, [1960]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3765.htm. Acesso em: 8 jan. 2022.

______. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.** Estitui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. DF: Presidência da República, [1964]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 19 jan. 2022.

______. **Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972.** Dispõe sobre o Conselho de Justificação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1972]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l5836.htm. Acesso em: 16 jan. 2022.

______. **Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.** Dispõe sobre o estatuto dos militares. Brasília, DF: Presidência da República, [1980]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6880.htm. Acesso em: 15 jan. 2022.

______. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1981]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.

______. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 15 jan. 2022.

______. **Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.** Dispõe sobre a instituição do Adicional por Participação em Missão no Exterior, a remuneração dos cargos de Atividades Técnicas da Fiscalização Federal Agropecuária do Quadro de Pessoal Permanente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que tratam as Leis nos 10.484, de 3 de julho de 2002, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e 11.344, de 8 de setembro de 2006, da Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a Lei no 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, dos Empregos Públicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas - HFA, de que trata a Lei no 10.225, de 15 de maio de 2001, do Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar, de que tratam as Leis nos 9.657, de 3 de junho de 1998, e 11.355, de 19 de outubro de 2006, da área de Auditoria do Sistema Único de Saúde, de que trata a Lei no 11.344, de 8 de setembro de 2006, a instituição de Estrutura Remuneratória para os cargos efetivos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, a remuneração do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, de que trata a Lei no 11.776, de 17 de setembro de 2008, alterando essas Leis e a Lei no 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga dispositivos das Leis nos 11.784, de 22 de setembro de 2008, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12277.htm. Acesso em: 2 fev. 2022.

______. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em:22 jan. 2022.

______. **Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019.** Altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a Lei nº 3.765,

de 4 de maio de 1960, a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, e o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13954.htm. Acesso em: 19 jan. 2022.

______. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.** Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.

______. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.

______. **Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004.** Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp117.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.

______. **Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010.** Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que "dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas", para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp136.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.

______. **Medida Provisória n° 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.** Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nos 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2215-10.htm. Acesso em: 8 fev. 2022.

______. Exército. **Estrutura organizacional do Exército.** Disponível em: http://www.eb.mil.br/estrutura-organizacional. Acesso em: 12 jan. 2022.

______. Exército. Portaria nº 004-Cmt Ex, de 3 de janeiro de 2019. Aprova a Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (EB 10-P-01.004), 2ª Edição, 2018. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 3, jan. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 4 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 023-Cmt Ex, de 16 de janeiro de 2018. Aprova o Manual Técnico EB10MT-11.001 - Técnicas e Procedimentos de Comunicação Social, 1ª Edição, 2017. **Boletim do Exército**, Brasília, n. 4, jan. 2018. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 4 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 042-Cmt Ex, de 6 de fevereiro de 2008. Aprova o Regulamento dos Colégios Militares (R-69) e dá outras providências. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 6, fev. 2008. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 3 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 071-Cmt Ex, de 18 de fevereiro de 2013. Aprova o Regulamento da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência social. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 8, fev. 2013. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 9 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 107-Cmt Ex, de 13 de fevereiro de 2012. Aprova as Instruções Gerais para Elaboração de Sindicância no Âmbito do Exército Brasileiro (EB 10-IG-09.001) e dá outras providências. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 7, fev. 2012. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 8 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 494-Cmt Ex, de 19 de maio de 2020. Aprova as Normas para atribuição da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos (GDACE), dos servidores no âmbito do Comando do Exército (EB10-N-02.002). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 21, maio 2020. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 9 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 570-Cmt Ex, de 6 de novembro de 2001. Aprova a Política de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 46, nov. 2001. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 10 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 571-Cmt Ex, 6 de novembro de 2001. Aprova a Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 46, nov. 2001. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 15 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 656, de 10 de setembro de 2009. Aprova a Diretriz para os V Jogos Mundiais Militares de 2011. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 36, set. 2009. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 3 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 737-Cmt Ex, de 28 de julho de 2020. Aprova a Diretriz para ações voltadas ao meio ambiente no âmbito do Exército Brasileiro (EB10-D-04.001). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 31, jul. 2020. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 9 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 856-Cmt Ex, de 12 de junho de 2019. Aprova a Política de Informação do Exército (EB10-P-01.006) e dá outras providências. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 25, jun. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 9 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 987-Cmt Ex, de 18 de setembro de 2020. Institui a Política de Governança do Exército Brasileiro (EB10-P-01.007). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 39, set. 2020. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 5 fev. 2022.

______. Exército. **Portaria nº 1.054-Cmt Ex, de 11 de dezembro de 1997**. Aprova as Normas para o Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores no Ministério do Exército. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 8 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 1.324-Cmt Ex, de 4 de outubro de 2017. Aprova as Normas para a Apuração de Irregularidades Administrativas (EB10-N-13.007) e dá outras providências. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 41, out. 2017. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 8 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 1.440-Cmt Ex, de 6 de setembro de 2018. Aprova as Instruções Gerais para o Funcionamento de Conselho de Disciplina no âmbito do Exército Brasileiro (EB10-IG-02.021). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 38, set. 2018. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 8 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 1.545-Cmt Ex, de 30 de junho de 2021. Aprova a Política de Tecnologia da Informação e Comunicações do Exército (EB10-P-01.000).). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 27, jul. 2021. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 8 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 1.550-Cmt Ex, de 8 de novembro de 2017. Aprova as Instruções Gerais para o Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) (EB10-IG-01.005), 5ª Edição, 2017, e dá outras providências. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 46, nov. 2017. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 8 fev. 2022.

______. Exército. Portaria Nº 1.963-Cmt Ex, de 3 de dezembro de 2019. Aprova a Diretriz Geral para a Execução das Relações Institucionais no

âmbito do Exército. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 49, dez. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 3 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 1.968-Cmt Ex, de 3 de dezembro de 2019. Aprova o Plano Estratégico do Exército 2020-2023, integrante do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 51, dez. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 3 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 1.986-Cmt Ex, de 10 de dezembro de 2019. Aprova a Política Militar Terrestre 2019, integrante do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 51, dez. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 3 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 001-DEC, de 26 de setembro de 2011. Aprova as Instruções Reguladoras para o Sistema de Gestão Ambiental no Âmbito do Exército (IR 50 - 20). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 41, out. 2011. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 2 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 055-DEC, de 31 de agosto de 2018. Aprova a Diretriz do Programa de Conformidade Ambiental do Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (EB50-D-04.007). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 38, set. 2018. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 5 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 136–DEC, de 31 de julho de 2020. Aprova as Normas Relativas a Animais Silvestres nas Organizações Militares do Exército Brasileiro. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 33, ago. 2020. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 2 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 192-DGP, de 1º de outubro de 2015. Delega competência para a prática de atos administrativos no âmbito do DGP. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 41, out. 2015. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em:5 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 278-DGP, de 3 de dezembro de 2013. Aprova as Normas Técnicas nº 03 - Servidor Civil - Assessoria Técnica, da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 52, dez. 2013. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 3 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 196-EME, de 1º de julho de 2019. Aprova as Normas para Criação e Gerenciamento das Mídias Sociais no Âmbito do Exército Brasileiro. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 28, jul. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 4 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 154-EME, de 15 de junho de 2015. Aprova a Cadeia de Valor Agregado do Exército Brasileiro. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 29, jul. 2015. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 3 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 225-EME, de 26 de julho de 2019. Aprova a Diretriz Reguladora da Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (EB20-D-02.010), 1ª Edição, 2019. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 32, ago. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 4 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 292-EME, de 2 de outubro de 2019. Aprova o Manual Técnico da Metodologia de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (EB20-MT-02.001), 1ª Edição, 2019. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 41, out. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 4 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 325-EME, de 9 de dezembro de 2015. Aprova a Diretriz de Pessoal do Exército Brasileiro 2016-2022 (EB20D-01.028). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 51, dez. 2015. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 8 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 453-EME/C Ex, de 19 de julho de 2021. Aprova as Normas para Criação e Gerenciamento das Mídias Sociais no âmbito do Exército Brasileiro. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 30, jul. 2021. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 8 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 505-EME/C Ex, de 9 de setembro 2021. Aprova a Política de Desenvolvimento Sustentável do Exército Brasileiro (PDSEB) (EB20-P-05.001). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 37, set. 2021. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 2 fev. 2022.

______. Exército. Portaria nº 520-EME, de 20 de dezembro de 2017. Aprova o Manual de Fundamentos EB20-MF-03.103, Comunicação Social, 2ª Edição, 2017. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 52, dez. 2017. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 8 fev. 2022.

______. Exército. **Transparência e Prestação de Contas.** Disponível em: http://www.eb.mil.br/transparencia-e-prestacao-de-contas. Acesso em: 20 jan. 2022.

______. Exército. Centro de Controle Interno do Exército. **Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT)**. Disponível em: Auditorias (eb.mil.br). Acesso em: 28 jan. 2022.

______. Exército. Centro de Controle Interno do Exército. **Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT)**. Disponível em: Auditorias (eb.mil.br). Acesso em: 28 jan. 2022.

______. Ministério da Defesa. **Diretriz Ministerial nº 0014, de 9 de novembro de 2009**. Integração e Coordenação dos Setores Estratégicos da Defesa. Brasília, DF: Ministério da Defesa, [2009]. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br. Acesso em: 4 fev. 2022.

______. Ministério da Economia. **Portaria nº 14.584-SEGES/ME, de 13 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre a divulgação do consumo de energia elétrica de que trata o Decreto nº 10.779, de 25 de agosto de 2021, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Ministério da Economia, [2021]. Disponível em: https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/portarias/portaria-seges-me-no-14-584-de-13-de-dezembro-de-2021. Acesso em: 15 jan. 2022.

______. Tribunal de Contas da União. **Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020**. Estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 1992, e revoga as Instruções Normativas TCU 63 e 72, de 1º de setembro de 2010 e de 15 de maio de 2013, respectivamente. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, [2020]. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-84-de-22-de-abril-de-2020-254756795. Acesso em: 21 jan. 2022.

______. Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa nº 187, de 9 de setembro de 2020**. Divulga a relação das unidades prestadoras de contas (UPC), na forma do disposto no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa-TCU 84, de 22 de abril de 2020, estabelece os elementos de conteúdo do relatório de gestão e define os prazos de atualização das informações que integram a prestação de contas da administração pública federal, nos termos do art. 5º, § 1º e art. 6º; art. 8º, inciso III e § 3º; e art. 9°, § 3º da Instrução Normativa-TCU 84, de 22 de abril de 2020. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, [2020]. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/normas-e-orientacoes-para-contas-do-exercicio-de-2020-e-seguintes.htm. Acesso em: 21 jan. 2022.

Operação Culminating - Arroio VII
Foto: Cb Francileine/Cia C CML

Cerimônia do Dia da Bandeira - 61º BIS
Foto: Sd Anísio